



Universidade Federal da Integração Latino-americana
Instituto Latino-americano de Economia, Sociedade e Política
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais

**POR ONDE SANGRAM AS FRONTEIRAS:
A PRIMEIRA CARAVANA DE MIGRANTES (2018)
FRENTE AO NECROPODER DAS ROTAS MIGRATÓRIAS
ENTRE MESOAMÉRICA E ESTADOS UNIDOS**

Geovana Alves de Melo

Dissertação de mestrado

Brasil

Julho de 2024

Universidade Federal da Integração Latino-americana
Instituto Latino-americano de Economia, Sociedade e Política
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais

**POR ONDE SANGRAM AS FRONTEIRAS:
A PRIMEIRA CARAVANA DE MIGRANTES (2018)
FRENTE AO NECROPODER DAS ROTAS MIGRATÓRIAS
ENTRE MESOAMÉRICA E ESTADOS UNIDOS**

Geovana Alves de Melo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Carolina Teixeira Delgado.

Brasil

Julho de 2024

GEOVANA ALVES DE MELO

**POR ONDE SANGRAM AS FRONTEIRAS:
A PRIMEIRA CARAVANA DE MIGRANTES (2018)
FRENTE AO NECROPODER DAS ROTAS MIGRATÓRIAS
ENTRE MESOAMÉRICA E ESTADOS UNIDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

BANCA DE DEFESA

Orientadora: Prof. Dra. Ana Carolina Teixeira Delgado

(PPGRI/UNILA)

Examinador (a) interno (a): Prof. Dra. Paula D. Fernández

(PPGRI/UNILA)

Examinador (a) externo (a): Prof. Dra. Carolina Moulin

(UFMG)

Brasil, julho de 2024.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

A474p

Alves, Geovana.

Por onde sangram as fronteiras: a primeira Caravana de Migrantes (2018) frente ao necropoder das rotas migratórias entre Mesoamérica e Estados Unidos / Geovana Alves de Melo. - Foz do Iguaçu, 2024.

122 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Orientador: Ana Carolina Teixeira Delgado.

1. Fronteiras -Estados Unidos. 2. Caravanas - Migração - América Latina. 3. Violência contra imigrantes. I. Delgado, Ana Carolina Teixeira. II. Título.

CDU 314.15(8)(091)

Aos migrantes que saíram de seus lares e se arriscaram nas diversas travessias
necessárias para o que entendiam ser uma vida melhor.

Àqueles que chegaram aos seus destinos e àqueles que desapareceram,
sucumbiram antes disso.

A todos os mortos e desaparecidos nas fissuras das fronteirizações.

E à Mel, que gostava de andar.

“A fronteira entre México e Estados Unidos é uma ferida aberta onde o Terceiro Munda se choca contra o primeiro e sangra. E antes que uma cicatriz possa surgir, a ferida se abre novamente, o fluido vital de dois mundos se mistura para formar um terceiro país – uma cultura de fronteira.”

Glória Anzaldúa

“À revelia do mundo, eu as convoco a viver apesar de tudo. Na radicalidade do impossível. Aqui, onde todas as portas estão fechadas, e por isso mesmo somos levadas a conhecer o mapa das brechas. Aqui, onde a noite infinita já não nos assusta, porque nossos olhares comungam com o escuro e com a indefinição das formas. Aqui, onde apenas morremos quando precisamos recriar nossos corpos e vidas. Aqui, onde os cálculos da política falham em atualizar suas totalizações. Aqui, onde não nos cabe salvar o mundo, o Brasil ou o que quer que seja. Onde nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras e manifestam, com sua dissonância, dimensões e modalidades de mundo que nos recusamos a entregar ao poder. Aqui. Aqui ainda.”

Jota Mombaça

Agradecimentos

É aterrorizante, para dizer o mínimo, condensar as dificuldades e os afetos de quatro anos de trabalho em algumas poucas palavras. Logo que iniciei este mestrado, a pandemia de COVID-19 afastou a todos nós do convívio acadêmico e social, o que já dificultou certos processos pessoais meus, como o quadro de depressão e ansiedade generalizada que enfrento desde os 15 anos de idade. Por isso, acho que tenho muitas pessoas, criaturas e outros seres para agradecer. Tentarei ser o mais breve possível.

Ao Exu que cuida dos caminhos que vejo e que não vejo, aos meus guias que me acompanham e sussurram aos meus ouvidos, aos Orixás, que me guardam e me possibilitam a vida, a Santa Sara Kali, protetora dos exilados e desamparados, eu agradeço imensamente – às vezes é só o que posso e sei fazer. Agradeço também à minha ancestralidade cristã, aos santos, a Jesus e a Maria, em todas as suas formas, em especial à Virgem Maria de Guadalupe, protetora dos migrantes – todos os dias ainda rezo para vocês, afinal.

Agradeço à minha família – toda ela, tias, tios, primas em primeiro e segundo grau. Tenho sorte de ter uma família grande e que não hesita em abraçar qualquer um. Em especial, claro, agradeço aos meus pais, Nadir e Samuel, meu irmão, Pedro, e minha avó, Palmira, pelo sustento, estrutura e amor que me proporcionaram em todos esses anos de existência. Às minhas cachorrinhas também: Mel, que faleceu em agosto de 2022 depois de me acompanhar desde a pré-adolescência, Maggie e Lilica, que vieram para a nossa casa nos últimos dois anos e foram/são, sem dúvidas, meu refúgio de sanidade e amor incondicional.

À minha psicóloga, Pricila Greis Pereira: nenhum agradecimento pode ser suficiente para o acompanhamento sensível e comprometido que ela tem comigo já há 6 anos.

Agradeço também, claro, à minha orientadora Ana Carolina Teixeira Delgado por, pelo amor de Deus, não desistir de mim. Se não fosse por ela, pela confiança que ela tem no meu trabalho e na minha capacidade como pesquisadora, pelas conversas que às vezes fugiam da dissertação, mas que deixavam claro que ali havia uma correspondência talvez maior que a deste trabalho... se não fosse por ela, talvez eu

já tivesse desistido há muito tempo. Obrigada, Ana, por ter feito o impossível.

Agradeço também a todos os professores por quem eu passei durante este mestrado, sejam eles do PPGRI ou do PPGICAL da UNILA. Todos tiveram a graça, comprometimento e compreensão dignas do ato de lecionar, ainda mais em um período tão difícil quanto a pandemia. Em especial, devo citar a professora Tereza Maria Spyer Dulci, que me abraçou nas tantas matérias e projetos em que estávamos juntas. Aos meus colegas e amigos de mestrado, que sorte a minha ter encontrado vocês e convivido – pessoalmente – aquela deliciosa e única semaninha em Foz do Iguaçu! Pelo menos nos mantivemos unidos ao longo dos últimos anos. Alguns deles certamente levarei como amizades muito queridas, como Patrícia Camargo, Brenda Moreira, Gabriele Ransolin, Gabriella Leandro, Antônio Ben, Gustavo Lavandoski e Emily Saraiva. Obrigada, obrigada, obrigada! Estou ansiosa para ver vocês crescerem ainda mais, qualquer que seja o caminho.

Obrigada também aos meus colegas e amigos do Setor de Projetos da *About Brazil Market Research*, empresa onde trabalhei no último ano, por me acolherem e aguentarem tão bem as minhas esquisitices: Monique Pouço, Stephanie Duarte, Andres Martinez, Juan Calani, Matheus Pinheiro, Claudia Andrea, Priscila Gurgel e Andrea Anselmo – obrigada por acreditarem tanto em mim, mesmo quando o que eu tinha a oferecer fossem só piadas fora de hora, palavrões e um humor um tanto rabugento demais.

Aos meus amigos já de longa data, que me aguentam reclamar e tagarelar sobre tudo e qualquer coisa desde a faculdade ou a adolescência, ou que suportam minhas ausências e silêncios inexplicáveis... meu Deus, vai ser difícil listar todos eles, mas tentarei. Se eu esquecer de alguém, por favor, não se magoem. Já estou chorando desde que comecei a escrever estes agradecimentos. Agradeço imensamente a Ísis Higino, Isabelle Fernandes, Mariana Andrade, Fátima Odeh-Moreira, Amanda Sara Vieira, Sibelle de Jesus, Heitor Cadogan, Nathalia Mendes, Tatyana Gois, Rebeca Mansur, Morgana Lino, Daniela Lima, Karollyne Araújo, Pedro Valente, Jales Bussinger, Raíssa Tochetto, Bruno Valim, Gabriel Mello, Ana Beatriz Flores, Tays Aguiar, Vitor Luiz Neto, Lívia Barcelos, Raphael Diniz, Regis Eduardo, Mariana Gullo, Sibilla Porto, Aléxia Hetka, Thais Imperatrice, Marcela Schlobasch, Mirella Novaki, Vitória Tolentino e Emily Matute. Me desesperar com a vida adulta no capitalismo tardio certamente é mais divertido com vocês.

Resumo

Esta dissertação propõe discutir a expansão das fronteiras dos Estados Unidos pela América Central a partir de aparatos necropolíticos, articulados assim a fim de conter a migração de latino-americanos para o território estadunidense. Como ponto de partida, trago as Caravanas de Migrantes, em especial as de 2018 e 2019, em que milhares de migrantes centro-americanos se reuniram para caminharem juntos, às claras, até a fronteira do México com os EUA. Pergunto como, através das Caravanas, os migrantes são capazes de expor tal expansão fronteiriça, contestá-la e tensioná-la a partir de seus movimentos, estratégias e corpos, individual e coletivamente. A partir de uma abordagem qualitativa, realizo uma revisão teórica sobre fronteiras e necropolítica, em conjunto a um repasse histórico sobre as migrações latino-americanas para os EUA e suas políticas fronteiriças, bem como à análise de relatos, documentos e estudos etnográficos com foco no movimento migrante e sua relação com os processos de fronteirização. Objetivo, assim, construir uma reflexão que articule uma investigação da descentralização do reforço das fronteiras a um olhar a partir dos corpos em movimento através delas – os quais se tornam manifestações das dinâmicas neocoloniais de extermínio e desapropriação que constroem as fronteiras estadunidenses com a América Latina.

Palavras-chave: fronteiras; necropolítica; Caravanas de Migrantes; migração; fronteirização.

Resumen

Esta disertación propone discutir la expansión de las fronteras de los Estados Unidos a través de América Central mediante aparatos necropolíticos, articulados de tal manera para contener la migración de latinoamericanos al territorio estadounidense. Como punto de partida, presento las Caravanas de Migrantes, especialmente las de 2018 y 2019, en las que miles de migrantes centroamericanos se reunieron para caminar juntos, abiertamente, hasta la frontera entre México y los EE.UU. Pregunto cómo, a través de las Caravanas, los migrantes son capaces de exponer tal expansión fronteriza, contestarla y tensionarla a partir de sus movimientos, estrategias y cuerpos, tanto individual como colectivamente. A partir de un enfoque cualitativo, realizo una revisión teórica sobre fronteras y necropolítica, junto con un repaso histórico sobre las migraciones latinoamericanas hacia los EE.UU. y sus políticas fronterizas, así como un análisis de informes, documentos y estudios etnográficos centrados en el movimiento migrante y su relación con los procesos de fronterización. Así, objetivo construir una reflexión que articule una investigación sobre la descentralización del refuerzo de las fronteras con una mirada desde los cuerpos en movimiento a través de ellas, los cuales se convierten en manifestaciones de las dinámicas neocoloniales de exterminio y despojo que construyen las fronteras estadounidenses con América Latina.

Palabras clave: fronteras; necropolítica; Caravanas de Migrantes; migración; fronterización.

Abstract

This dissertation proposes to discuss the expansion of the United States borders through Central America via necropolitical apparatuses, articulated in such a way as to contain the migration of Latin Americans to U.S. territory. As a starting point, I bring the Migrant Caravans, especially those of 2018 and 2019, in which thousands of Central American migrants gathered to walk together, openly, to the border between Mexico and the U.S. I ask how, through the Caravans, migrants can expose such border expansion, contest it, and create tension through their movements, strategies, and bodies, both individually and collectively. Using a qualitative approach, I conduct a theoretical review of borders and necropolitics, along with a historical overview of Latin American migrations to the U.S. and its border policies, as well as an analysis of reports, documents, and ethnographic studies focusing on migrant movement and its relationship with border processes. Thus, I aim to construct an analysis that articulates an investigation of the decentralization of border reinforcement with a perspective from the bodies in motion through them – which become manifestations of the neocolonial dynamics of extermination and dispossession that build the U.S. borders with Latin America.

Keywords: borders; necropolitics; Migrant Caravans; migration; borderization.

Lista de ilustrações e fotografias

- Figura 1 - A Caravana de outubro de 2018 sobre a Ponte Rodolfo Robles. 19
- Figura 2 - Imagem do mapa do *Arizona GIS Initiative for Deceased Migrants*, com a amostra de todos os dados coletados pelo projeto no Arizona. 25
- Figura 3 - Óscar e Valéria Martinez, pai e filha em foto de arquivos pessoais. 32
- Figura 4 – Ativistas pelos direitos dos migrantes em uma marcha em Los Angeles, Califórnia (McIntosh, 2006). 39
- Figura 5 – O muro construído na fronteira dos EUA com o México, em pleno Deserto de Sonora. A estrutura foi erguida acima das dunas, para que possa ser levantada por uma espécie de guincho e "colocada no lugar devido" à medida em que a areia a cobre. 41
- Figura 6 – Caravaneiros marcham portando bandeiras de Honduras, Guatemala e México. Foto realizada em San Pedro Tapanatepec, na província de Oaxaca, sul do México. 70
- Figura 7 – Mães de migrantes centro-americanos desaparecidos, na X Caravana de Madres (2014) em Tenosique. 83
- Figura 8 – Um dos tweets de Donald Trump que mencionam a Via Crucis Migrante de abril de 2018 (já utilizando o termo "caravana"). 85
- Figura 9 – Cena do clipe da música "*This is Not America*", do rapper porto-riquenho Residente com o duo cubano Ibeyi. A imagem representa os tantos migrantes latino-americanos que morreram, desapareceram ou perderam membros durante a travessia no *La Bestia*. 86

Lista de abreviaturas

ACNUR – Alto-comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AMLO – Andrés Manuel López Obrador

DHS – *Department of Homeland Security*

EUA – Estados Unidos da América

ICE – *Immigration and Customs Enforcement*

INM – Instituto Nacional de Migração

IRCA – *Immigration Reform and Control Act*

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e outras identidades sexuais e de gênero não normativas

OIM – Organização Internacional para as Migrações

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

SEGOB – *Secretaría de Gobernación*

USBCP – *United States' Border Customs and Protection*

Sumário

1. Manifesto	15
2. Introdução	18
a. Considerações teóricas e metodológicas	29
3. Capítulo 1: Para além do deserto	37
a. Fronteiras espectrais	40
b. Arames farpados por toda parte	48
c. Cartografias invisíveis	59
4. Capítulo 2: Aí vem os que ainda vivem	69
a. Os velhos caminhos	73
b. As novas multidões	78
c. <i>“Lo que queremos nosotros es pasar”</i>	87
5. Capítulo 3: Mortos também andam	94
a. Territórios em movimento	97
b. Territórios estrangulados	102
6. A fins de uma (não) conclusão	108
7. Referências bibliográficas	115
8. Anexo I	122

Manifesto

Estou escrevendo esta dissertação enquanto assisto a um genocídio – para dizer o mínimo – acontecer no outro lado do mundo. Quando desenvolveu o conceito de necropolítica, tal amplamente utilizado no texto que lerão a seguir, Achille Mbembe traça sua genealogia até as colonizações, mas é na contemporaneidade que ele identifica a radicalização das práticas englobadas pelo termo: na Palestina ocupada por Israel. O *Politiques de l'inimitié*, livro que carrega o ensaio sobre necropolítica, foi publicado pela primeira vez em 2016. O ensaio, por sua vez, já havia sido publicado dez anos antes, no periódico *Raison politiques*, já com a ocupação da Palestina como exemplo extremo do que as políticas de separação e extermínio nascidas da modernidade eram capazes de fazer. Se há tanto tempo já vemos a epítome do que, pessoalmente, é um dos mais aterradores diagnósticos sobre o nosso tempo, eu não sei exatamente que nome dar ao que está acontecendo há mais de 6 meses.

Entre todas as dificuldades que enfrento na minha vida agora, eu me deito e acordo com ao menos alguma certeza de que eu e aquelas que amo irão viver por mais um dia, mais uma semana, mais um mês. Estou segura. Isto é muito mais do que qualquer palestina em Gaza ou na Cisjordânia pode dizer. Mais do que qualquer palestina em qualquer lugar no mundo, na verdade. Eu ainda não sei como minha amiga Fátima Odeh-Moreira, filha de mãe palestina, tem dormido nos últimos meses. Se dorme. E este pequeno detalhe, que nada tem muito a ver com teorias, metodologias, artigos ainda não concluídos e já fora do prazo de entrega, deveria, e muito, importar para o nosso trabalho como acadêmicas e cientistas, especialmente se das “Humanidades”.

Em dezembro, creio, o professor, acadêmico, tradutor e poeta palestino Refaat al-Areer foi assassinado em um bombardeio direcionado à casa de sua irmã, onde morreram ele, seu irmão, a irmã e seus quatro filhos. Mortes que não foram meras casualidades, assim como não foram as dos quase 35 mil mortos até hoje, 4 de junho, nem a destruição das bibliotecas públicas de Gaza, dos hospitais, escolas e monumentos históricos. A invasão, a queima, o massacre de Rafah. Todos os dias em que ligamos nossas televisões, checamos nossas redes sociais, vemos os

noticiários... todos os dias estamos vendo um povo morrer, ser exterminado e varrido junto com as suas memórias, seus arquivos, suas poesias e possibilidades de passado, presente e futuro. Todos os dias. Não só pelas bombas, metralhadoras e fósforo branco, mas por veículos de mídia, políticos e companhias que se recusam a representar e se referir às pessoas palestinas com o mesmo afeto, justiça, misericórdia e respeito com que o fazem com as israelenses. Não digo “humanidade”, pois não sei se essa palavra vale de alguma coisa no ponto em que estamos.

Em sua última entrevista antes de morrer, Refaat al-Areer disse que, como acadêmico, a coisa mais poderosa que tinha em mãos era um marca-texto. “Se precisar, se Israel invadir Gaza, jogarei este marca-texto contra os soldados, nem que seja a última coisa que eu faça”, declarou ele. Eu tenho uma coleção de marca-textos, de diversas cores e tamanhos. Aposto que você, que me lê, também tem. E temos as palavras, os testemunhos, os dias ainda para viver com alguma segurança. Não há bombas nem drones zumbindo sobre as nossas cabeças. Não houve pelos últimos 75 anos, como acontece com o povo palestino. Eu gostaria, então, que observássemos, por mais difícil que seja, o genocídio que está acontecendo ali, no outro lado do mundo. Observássemos, escrevêssemos, chorássemos, marchássemos, contássemos as histórias desse povo que, apesar de estar sob uma campanha de extermínio, ainda vive, respira e sonha. Anda e chora entre nós.

E então jogássemos nossos marca-textos contra os soldados, políticos, governantes, reprodutores e apoiadores desta tragédia. Nem que seja a última coisa que façamos.

“Se eu devo morrer,
Você deve viver
Para contar minha história
Para vender minhas coisas
Para comprar um pedaço de pano
E alguns barbantes,
(Fazê-lo branco com uma longa cauda)
Para que uma criança, em algum lugar de Gaza
Enquanto olha nos olhos do céu
Esperando seu pai que partiu em uma chama –
E não se despediu de ninguém,
Nem mesmo de sua carne,

Nem mesmo de si mesmo –
Veja a pipa, minha pipa que você fez, voando lá em cima
E pense, por um momento, que um anjo está lá, trazendo de volta o
amor.
Se eu devo morrer,
Deixe-a trazer a esperança
Deixe-a ser um conto.”

“Se eu devo morrer”, de Refaat al-Areer (2023)¹

Catalão, 04 de junho de 2024.

¹ Tradução própria.

Introdução

*“Don’t pretend
you don’t know the destination*

*the map is marked
the blood is dripping from the cord.*

Imprinted in your bones

*The route
is straight and clear*

No detours

or stopovers.

The journey is on.”²

— María Herrera-Sobek (1987, p. 52)

A Ponte Internacional Doutor Rodolfo Robles, o principal ponto de travessia entre Tecún Umán, na Guatemala, e Ciudad Hidalgo, no México, não está tão habituada assim a multidões. É uma via rodoviária acima do Rio Suchiate, com um trânsito diário menor do que o de 2 mil veículos por dia (Gobierno de México, 2021). Uma imagem bem diferente da vista em 19 de outubro de 2018; e então nos dias, meses e até mesmo anos seguintes. Milhares de centro-americanos – homens, mulheres, crianças, jovens e velhos, famílias, pessoas desacompanhadas, grupos de LGBTQIA+³, todos das mais diferentes regiões e ocupações – haviam se juntado a fim de chegar aos Estados Unidos. Iniciaram o caminho cerca de uma semana antes, no terminal central de San Pedro Sula, em Honduras, com a partida mais ou menos organizada de uma centena e pouco de migrantes (Pradilla, 2019). Não há como saber de números exatos. A primeira Caravana de Migrantes, como ficou comumente conhecida, teve quem se juntasse a ela e quem a abandonasse em vários pontos de sua rota, mas há quem fale em 3 mil, 12 mil, 17 mil adeptos até (Huerta & McLean,

² “Não finja / que não sabe nosso destino / o mapa está marcado / o sangue está pingando do cordão / Impresso em seus ossos / A rota / é direta e reta / Sem desvios / ou paradas / a jornada está a frente”. Tradução própria.

³ Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais e outras identidades sexuais e de gênero não normativas.

2019). Quando tentaram passar pela Ponte Doutor Rodolfo Robles, estima-se que os caravaneiros estavam entre mil e 3 mil pessoas.

Seja lá qual contagem for a mais exata, o que me importa mais aqui, nesta introdução, é a força e a energia deixadas não só pelas imagens, mas pelos atos, histórias e movimentos deflagrados ali. Naquela ponte, milhares de migrantes esperaram por cerca de três dias para entrarem no México – o que poderia ter sido diferente alguns anos antes, quando a fronteira com a Guatemala costumava ser mais porosa e circulável (Aguirre, 2016).

Agora, estavam andando juntos desde Honduras e se apinharam para atravessar os aproximadamente mil metros de via asfaltada, já cansados, com sede, fome e enxarcados de chuva. Alguns estavam doentes e outros carregavam consigo apenas o necessário para a jornada a frente. Ou talvez nem isso. Utilizavam seus próprios corpos para seguirem caminho: as pernas para andarem, os braços para carregarem as mochilas ou os bebês de colo, o tronco para seguirem erguidos ou para se deitarem e descansarem; as mãos para empurrarem um guarda, os pés para tentarem pisar em território mexicano apesar das grades e dos bloqueios. Alguns menos pacientes decidiram arriscar-se pelo Rio Suchiate, utilizando ou balsas ou cordas estendidas entre as margens cheias para guiá-los e não os deixar afogar. Corpos, milhares deles, “batalhando contra fronteiras” (Cantalapiedra, 2021).



Figura 1 - A Caravana de outubro de 2018 sobre a Ponte Rodolfo Robles.

O governo do México, às pressas, designou mais policiamento à fronteira com a Guatemala e algumas opções aos caravaneiros: solicitar asilo, aplicar-se para uma carteira de trânsito por razões humanitárias – para o que precisariam permanecer em Chiapas ou Oaxaca, no sul do México, ao menos por algum tempo – ou dar meia volta (Cantalapiedra, 2021). Há sempre a opção de continuar seguindo pelo país sem documentação, claro, sob o risco de detenção e deportação. Apenas uma minoria se encaixava nos requisitos para asilo ou refúgio e detinha informações suficientes para tal. E, ora, como deter e deportar milhares de migrantes que andam juntos, em multidão, às claras e sob os olhos do mundo? A imprensa internacional já estaria logo cobrindo o que os jornalistas locais há muito chamavam de “êxodo centro-americano” (Pradilla, 2019).

Chovia sem trégua em Tecún Umán. O bloqueio policial, apesar de um tanto improvisado, foi rígido – utilizou de bombas de gás lacrimogêneo e entrou em constantes confrontos com os Caravaneiros. Acabou se arrefecendo após alguns dias, não antes de muitos dos migrantes já terem cruzado pelo Rio Suchiate ou aceitado as ofertas de passagem humanitária do governo mexicano. Há relatos até de oficiais que ajudaram migrantes a atravessar, ou pelo menos fizeram vista grossa (Cantalapiedra, 2021; Pradilla, 2019). Caravaneiros puderam se encontrar do outro lado da fronteira para seguir com a caminhada rumo ao *El Norte*⁴; uns rostos são conhecidos e outros nem tanto. Uma vantagem que as Caravanas seguintes dificilmente teriam devido à melhor preparação das autoridades, o menor número de migrantes adeptos, o maior policiamento das fronteiras geográficas e as diversas estratégias engendradas para dispersar a multidão em fuga, desmembrar seu corpo em marcha (Cantalapiedra, 2021).

Fuga. É uma palavra terrível. Pequena, mas terrível. Embora sejam um fenômeno relativamente novo, um que, segundo Amarela Varela Huerta e Lisa McLean (2019), “mudou drasticamente a gramática sobre os estudos migratórios na América Latina”, as Caravanas de Migrantes têm mais precedentes do que parecem e sua história começa muito antes da primeira partida do terminal de San Pedro Sula, em 12 de outubro de 2018.

⁴ Termo comumente utilizado para se referir aos Estados Unidos.

Como pode uma fuga nunca realmente começar e nunca realmente terminar? Quando Alberto Pradilla, um jornalista que cobriu integral e pessoalmente as primeiras Caravanas em colaboração ao jornal *Animal Político*, entrevistou o padre brasileiro Mauro Varzeletti, este um ativista pelos direitos dos migrantes na Zona 1 da Cidade da Guatemala, ele foi enfático ao contar sobre a magnitude do êxodo, sua saída coletiva e não mais “a conta gotas” (Pradilla, 2019). Ainda segundo o padre, pararam de contar aos 3 mil. Acontece que, comparando o número aproximado de caravaneiros naquela semana de outubro de 2018 e o de migrantes que saem normalmente de Honduras, Guatemala e El Salvador em direção aos Estados Unidos, uma caravana e meia já parte em êxodo clandestino, *em fuga*, todos os meses (Cantalapiedra, 2021).

Fugir, *fugir*, pois antes dos vários perigos das rotas de migração, dos roubos, extorsões, estupros e espancamentos, da fome, da clandestinidade, dos desaparecimentos e mortes, do muro, do deserto e dos rios, das pontes e bloqueios policiais, há ainda os perigos de se permanecer onde está. Em cartazes improvisados com papelão, falas ao megafone durante as reuniões de organização, algumas entrevistas para jornalistas e pesquisadores, a mensagem é clara: “*No nos vamos porque queremos, nos expulsan la violencia y la pobreza*”⁵ (Pradilla, 2019). Há de se ter muitas boas razões para continuar cruzando *sin papeles*⁶ as fronteiras entre as Américas Central e do Norte apesar dos mais de 3 mil cadáveres de migrantes latino-americanos encontrados apenas na região sul do Arizona (Humane Borders, 2022). E dos milhares de centro-americanos desaparecidos durante a travessia pelo México (Huerta, 2019), dos 19 jovens guatemaltecos que morreram queimados em um caminhão em Tamaulipas, no México, em janeiro de 2021 (BBC, 2021).

Fuga é uma palavra terrível, expulsão é uma pior.

Como já mencionado, a maior parte dos participantes das primeiras Caravanas é de origem centro-americana, principalmente de Honduras, Guatemala e El Salvador. O chamado Triângulo Norte⁷, de onde vêm os maiores índices de violência,

⁵ “Não vamos porque queremos, a violência e a pobreza é que nos expulsam.”

⁶ “Sem papéis”.

⁷ Não utilizarei esse termo ao longo da dissertação. “Triângulo Norte” foi popularizado principalmente como terminologia cartográfica econômica e militar, servindo a projetos que subordinam a região a interesses, estéticas e linguagens imperialistas. A fim de manter uma coerência epistemológica, darei

criminalidade, pobreza e desemprego da América Latina, segundo dados de órgãos da ONU (WOLA, 2017). Algumas Caravanas mais recentes vêm também sendo compostas de cidadãos do Haiti, Nicarágua, Cuba e Venezuela (Al Jazeera, 2022). De todo modo, habitantes da Centro-América vêm migrando sistematicamente para os Estados Unidos desde meados da década de 70 devido às guerras civis na região, tais com ampla interferência dos governos estadunidenses. Nos últimos anos, os centro-americanos chegaram a ultrapassar o número de mexicanos migrantes, o que constitui uma mudança significativa nos fluxos migratórios dali (Cantalapiedra, 2021). A grande maioria deles não possui a documentação necessária, se arrisca não só à marginalização, criminalização e deportação nos EUA (e além), mas, caso faça a travessia pelo México, a um longo e muito perigoso caminho.

Este último país passou a ser chamado de “fronteira vertical” e “país tampão”, inclusive por migrantes (Huerta, 2019). Um muro de chão, montanha, selva e cimento com suas próprias ferramentas e aparatos para estrangular movimentos migratórios. Como um país tanto de expulsão quanto de trânsito de migrantes, o México é colocado em um papel de contenção devido à externalização das fronteiras estadunidenses e seus discursos, práticas e pressões securitárias. O *Plan Frontera Sur* e o Projeto Merida, por exemplo, são ambos programas de policiamento e desenvolvimento econômico orquestrados no México e outros países da região, mas fortemente financiados pelos Estados Unidos, e são apenas a ponta do iceberg. A vigilância sobre as fronteiras que levam ao território estadunidense se estende para muito além da divisa oficial que ele compartilha com o México, direta ou indiretamente (Miller & Nevins, 2017). E apesar das consequências humanas, das intervenções, das subordinações políticas chamadas, de forma tão branda, de “parcerias”, mas que são processos contínuos de expansão fronteiriça (Hiemstra, 2019).

Os governos mexicanos, pois, não devem ser eximidos de suas próprias responsabilidades e omissões. De Vicente Fox (2000-2006) a Andrés Manuel Lopez Obrador (AMLO), presidente desde o fim de 2018 e o primeiro progressista em décadas a ser eleito, o gerenciamento migratório tem custado caro e sido repleto de incoerências. Apesar de alegadas preocupações humanitárias, as políticas

preferências a termos como “Centro-América” e “Mesoamérica” (Huerta, 2018; Mezzadra e Neilson, 2013).

instauradas têm sido, em sua maioria, de caráter securitário, se estendido ao longo do território através da criação do Instituto Nacional de Migrações (INM), de centros de detenção e postos de fiscalização, primeiro em estados do sul, depois para outras regiões (Cantalapiedra & Yee-Quintero, 2018). Eleito após promessas de um tratamento mais humanitário aos migrantes em trânsito pelo território mexicano, o governo de AMLO se contradisse já nos primeiros meses. Em abril de 2019, o número de centro-americanos deportados já era o triplo do de dezembro de 2018 e a Guarda Nacional, órgão militar especializado no combate ao narcotráfico, já havia sido designado para a fronteira com a Guatemala e as rotas mais utilizadas pelas Caravanas (El País, 2019).

Por trás disso, Donald Trump, então presidente dos Estados Unidos, estava ameaçando aumentar as tarifas sobre os produtos mexicanos em 5% e diminuir drasticamente as ajudas financeiras aos países da América Central “caso o número de migrantes chegando à fronteira dos EUA não fosse reduzido a zero” (O Globo, 2019). Às vezes as palavras são brandas, às vezes nem tanto.

Para esta pesquisa, pois, o que pretendo analisar é **como as Caravanas de Migrantes se inserem nos processos de esticamento das fronteiras dos Estados Unidos**. Trago a seguinte hipótese: **as Caravanas expõem, flexionam e contestam tamanha maleabilidade e extensão das fronteiras sul dos Estados Unidos e seus espaços de morte, tais constituídos através de necropolíticas que tomam os corpos migrantes como descartáveis, passíveis de exploração e extermínio. Através de seu movimento, demografia e estratégias engendradas, as Caravanas são capazes de contestar um regime de fronteiras desenhado constantemente com o fim de deter o avanço dos fluxos migratórios e criar espaços de profunda precarização da vida.**

Falo em espaços de morte, entre outras razões, devido ao alto índice de mortalidade de migrantes em trânsito, primeiro nas regiões entre México e EUA, e então por onde se estendem as ações diretas e indiretas deste último a fim de deter a passagem de migrantes por sua fronteira sul. O controle sobre o território estadunidense, pois, parece depender de uma rede de necropolíticas atuante não só em sua fronteira imediata com o México, mas ao longo das rotas migratórias pela América Central.

Segundo John D. Márquez (2012) e João Feres Jr. (2004), os Estados Unidos constroem-se em uma oposição visceral à população ao sul de seu território, das então colônias espanholas e posteriormente classificadas como latino-americanas. Rejeita-se as origens espanholas e católicas da sociedade que se organizava, sob imposição, ali, mas principalmente a grande quantidade de populações nativas ou mestiças, de pele escura e crenças profundamente atreladas à natureza e à terra em que viviam, consideradas como selvagens a serem dominados e exterminados. Tal lógica de inimizade perdura até hoje. Como exposto por Mbembe (2019), o fundamento da necropolítica é um de ordem racial, em que uma população é considerada passível de extermínio e abandono para que outra possa sobreviver.

Para começar, segundo os números da *U.S. Border Customs and Protection* (USBCP), cerca de 8 mil migrantes morreram na fronteira sudoeste dos Estados Unidos com o México durante os anos fiscais de 1998 e 2020 (2021, p. 1). Já organizações não governamentais como a *Humane Borders* estimam um número bem maior: ao menos 10 mil entre 1994 e 2017, levando em conta as tantas dificuldades de se encontrar e se identificar um corpo no Deserto de Sonora ou no Rio Bravo⁸ (Humane Borders, 2022).

Desde 1999, essa mesma organização vem realizando um projeto em parceria com médicos legistas do Condado de Pima, no Arizona, para encontrar, analisar, mapear e com sorte, muita sorte, identificar os restos mortais de migrantes que morreram ali, apenas na região sul do estado. O número de restos mortais encontrados já passa de 3 mil. Ao apertar de um botão, o mapa disponibilizado pela ONG com todos os dados das vítimas se torna um apinhado de pontos vermelhos,

⁸ “Rio Bravo” e “Rio Grande” se referem ao mesmo rio que foi definido como uma “fronteira natural” entre México e Estados Unidos. “Rio Bravo”, no entanto, é o nome mais utilizado por mexicanos e latino-americanos em geral, então é o que eu também utilizarei.

colados um no outro em um sistema de informação geográfica (Humane Borders, 2022).

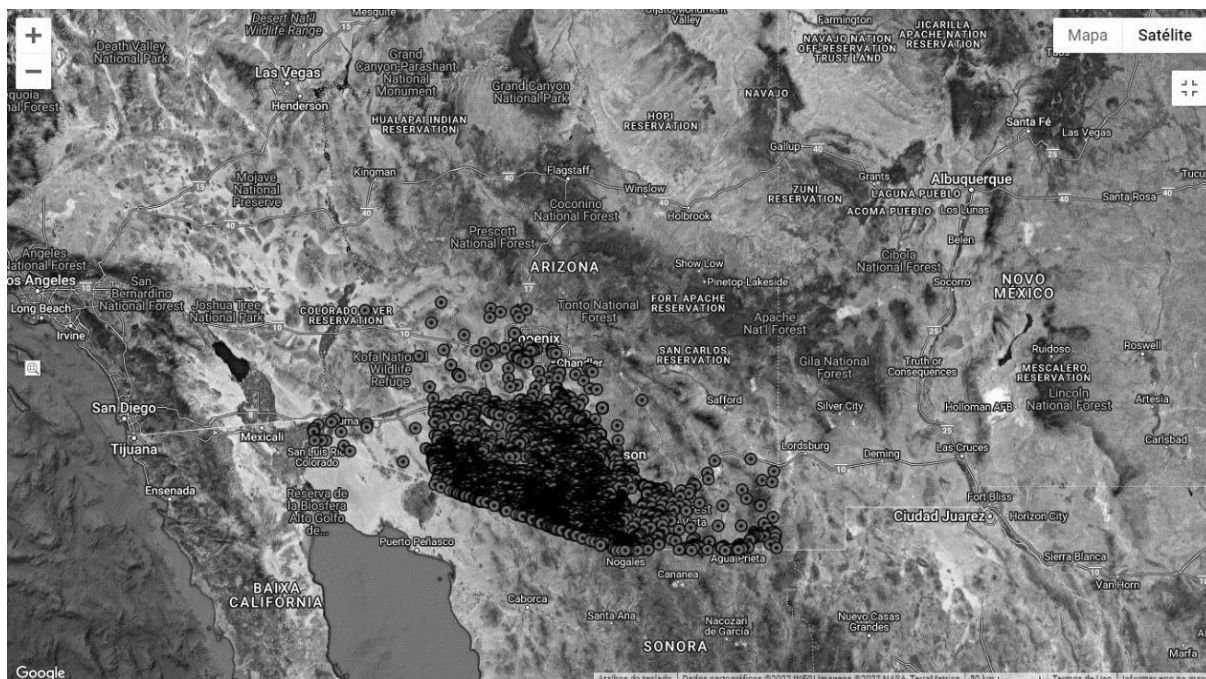


Figura 2 - Imagem do mapa do Arizona GIS Initiative for Deceased Migrants, com a amostra de todos os dados coletados pelo projeto no Arizona.

E é “só” o sul do Arizona, “só” uma pequena parte do Deserto de Sonora. Já não é uma visão fácil, mesmo em uma escala que faz da região apenas linhas em uma tela, escalas de cores e coordenadas geográficas. Há algumas outras iniciativas que procuram fazer o mesmo em outros estados, principalmente no Texas, mas que acabam enfrentando diversas dificuldades, desde falta de financiamento até ameaças e perseguição (McGuire & Van Dyke, 2019). É um espaço grande demais, este da fronteira oficial, da divisa que se desenhou nos mapas ao longo dos três últimos séculos entre Estados Unidos e México. São 3145 quilômetros continentais (terrestres e fluviais) e mais 29 marítimos que invadem o Oceano Pacífico. Na praia de Tijuana, um muro corta as ondas, a areia ao meio, e se projeta para 3 metros abaixo da superfície da água.

Numa paisagem como a fronteira sul oficial⁹ estadunidense, no entanto, é até difícil pensar em “omissão”. Ela tem sido constantemente reforçada desde meados dos anos 80, com o IRCA, e na década seguinte com as Operações *Hold the Line* e

⁹ Ao longo da dissertação, utilizarei a denominação “oficial” para indicar os 3145 quilômetros delimitados de fronteira entre Estados Unidos e México. Como trabalho com o esticamento da fronteira estadunidense e conceitos como “corpo-fronteira”, é importante que se indique para evitar confusões.

Gatekeeper (Nevins, 2002). Há muros altíssimos principalmente em áreas urbanas, portões de aço e corredores para apreensão onde antes haviam pontes (McGuire & Van Dyke, 2019); postos de entrada e saída todos fortemente militarizados pela *Border Patrol* estadunidense, tal cada vez mais armada e equipada por drones, câmeras, *scanners* biométricos, automóveis, armas de fogo automáticas, tudo que há de mais recente nas tecnologias de segurança (Hiemstra, 2019). Os arames farpados já se tornaram um tanto antiquados, embora haja regiões em que nem eles sejam necessários – o Deserto de Sonora ou o Rio Bravo podem fazer as suas vezes.

Ainda nas rotas até os EUA já há diversos outros riscos aos quais migrantes viajando sem documentos estão demasiado vulneráveis: sequestro, extorsão, estupro, tráfico de pessoas, prostituição, desmembramentos, detenção, maus-tratos, acidentes em que ninguém e todos são responsáveis ao mesmo tempo (Huerta, 2019). As autoridades, como dito, são de pouca ou nenhuma ajuda – as próprias forças policiais estão muitas vezes envolvidas em tais crimes (Huerta, 2019). A guerra contra o narcotráfico, deflagrada oficialmente no México em 2006, acirrou um cenário que Ariadna Estévez (2018) e Sayak Valencia (2012) classificam como regido por uma governamentalidade necropolítica em que Estado e crime organizado tanto disputam entre si quanto se aliam no gerenciamento da população através da violência brutal e diária.

As fronteiras, assim, se tornaram foi uma fossa – uma interminável, que vai engolindo seus arredores, devorando casas, famílias, velhas e jovens, crianças, trabalhadoras, coiotes e *pandilleras*¹⁰... vidas que, antes mesmo de tentar atravessar a fronteira, foram atravessadas por ela. Segundo Andrés e Salazar Araya (2016, p. 12), ao analisarem as dinâmicas migratórias nas áreas rurais de Honduras, e Huerta (2019), há poucas famílias na região que não tenham uma história pessoal sobre migrar para os Estados Unidos, tentar construir uma vida *en El Norte*, se sustentar nos próprios pés *en El Norte*, fugir, ser expulso para *El Norte*, pois já não é mais possível viver onde está.

¹⁰ Membros das *pandillas*, gangues que passaram a atuar na América Central nas últimas décadas, formadas por homens jovens e de baixa renda. Têm como principais atividades a extorsão e o tráfico de drogas ilícitas. Entre as mais famosas estão a *La MS18* e a *La Mara Salvatrucha*. Estas surgiram nos Estados Unidos, nos bairros pobres de Los Angeles e outras grandes cidades, mas se espalharam por El Salvador, Guatemala e Honduras após as sucessivas deportações e tentativas de atravessar a fronteira (Pradilla, 2019).

Ser confrontada pelos números exorbitantes de mortos e desaparecidos, pelas tantas violências vividas por migrantes em suas travessias até os Estados Unidos, é sentar-se com uma diversidade de experiências, identidades e percepções que, no final, se reúnem sob a égide de algumas palavras em comum. Pobreza. Fuga. Violência. Insegurança. Miséria. Poder buscar uma vida melhor. Expulsão. A morte, infelizmente, acaba sendo apenas o começo e um dos fins para histórias demais.

*“Existen muchas fronteras, demasiadas”*¹¹ (Gómez-Peña, 1986).

Voltando às Caravanas, se defender dos tantos perigos das fronteiras estendidas foi uma das principais razões para os milhares de migrantes se juntarem em suas travessias. Muitas das convocações para a primeira delas foram feitas *online*, por postagens no Facebook e mensagens em demais redes sociais (Pradilla, 2019). Uma em especial, a do ativista hondurenho Bartolo Fuentes, enfatiza que “ir sozinhos e escondidos é perigoso (...) o melhor é sair juntos e organizados desde Honduras, dando as caras e sem se esconder” (Pradilla, 2019, p. 37). Mais à frente na mesma mensagem, ele responsabiliza diretamente os governos de toda a região pelas violências latentes contra os migrantes, desde assassinatos até desaparecimentos (Pradilla, 2019).

Vê-se, pois, que as “batalhas contra as fronteiras”, como o pesquisador Eduardo Cantalapiedra (2021) nomeou um dos subcapítulos de seu livro sobre a primeira Caravana, são até mais evidentes em pontes, postos de entrada e saída, portões e muros, mas não se limitam a tais espaços. Estão em todo e qualquer lugar alcançado por um aparato de fronteira – estão nos corpos, em especial naqueles julgados “não desejáveis”, que devem ter sua circulação detida a todo custo (Mbembe, 2019).

Assim, a maior parte dessas batalhas é feita em silêncio, quando não de forma clandestina, pelo próprio movimento dos tantos migrantes latino-americanos sem documentação: escapando da fiscalização das autoridades, buscando rotas alternativas, companhias, serviços de coiotes, meios legais de permanecer nos países de trânsito ou destino mesmo sem se encaixar nos requisitos de proteção internacional (Cantalapiedra, 2021). Elas também se fazem na detenção, na espera em uma cela ou em uma fila de processamento para solicitação de asilo; se fazem na

¹¹ “Existem muitas fronteiras. Demasiadas.”

deportação, na expulsão, nas sucessivas tentativas de cruzar novamente as fronteiras (De Genova, 2005). Há força e energia também nas histórias silenciosas; ou melhor, silenciadas.

E elas já aconteceram muitas, demasiadas vezes. Elas se multiplicam e se dividem. Se subtraem nas contagens dos mortos e se adicionam nas dos vivos que continuam atravessando e habitando as fronteiras que levam aos Estados Unidos; ou talvez não. Não sei bem se existe subtração neste cenário, afinal os mortos têm suas próprias histórias para serem contadas.

Também não sou a primeira a tentar contá-las, como pesquisadora, escritora ou algum tipo de testemunha distante. O corredor migratório e as fronteiras que levam aos EUA, além de serem os mais atravessados por pessoas, mercadorias e capital, tanto de forma “regular” quanto “irregular”¹², são também os mais documentados (Nevins, 2002). Como histórias aparentemente novas dali, as Caravanas de Migrantes não são apenas multidões de migrantes com seus corpos em vias públicas, contrariando a clandestinidade do que se entende por migração indocumentada, ou então “campos de refugiados em movimento” (BBC, 2018), mas acúmulos de fronteiras, de suas vítimas, de quem ainda habita e sonha em suas brechas.

Assim, tanto como uma estratégia de autodefesa migrante (Huerta & McLean, 2019) como de mero movimento, as Caravanas de Migrantes se mostram como uma resposta às necropolíticas que vêm construindo as rotas migratórias que levam aos EUA, às fronteiras que se esticam até engolfar não só os corpos migrantes, mas também os demais habitantes dali. **Um desafio; ou melhor, milhares de desafios que tensionam as fronteiras dos Estados Unidos, seus aparatos e a extensão destes por territórios fadados a seguidas desapropriações e misérias sob subordinações neocoloniais.** Afinal, **elas expõem, revelam e contestam as medidas tomadas para a contenção e gerência migratória, as violências perpetradas ao longo dos anos pela fronteirização da região, o que ativa novos (e velhos) discursos e políticas.** Já no início de 2019, por exemplo, o governo dos EUA botou em prática os *Migrant Protection Protocols* (MPP), comumente chamados

¹² Coloco os termos entre aspas pois é importante desestruturar o que se entende por regularidade e irregularidade, principalmente no contexto migratório em que tais categorias criminalizam o movimento de parcelas de populações já muito vulnerabilizadas (DE GENOVA, 2005).

de “*Remain in Mexico*”¹³. Estes foram só um dos desmontes do sistema de asilo estadunidense, pois ditava que qualquer requisitante de asilo na fronteira haveria de esperar no México pelo seu processamento, o que poderia levar de meses a anos.

Através desta pesquisa, meu objetivo é, portanto, construir uma reflexão que articule uma investigação da descentralização do reforço das fronteiras a um olhar a partir dos corpos em movimento através delas. Ao partir desse eixo, a contribuição aos estudos sobre mobilidade humana internacional reside em questionamentos às relações de poder coloniais e racistas que constituem tais fronteiras e à desapropriação de meios de vida e mobilidade a determinadas parcelas da população – negras, indígenas, pobres, mulheres, LGBTQIA+. É preciso enfatizar, no entanto, não apenas as violências sofridas pelos migrantes, das quais o reforço territorial estadunidense parece muito depender, mas também as estratégias engendradas pelos migrantes para confrontar e tensionar diariamente as fronteiras. Para isso, pretendo examinar os aparatos necropolíticos destinados a deter o movimento de migrantes na região entre América Central e Estados Unidos, refletir sobre os precedentes históricos das primeiras Caravanas de Migrantes e acompanhar suas trajetórias a fim de identificar como confrontaram tais aparatos e como estes foram e são cotidianamente modificados.

Considerações teóricas e metodológicas

Iniciar esta proposta de dissertação com a citação de Glória Anzaldúa na epígrafe foi inevitável. A frase escolhida é uma das mais clássicas e a que abre o primeiro capítulo do mais célebre livro da autora, “*Borderlands/La Frontera: the new mestiza*”, publicado originalmente em 1987. Essa *herida abierta* da qual Anzaldúa (1987, p. 3) tanto fala, esse sangramento abissal que ela atribui à fronteira entre México e Estados Unidos, é uma metáfora às convulsões sociais, econômicas e políticas sofridas pela região há alguns séculos e apenas intensificadas com o passar do tempo. Tão intensificadas que já não se limitam mais somente ao espaço da fronteira traçada no mapa, aos 3.145 quilômetros continentais que dividem os dois países. Foi o que me

¹³ “Permaneça no México”.

inquieta em um primeiro momento: seguir por onde essa fronteira sangra, por onde o sangue escorre, como e por onde se deixam os corpos – até que a pergunta virou “onde, como diabos a fronteira se abre mesmo?”.

É algo comum para os migrantes que ousam atravessar o Deserto de Sonora para chegar aos Estados Unidos, aliás: andar e andar e andar até perder seu referencial, não saber mais onde a fronteira está (De León, 2015, p. 39). Uma armadilha fácil de se cair. Sorte a minha estar perdida na verdade entre documentos, relatos, matérias jornalísticas, trabalhos etnográficos e fotografias enquanto me refugio na segurança da minha casa no interior do Brasil, passando pela pandemia de COVID-19, o adoecimento da minha avó e sucessivas crises de ansiedade. A minha história e as daquelas sobre quem escrevo não poderiam ser mais diferentes e, assim, nos deparamos com certos questionamentos éticos e metodológicos que não são facilmente solucionados.

Como e por que escrever sobre vulnerabilidades que não conheço de fato, sobre pessoas que nunca toquei ou encarei nos olhos? Apesar de propor uma observação crítica e sensível à mobilidade nas fronteiras entre EUA e América Central a partir de seus movimentos e, em alguns momentos, corporeidades, são várias as distâncias – geográficas, sociais, raciais; ontológicas até. O que dizer então da distância entre a vida e a morte, das histórias que não são resgatadas dali? Esta, também, é uma fronteira.

À maioria dessas distâncias são necessárias aproximações autênticas. Uma delas poderia ser, por exemplo, através de um trabalho etnográfico imersivo, com entrevistas, observações de campo, acompanhamento e escuta atenta de migrantes em trânsito. E ainda assim não há garantias – há sempre o risco de uma fetichização do Outro, da observação e escrita deste como a pesquisadora, suas afiliações institucionais e relações de poder constituintes de sua presença em campo desenham. De todo modo, uma etnografia tradicional me foi impossibilitada pela pandemia de COVID-19, anunciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020 – apenas uma semana depois de o meu mestrado na UNILA ter início (World Health Organization, 2020). Seria o método ideal, caso as condições e recursos fossem favoráveis. Uma vez em campo, haveriam outros diversos desafios a serem enfrentados, claro, mas aí já são muitos “e se” para considerarmos.

Como aconselhado por Lidia Nacuzzi (2002, p. 231-232), fiz, então, das minhas leituras teóricas, documentais e literárias a minha própria pesquisa de campo, buscando nelas as experiências daqueles que estão vivendo e morrendo em trânsito nas fronteiras que levam aos Estados Unidos. Foram priorizadas fontes locais de organizações não governamentais e jornais *online*, e ampla revisão bibliográfica de uma literatura crítica sobre fronteiras, migrações e os contextos históricos da região. Trabalho também com narrativas e testemunhos, desde as fontes até a análise e a escrita.

Não posso negar que isso seja, também, um modo de desafiar os academicismos ocidentais e coloniais, a pretensa objetividade que nos afasta das *histórias* e *estórias* constituintes das nossas percepções, relações e afetos, que as julga aquém de um saber legítimo. Aí está mais uma fronteira, uma distância que Glória Anzaldúa define como “a raiz de toda a violência”: fazer de determinadas pessoas, corpos, paisagens, artefatos, linguagens inteiras meros objetos (1987, p. 37). Apesar de colocados às margens da construção do conhecimento científico, elementos narrativos sempre estiveram presentes, desde as descrições “neutras” e “racionais” até o fazer dos mitos das nossas disciplinas (Doty, 2007, p. 4). Mais do que isso, contar histórias, escrevê-las é um ato dos corpos, sobre os corpos e para os corpos. Não é à toa que desata nós na garganta e água nos olhos – as ações e reações são físicas e materiais (Anzaldúa, 2015, p. 5).

Contudo, como escrevo não sobre o meu corpo, mas sobre os de outros, suas experiências e sensibilidades, seus nomes e histórias muitas vezes esquecidas, eu o faço numa tentativa de, também, testemunhar. Roxanne Doty (2011, p. 212-217), ao repensar as rígidas éticas do testemunho desenvolvidas por Giorgio Agamben no livro “O que resta de Auschwitz” (2008), estabelece uma relacionalidade mais ampla que faz do ato de testemunhar algo que pode ser feito para além da experiência em primeira mão, ou seja, por terceiros que não estiveram presentes durante os acontecimentos, porém se sentem afetados e sensibilizados o suficiente para reproduzir, de forma situada, as histórias que receberam. Por essas e outras é que também escrevo em primeira pessoa, muitas vezes em um tom ensaístico que pode parecer distante do texto puramente acadêmico – preciso ser vista no texto, para que

se compreenda não só a distância entre mim e os sujeitos da pesquisa, mas o que nos conecta, o que nos mobiliza.

Aliás, se for preciso escolher uma só história que seja o estopim para este trabalho, então seria as mortes de Óscar e Valéria Martinez.



Figura 3 - Óscar e Valéria Martinez, pai e filha em foto de arquivos pessoais.

A foto acima é uma bem diferente da que estampou diversas manchetes internacionais no final de junho de 2019. Lembro de ouvir meu pai murmurar, estupefato, que a morte de ambos era uma barbaridade, ao passo que a imagem de seus corpos afogados nas margens do Rio Bravo sumia e o âncora do jornal noturno anunciava outra matéria completamente díspar. Barbaridade, sim, por tantas razões que poderão me faltar páginas para escrever. Por enquanto, que fiquemos com uma delas: Óscar e Valéria não são os únicos – nem os primeiros nem os últimos e, uma hora ou outra, seus nomes e rostos também irão desaparecer ao longo das fronteiras que tanto se esticam.

Testemunhar, para Doty (2011, p. 216), se torna, então, tanto uma forma de resgate do esquecimento quanto de resistência, visto que pode restituir à memória

pública a humanidade daqueles que vivem e morrem como “vidas nuas”¹⁴. Pode ser, é claro, mas deixo o mérito da resistência a quem anda, um passo após o outro, pelas rotas de migração e aos ossos de quem um dia andou. Aqui, como terceira, como pesquisadora em formação, encaro mais como um ato de consideração, de olhar e escrever atentos aos corpos e às fronteiras onde são abandonados, mas ainda se fazem viver (Macé, 2018).

É necessário, pois, compreender as violências através da corporeidade, ou seja, tanto pelo que compõe o corpo – pele, sangue, carne, órgãos, ossos – quanto pelas percepções criadas por e sobre ele, as relações de poder em que se engendra e os aparatos que o cercam, construindo suas subjetividades, individual e coletivamente (Mbembe, 2021, p. 12). No caso analisado, a destruição é direcionada ao sujeito migrante, em trânsito e sem documentos, geralmente pobre e de origem afro e/ou indígena das Américas Centrais, desapropriado sistematicamente de seus meios de vida. Assim, trago a corporeidade como uma referência tangencial, pois ela ilustra a profundidade da relação entre o esticamento das fronteiras estadunidenses e a necropolítica que vitima milhares de migrantes ao longo dos anos, com critérios econômicos e raciais.

As construções do migrante latino-americano como descartável, ilegal ou “*alien*” revelam um “corpo noturno” da soberania estadunidense, que mata e deixa para morrer não só em seu território, mas gera condições, direta e indiretamente, para que isso aconteça em outros. Isso se faz a partir dos processos de racialização, percepções de inimizade, discursos acerca de um inimigo fictício profundamente internalizados na construção psíquica das fronteiras (Balibar, 2005; Rosas, 2019; Mbembe, 2019). Se a concepção normativa da soberania, segundo Mbembe, é a que possibilita ao homem e à mulher a “autorrealização, autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação” através da liberdade e da razão, a que mata além das proibições elege justamente aquele que é visto como desprovido de razão, o “selvagem” que habita as colônias e fronteiras (Mbembe, 2019). Embora as fronteiras entre um país e outro tendam a cumprir as funções territoriais dessa

¹⁴ Coloco o termo entre aspas pois tenho reservas quanto ao seu uso, o que será desenvolvido mais tarde na dissertação.

separação, há mais aparatos, materiais e ideacionais, que atuam para além de seu espaço e desafiam a ideia de uma soberania fixa.

Tal relação de profunda inimizade é o que caracteriza a necropolítica, em que “o exercício do poder se faz às custas da morte do O/outro” (Mbembe, 2019). A morte e o terror, pois, se tornam a estrutura pela qual se regula as populações, as vigia e as disciplina, em especial aquelas que habitam o limite entre a vida e a morte, consideradas supérfluas. Gilberto Rosas (2019) vai além e cunha o termo “necrossujeição” para apontar as formas com que tais indivíduos e coletividades convivem e constroem suas subjetividades, agências, relações com os aparatos que ou exploram ou exterminam seus corpos.

Além disso, também reconhece as formas com que a violência e a representação constante de migrantes sem documentos como “vidas nuas” normalizam discursos e práticas paternalistas. Estes são utilizados até mesmo por defensores dos direitos humanos, de forma acrítica, ou então justificam intervenções de supostos auxílios humanitários e financeiros, intensificando ainda mais os laços de dependência entre países e populações (Estévez, 2021). Falha-se muitas vezes em apontar as estruturas, processos e instituições envolvidos mais profunda, direta e indiretamente na desapropriação dos direitos dos migrantes e seus meios de vida (Macé, 2018; Rosas, 2019).

É importante, pois, entender que o migrante não é um sujeito descartável, mas construído assim; ele não é uma “vida nua”, mas uma “vida desnudada”, como dito por Marielle Macé (2018). Há processos e relações de poder e desigualdade específicas que constroem populações inteiras, normalmente marcadas pela diferença étnico-racial, a condições de terror, violência e esquecimento. Segundo o conceito de necropolítica, o migrante sem documentos e em trânsito, colocado nessa posição de descartabilidade, não precisa ser morto, apenas deixado para morrer – e não só pela ação do Estado, mas sua omissão e às ações de outros agentes necropolíticos, como milícias, grupos paramilitares, crime organizado (Estévez, 2018).

Não obstante, Andrés Henao Castro (2016) aponta que entre as tecnologias do necropoder das fronteiras estadunidenses estão desde a violência “orgiástica” dos mais variados agentes citados até o desmantelamento sistemático das infraestruturas

que permitem a vida, como a neoliberalização econômica dos países mesoamericanos através da manutenção de salários em níveis baixíssimos, exploração extrema de recursos e expropriação material de populações inteiras (Castro, 2016). Portanto, a descartabilidade se dá também pela possibilidade da exploração desenfreada da força de trabalho do migrante e de quem habita tais “regiões fronteiriças”, pois:

“a fronteira deve ser porosa o bastante para permitir que um nível suficiente de mão de obra barata venha de fora, mas também impermeável, para que sempre esteja pronta para ser reforçada sob o discurso de securitização nacional” (Castro, 2016, p. 247).

Em um livro recente, Ariadna Estévez (2021) também identifica como a precarização da vida em regiões como a América Central através de políticas neoliberais e acordos de cooperação e ajuda internacional, concomitantes aos financiamentos de forças securitárias e anti-migratórias, se desenvolveram como novas formas de gerenciamento necropolítico das migrações. Os regimes de expulsão, ancorados na exploração dos territórios em um modelo quase que neocolonial, têm estrangulado as populações centro-americanas ao ponto em que “fuga” e “expulsão” se confundem, fazendo da migração para os Estados Unidos a única possibilidade de uma vida digna, segundo suas percepções (Pradilla, 2019). Tais elementos ainda dialogam com os aspectos fenomenológicos citados por Balibar (2002) sobre habitar fronteiras em vez de apenas atravessá-las. Ou melhor, “ser” fronteira: corpos que atravessam e são atravessados pelas políticas de morte e expulsão ao longo de gerações, subjetivados em condições baseadas na linha de cor que se formou através das colonizações e colonialidades – que, não podemos esquecer, é o fundamento da necropolítica (Mbembe, 2019).

No primeiro capítulo, pois, faço um resgate histórico da formação das fronteiras estadunidenses e seu processo de expansão para os territórios mesoamericanos. Contudo, concomitante a isso inicio um desenvolvimento teórico sobre como a fronteirização se estabelece, primordialmente, por ferramentas necropolíticas de separação, exploração e extermínio segundo lógicas raciais. Já no segundo capítulo, parto para uma descrição das tendências migratórias na Mesoamérica nas últimas décadas, as quais reagem à exploração e fronteirização do território. Ainda no mesmo capítulo, realizo uma descrição inicial das Caravanas de 2018 e suas estratégias de

mobilidade, seus precedentes históricos na região e alguns dos desafios enfrentados ao atravessar as fronteiras nacionais e as outras formadas pela governança migratória e medidas securitárias – ou seja, desenvolvo como elas expõem e tensionam o esticamento das fronteiras estadunidenses.

No terceiro capítulo, por sua vez, contextualizo o movimento caravaneiro em um processo que, segundo Achille Mbembe, caracteriza nossa contemporaneidade: o do “repovoamento global”, em que a população dos países mais pobres se vê expulsa de seus territórios devido a guerras, miséria, violência, desastres econômicos e climáticos, e acabam se direcionando aos Estados Unidos e Europa, precisamente os territórios que enriqueceram e se mantêm soberanos devido a tamanha exploração (Mbembe, 2020). Considerando, assim, as Caravanas como um movimento coletivo, para além das ocasiões em que se realizaram, é possível entendê-las como um confronto aos velhos e atuais regimes de fronteira. Para isso, desenvolvo mais sobre suas articulações e agências estranguladas pelas necropolíticas que pervadem a travessia. Mais ainda, trago as políticas instauradas pelos governos e outras instituições da região (legais ou ilegais) para deter as Caravanas como medidas de contenção, confinamento e disciplinamento de corpos a um nível quase que molecular, com novas tecnologias de vigilância e rastreamento, o que deve novamente centralizar o corpo como uma fronteira – uma série delas, espaciais e temporais.

Capítulo I: Para além do deserto

*“I pick the ground from which to speak
a reality into existence.
I have chosen to struggle
against unnatural boundaries.”¹⁵*

— Glória Anzaldúa (2015, p. 23)

*“The crisis at the border is our government. They are
the crisis.”¹⁶*

— Myles Traphagen (American Scar: The Environmental
Tragedy of the Border Wall, 2021)

Em 2012, em um evento na United States-Mexico Chamber of Commerce, o então Secretário Assistente do *Department of Homeland Security* (DHS) dos Estados Unidos, Alan Bersin, afirmou em seu discurso que “a fronteira sul dos EUA agora está em Chiapas, na divisa do México com a Guatemala” (Latina Lista, 2012). Bersin, aliás, é chamado carinhosamente de “Border Czar”¹⁷, mas pode ter sido um tanto delicado demais em sua declaração; a fronteira já estava para muito mais além. Uma questão de ocasião, quem sabe, visto o teor do evento. Contudo, é uma declaração que oculta as reais dimensões, o alcance e a violência dos processos de esticamento das fronteiras estadunidenses, ao mesmo tempo em que revela a facilidade e, a bem dizer, a impunidade com que se diz algo do tipo, ainda que em sentido figurado.

Tal regime de fronteirização, apesar de muito associado às medidas securitárias instauradas após os atentados de 11 de Setembro, se enquadra em um panorama mais antigo e estrutural de expansão, exploração e despossessão capitalista (Walia, 2021; Hiemstra, 2019). Se observado pela ótica migratória, ainda temos o controle das mobilidades para fins de contenção racial e social, o qual não está limitado apenas aos *checkpoints* nas fronteiras entre um país e outro, mas a toda uma rede de burocracias, leis, vigilância e dependência econômica que é tecida sobre os territórios

¹⁵ “Eu escolho a terra de onde cantar / uma realidade até a existência. / Eu escolhi combater / falsas fronteiras.” Tradução própria.

¹⁶ “A crise na fronteira é o nosso governo. Eles são a crise.” Tradução própria.

¹⁷ “Czar da Fronteira”, “Czar” sendo como são chamados os chefes de Estado russos da época do Império. O termo ainda contém uma conotação de autoritarismo e poder beirando ao despótico.

e corpos que os habitam. O desenvolvimento de estruturas do tipo não é uma exclusividade das Américas, aliás – a União Europeia e a Austrália reproduzem algo muito semelhante (Huerta, 2015) e há autores como Todd Miller (2017) que verificam o esticamento das fronteiras estadunidenses em outros continentes, como África e Oriente Médio.

Apenas como um exemplo: muito antes de o Border Czar assumir seus altos cargos no governo dos Estados Unidos, ou de os próprios atentados de 11 de Setembro destruírem as Torres Gêmeas e o Pentágono em 2001, forças policiais mexicanas e guatemaltecas realizavam operações visando a detenção e deportação de migrantes centro-americanos em direção aos EUA, com apoio financeiro e logístico deste (Jaramillo, 2001). Em junho de 2001, ao longo de 15 dias, 6 mil migrantes guatemaltecos e outros 3 mil de outras nacionalidades centro-americanas foram detidos e deportados de volta para seus países de origem – foi apenas o começo do *Plan Sur*, operação regional financiada pelos EUA para identificar, deter e deportar em massa imigrantes centro-americanos em trânsito pela região.

Meu intuito através deste capítulo é analisar, através de um resgate histórico da formação das fronteiras estadunidenses e como se desenvolveram as condições enfrentadas pelos migrantes latino/centro-americanos em trânsito até os Estados Unidos. Acredito ser um passo importante antes de me dedicar, de fato, às Caravanas de Migrantes de a partir de 2018, pois a penetração dessas fronteiras nos territórios mesoamericanos e seu cotidiano social causa tamanha crise de deslocamento e *desarraigo*¹⁸, como cunhado por Jorge Durand (2020). Chega a ser uma ampliação daquele dizer muito comum entre o ativismo chicano: “não cruzamos a fronteira, a fronteira que nos cruzou” (McCaughan, 2020). E continua(m) a cruzar, de formas que não exatamente envolvem conquista e invasão territorial, como o acontecido após a guerra entre México e Estados Unidos em 1848 e a assinatura dos Tratados de Guadalupe Hidalgo.

¹⁸ O termo pode ser traduzido para “desenraizamento”, mas decidi por utilizar o original em espanhol por entendê-lo como um conceito muito único à experiência mesoamericana.

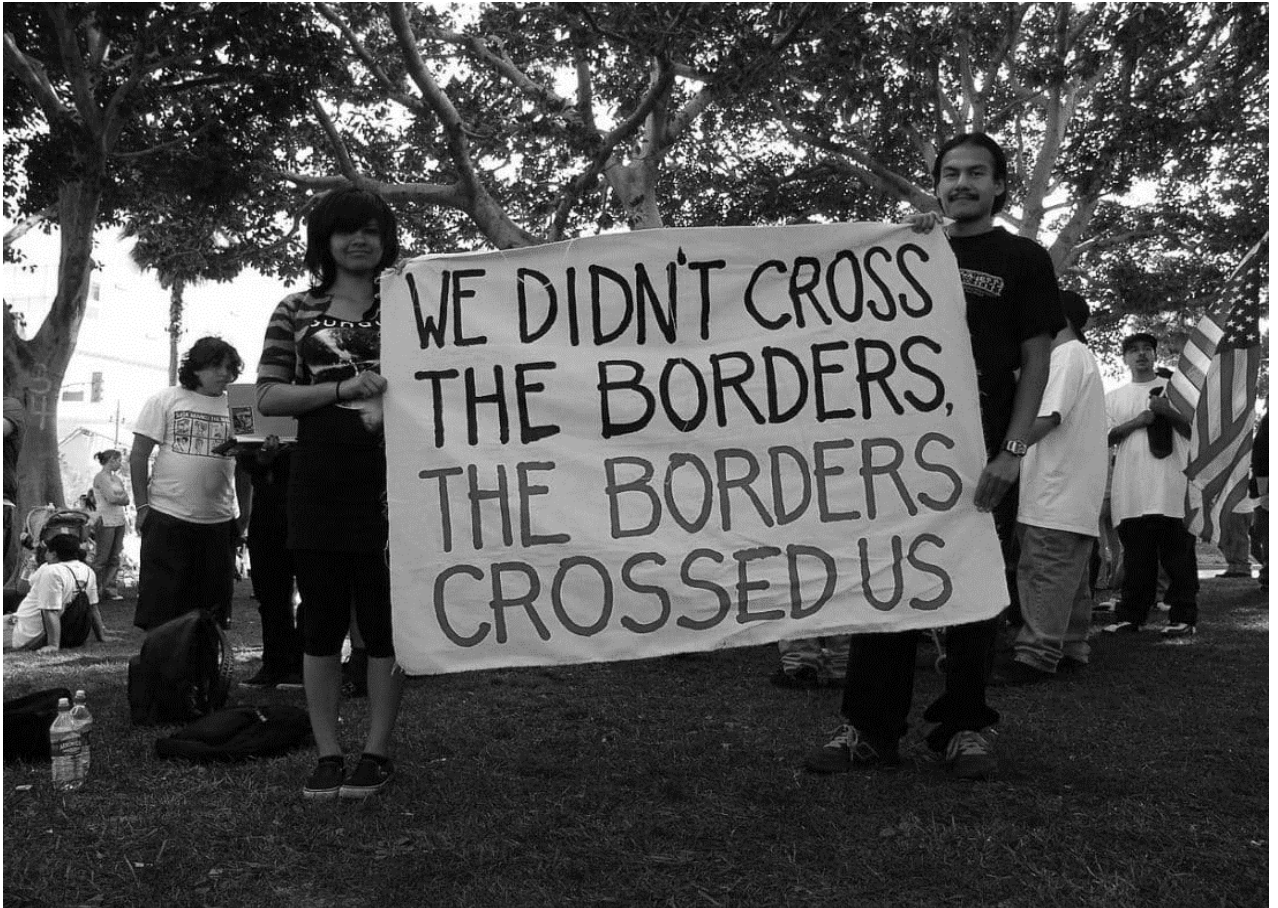


Figura 4 – Ativistas pelos direitos dos migrantes em uma marcha em Los Angeles, Califórnia (McIntosh, 2006).

Os métodos agora são um tanto mais sofisticados, mas utilizam-se do mesmo princípio que as ocupações coloniais: o exercício da soberania a fim de categorizar seres humanos, controlar seus movimentos e espaço (Mbembe, 2016). O que se estabelece, através do esticamento das fronteiras, é uma **governamentalidade necropolítica**. Esta, pois, surge através da mobilização de diversos aparatos que criam e recriam cenários de vulnerabilidade, “fazendo morrer e deixando morrer” indivíduos e coletividades consideradas descartáveis (Mbembe, 2016). Através do resgate histórico já mencionado, desejo também estabelecer as fronteiras exteriorizadas como construídas por políticas de morte, violência e extermínio, seja por ações diretas ou simples omissões, contra migrantes vindos, em geral, do chamado Sul Global – não só centro-americanos, que são o foco desta pesquisa.

Fronteiras espectrais

Uma cerca, uma rede de arame farpado ou um muro; uma ponte, um posto de vigilância, um letreiro de boas-vindas ou uma placa de “proibido ultrapassar”. Estas são representações e estruturas comumente associadas às fronteiras. Às vezes tais são referenciadas por rios, cordilheiras de montanhas, vales, faixas marítimas até – elementos geográficos naturais que até fazem os limites entre o “lado de cá” e o “lado de lá” serem considerados perenes e imutáveis. O que passa um tanto longe da verdade. Por mais numerosas e antigas que sejam as histórias que versam sobre a formação de fronteiras, estas, como divisões entre entidades políticas soberanas, são relativamente recentes e características do avanço da modernidade, do colonialismo e, por último, dos processos de descolonização e separatismo do século passado (Jones, 2012).

Algo tão firmemente traçado, no entanto, é o que menos captura a essência de uma fronteira. Na verdade, Étienne Balibar (2002) adverte sobre o perigo que é tentar defini-la, mesmo como conceito, afinal qualquer exercício linguístico para tal já preconiza a representação de limites, de demarcação de significados. Além de redundante, acaba simplificando em demasia fenômenos que, apesar de complexos, tendem à homogeneização daquilo que pretende ser demarcado: territórios, identidades, comportamentos, instituições, temporalidades, etc.. Algo que ocorre na instituição do Estado nacional, segundo o autor (2002, p. 78).

A fronteira, pois, não deve ser simplificada; construir um muro no meio do deserto pode certamente impressionar e parecer uma solução “rápida” para conter o que quer que esteja em movimento pelas linhas que desenhamos em um mapa. No entanto, construções do tipo não adquirem tamanho significado apenas por si mesmas. Fronteiras se movem muito mais do que percebemos. Estão em manutenção constante, material e subjetivamente – são contestadas, reforçadas e recriadas dia após dia, até mesmo em espaços que estão bem longe do que é considerado fronteiro. E não apenas em termos simbólicos. Para isso, é preciso uma articulação contínua e muitas vezes flexível de sistemas jurídicos, linguísticos, econômicos, securitários e até mesmo estéticos para que uma barreira física – ou a falta dela – se torne um espaço de inclusão e exclusão.



Figura 5 – O muro construído na fronteira dos EUA com o México, em pleno Deserto de Sonora. A estrutura foi erguida acima das dunas, para que possa ser levantada por uma espécie de guincho e "colocada no lugar devido" à medida em que a areia a cobre.

Retomando o vocabulário de Michel Foucault (1978) e Giorgio Agamben (2009), podemos chamar tais elementos de dispositivos ou aparatos. Prefiro este último, pois expressa melhor a amplitude do que, segundo Agamben, são “configurações de práticas, medidas, conhecimentos e instituições a fim de manejar, orientar e controlar os comportamentos, gestos, pensamentos e movimentos de seres humanos.” (2009, p. 12). Através de tais aparatos, seus alcances e sua sustentação por – e criação de – relações de poder entre instituições, grupos e sujeitos, temos o que Foucault chamou de “governamentalidade”.

Assim, por governamentalidade se entende uma forma específica de poder exercido sobre a população, capaz de reger sobre seus comportamentos, movimentos, percepções, performances e sobrevivência (Foucault, 1978). É um dos fundamentos da biopolítica, já que age expressivamente sobre os corpos que compõem uma população e o faz através de tecnologias como a medicina, arquitetura, controles de natalidade, vigilância, segurança pública, etc., regendo sobre as condições em que vivem ou deixam de viver. Segundo Agamben, é o confronto, o

contato desses corpos, desses indivíduos, com os aparatos que move suas contínuas subjetivações (2009, p. 5-6).

Não estou tão interessada assim em biopolítica, mas em necropolítica; o “fazer morrer e deixar morrer”, como dito pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2016). Em grosso modo, a necropolítica se caracteriza como a gestão da morte de determinadas populações, passando por grandes demonstrações de violência, desmembramentos e, em vários casos, omissões por parte das diversas redes de poder atuantes em um tempo e espaço. Tais redes atuam como soberanas – não só representando uma suposta “autorrealização” por um lado, mas principalmente o poder sobre a morte e o direito de matar populações consideradas descartáveis (Mbembe, 2016, p. 124; 128). Não é possível, contudo, igualar tal soberania à soberania estatal, embora possam muitas vezes convergir – tal como em Foucault, o poder aqui não deve ser visto como centralizado em uma só instituição, mas sim capilarizado e produtivo de relações, comportamentos, lugares e não-lugares.

E onde estão as fronteiras, ora essa? Bom, como um limite que inclui e exclui elementos de seu espaço, a fronteira visa frear, homogeneizar, conter e imobilizar os fluxos em curso não só do lado de dentro, mas também do lado de fora. Estas, no caso aqui estudado, foram desenhadas, expandidas e esticadas por um conjunto de aparatos materiais e simbólicos que operam e se sustentam através de necropolíticas, ou seja, da morte de migrantes, especialmente de centro-americanos¹⁹ empobrecidos, e daqueles que vivem em espaços de despossessão, exatamente para fins de contenção, disciplinamento social e racial e exploração de seus corpos e territórios. Veja bem, corpos *dentro* e *fora* do que é considerado o espaço nacional estadunidense.

Assim, para esclarecer mais sobre as manifestações de necropolíticas no alastramento e multiplicação das fronteiras, creio que o mais produtivo e o mais sensível seja olhar a partir daqueles que estão sob o seu jugo: os corpos, os destinos “finais” das redes que compõem tal governamentalidade, os pontos focais da maioria das práticas de segurança, especialmente aquelas para fins de controle migratório

¹⁹ Digo “centro-americanos” para fins de especificidade de acordo com esta dissertação. Reconheço que as condições enfrentadas por eles são semelhantes às de boa parte dos migrantes latino-americanos e caribenhos, bem como às de africanos, asiáticos e demais populações em trânsito do chamado “Sul Global”.

(Wilcox, 2019). Não é o caminho mais fácil, mas é o necessário. O que, afinal, torna os corpos migrantes vítimas específicas de tais necropolíticas? Quais são as condições que fazem deles sujeitos passíveis de serem exterminados, despidos de sua sujeição política nas várias fronteiras que atravessam, inclusive a entre a vida e a morte?

A expressão “não-lugares” em um dos parágrafos anteriores, pois, não vem à toa: ela demonstra onde e como o migrante em trânsito é construído, pelos mais diversos aparatos, como um sujeito descartável; semelhante ao *Homo sacer*²⁰ do direito romano, a quem Giorgio Agamben dedicou muitos dos seus escritos (2004). Fora de seu país de origem, ele não goza dos direitos de cidadão nos territórios por onde passa; sem os documentos considerados adequados para passar pelas fronteiras e demais pontos de fiscalização, ele pode ser impedido de seguir viagem e levado a recorrer a vias clandestinas, onde está ainda mais vulnerável não só às instituições estatais e suas forças policiais, mas aos grupos criminosos e paramilitares que disputam o controle dos territórios mesoamericanos. Considerado uma ameaça constante por onde transita e também pelo seu país de destino, seu próprio movimento é criminalizado, banalizado e considerado leviano, uma mera migração econômica, o que dificulta que esses migrantes consigam proteção internacional.

Bom, é claro que não é exatamente um *Homo sacer*, mas traz à tona a figura de vida nua; ou melhor, “vida desnudada”, como cunhado por Marielle Macé (2018, p. 32), visto que esses migrantes foram construídos como sujeitos desqualificados de direitos, agência ou autonomia, tiveram tais elementos retirados, foram *despidos* deles pouco a pouco por processos históricos e estruturantes das realidades em que vivem, em voga há décadas ou até mesmo séculos. O conceito de vida nua, por mais útil que seja, não parece comportar ou apontar os processos que o constituem em primeiro lugar, simplesmente constata um estado em que o ser humano é reduzido a “somente” um corpo, um objeto, uma massa de carne sem subjetividade, agência ou vida política – não desenvolve sobre o que o levou a ser considerado assim nem critica de forma

²⁰ O *Homo sacer* é o sujeito que, no direito romano, é despido de todos os seus direitos enquanto cidadão, e considerado indesejado pelos deuses e pelos homens. Não pode ser sacrificado, mas seu assassinato também não seria punido (Agamben, 2004).

mais rígida a episteme por trás de tal categorização e diferenciação entre uma vida “plena” e uma vida “descartável”.

Na minha opinião, um corpo já é o bastante. Um corpo em movimento mais ainda. Ora, a construção de uma categoria descartável de vida, por si só, já enquadra aquelas assim classificadas em uma determinada ordem política; ou seja, as inclui precisamente através da exclusão. Um não-lugar, como mencionado. No caso dos Estados Unidos, estes têm utilizado os migrantes sem documentos e em trânsito como inimigos presumidos à sua soberania, bem-estar e preservação de sua população, cultura e costumes, muitas vezes alegando “invasões”, “enxurradas de migrantes” entrando por uma fronteira demasiado fraca, porosa e mal defendida (Nevins, 2003). Os migrantes são, pois, incluídos no discurso, nas políticas e no imaginário social através de sua exclusão do território e tecido social (ou esforços para tal) e marginalização extrema, passando por negação de acesso a serviços públicos de saúde e educação, criminalização, perseguição pelas instituições policiais e por cidadãos comuns e até mesmo por terminologias oficiais que se referem a eles como algo além do humano, sub-humano talvez: “*unauthorized aliens*”²¹ (IRCA, 1986; Nevins, 2003; Doty, 2011; Grothman, 2024). Não é lá um vocabulário muito agradável.

Tal linguagem que se refere aos migrantes centro-americanos como “alienígenas”, “selvagens”, “invasores”, “portadores de doenças”, algo distante dos parâmetros do que é ser humano ou “civilizado”, faz parte da construção das fronteiras dos Estados Unidos, pois mobiliza antagonismos entre identidades coletivas, que são então internalizados pelos indivíduos – algo que, para Étienne Balibar (2007), faz com que a fronteira deixe de ser somente uma realidade externa, mas constituinte de como os indivíduos veem a si e à comunidade. Um reforço àquilo que os Estados Unidos são como instituição, nação e comunidade *soberana*.

No ensaio “Necropolítica”, Achille Mbembe aponta os imaginários sociais e culturais como o que “dão sentido à instituição de direitos diferentes para diferentes categorias de pessoas e para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; ou seja, o exercício da soberania” (2016, p. 135). Tal categorização envolve, também segundo

²¹ “Alienígenas desautorizados” é um dos termos mais comuns utilizados em veículos de mídia, relatórios, discursos políticos e sites oficiais de instituições de fiscalização fronteiriça e migratória nos Estados Unidos quando se trata de migrantes sem documentos regulares de acordo com as normas do país.

Mbembe, uma ansiedade pela separação do Outro, relegando-o à posição de descartável, de sujeito sem direitos, e, assim, passível de ser assassinado ou sofrer as mais inimagináveis violências. Do outro lado, no entanto, o que se instala é uma versão normativa de soberania, de simples “autorrealização” dos indivíduos (Mbembe, 2016, p. 124). O que pouco se fala é que esta depende da morte de seus Outros, simbólica e materialmente. É este um dos pilares das ocupações e guerras coloniais, é o que sustenta o que entendemos por “raça”; as fronteiras, especialmente as entre os povos (brancos) dos países hegemônicos e os demais do que hoje em dia chamamos de “Sul Global”, são seus legados.

Portanto, é mais do que necessário resgatar as raízes coloniais da formação das fronteiras dos Estados Unidos, nutridas pela presumida superioridade racial, cultural, econômica e militar advogada pelo Destino Manifesto estadunidense. De acordo com John D. Márquez (2012, p. 480), foram esses preceitos que consolidaram os limites oficiais do país como os conhecemos hoje, especialmente os ao sul, e as políticas de contenção migratória. O avanço para o Oeste, o qual envolveu a conquista das terras mexicanas – que correspondem ao que atualmente são os estados da Califórnia, Novo México, Nevada, Arizona, Texas, Utah e partes do Colorado e Wyoming –, se deu por pilhagens, massacres, expulsão das populações nativas ou descendentes de espanhóis, anteriores aos colonos brancos estadunidenses (Torres, 2002).

De um lado havia a população branca, protestante, falante de inglês e majoritariamente escravagista, mas republicana – marcadores atribuídos à “civilização”. De outro, em uma grande *frontierland*²², uma população mestiça, de origem majoritariamente indígena, com pele escura e tateando os terrenos entre as crenças nativas quase perdidas e as imposições católicas (Anzaldúa, 1987; Torres, 2002). Greg Grandin (2019) ainda ressalta que, historicamente, a fronteira estadunidense não foi exatamente vista como um limite, mas um espaço imenso que deveria ser explorado desenfreadamente; uma *terra nullius* supostamente vazia, mas ingovernável. As linhas, pois, poderiam sempre ser apagadas e desenhadas mais e mais a frente, contando não só com o controle de território, mas de corpos, pessoas, suas posses e movimentos dentro e através de um espaço pensado como ilimitado. Um caos a ser pacificado, a ser expulso em conflitos sem proporção não só militar,

²² Termo atribuído a um limite encarado como interminável (Mezzadra & Neilsen, 2013).

mas moral, afinal o que se instala é a soberania, uma em termos de dominação, de decisão sobre a exploração de uma terra, uma paisagem, sobre a vida ou morte de seres humanos às vezes considerados menos que animais (Mbembe, 2019).

Contudo, fronteiras são raramente apenas externas, assim como a violência empregada para reforçá-las e mantê-las sob um perpétuo manto de selvageria e brutalidade. É a razão de eu vê-las, também, como espectros: estão lá, mas também não estão. Aparecem como um assombro, uma lembrança do terror até mesmo para aqueles que não vivem em áreas geograficamente fronteiriças. É este o aspecto subjetivo ao qual Balibar (2002) se refere ao ter a fronteira como um elemento identitário, coletivo; assim como Mbembe (2019, p. 58), que declara todos nós como seres fronteiriços, por sermos constantemente construídos em antagonismo a um e outro grupo. Bom, para uns, a fronteira é um espectro; para outros, ela é demasiado material. Visto que nos atos de separação e homogeneização há sempre elementos de violência, a demarcação do solo e da propriedade (Balibar, 2002, p. 75; Mbembe, 2020, p. 67-68), as fronteiras e aqueles que vivem nelas, que as cruzam, contestam e desobedecem-nas, passam a ser equiparados ao desgoverno, a forças impossíveis de serem controladas – perigos eminentes e passíveis de extermínio. E tais imagens precisam ser, pois, constantemente reafirmadas, redesenhadas através de discursos e políticas materiais e ideacionais, demonstrações de violência com propósitos múltiplos: manter o Outro afastado, reafirmar o controle sobre o território e, mais importante, perpetuar sensações de insegurança.

Assim, tais lógicas de guerra, invasão e inimizade nunca são realmente desmanteladas, mas sim alimentadas com novos e velhos símbolos. O que, aliás, não é feito somente sobre os territórios. Quem dera se só assim fosse. A instituição e manutenção de fronteiras sob preceitos necropolíticos, como já mencionado, é uma que divide corpos, simbólica e literalmente, entre os que podem ou não entrar – ou melhor, os que podem ou não se mover sem constrangimentos, desapropriações e violações. Não à toa a escritora chicana Glória Anzaldúa utiliza, constantemente, metáforas do corpo para se referir à fronteira: “ferida aberta”, “fincando cercas na minha carne”, “sangramento”, “*me raja, me raja*” (1987, p. 5-7). Como não, se sua família foi sucessivamente expulsa de suas terras, impedida até mesmo de visitar o cemitério tradicional em que seus ancestrais estavam enterrados devido às cercas

levantadas pelas fábricas e fazendas que ali se instalaram (Anzaldúa, 1987)? Como não, se nas regiões próximas à fronteira oficial entre México e Estados Unidos os descendentes de mexicanos, migrantes ou não, poderiam ser espancados, assassinados, agredidos de várias maneiras por simplesmente se moverem, estarem ali com seus corpos (Rosas, 2015; Márquez, 2012)? Mais do que um lugar a ser atravessado, a fronteira é também um meio de se controlar o movimento, de tentar – *tentar!* – manter parado e homogêneo aquilo que não se pode conter.

Como um limite, uma divisão entre duas ou mais entidades institucionais – será mesmo só isso? –, as fronteiras funcionam como filtros, pontos em que determinados indivíduos passarão com relativa facilidade, percebendo-a como uma mera continuidade de seu movimento, mas outros serão detidos, mantidos distantes por sabe-se lá quanto tempo, sabe-se lá onde, sob a vigília de sabe-se lá quem.

O “sabe-se lá”, aliás, não é apenas um mero recurso linguístico meu. Há também controle no desconhecido e na instrumentalização deste. Um exemplo: quando o cidadão indiano Kanu Okany Patel, de origem Sikh, foi apreendido na fronteira do México com os Estados Unidos, ele foi levado para a Guatemala *sabe-se lá por que*, preso e esquecido tanto pelos três países envolvidos quanto o seu de origem (Flynn, 2002). Após passar meses em centros de detenção, Patel cometeu suicídio, em uma cela apinhada de pessoas tão empobrecidas, desapropriadas e desnudadas de seus direitos e meios de vida quanto ele. As fronteiras estadunidenses o detiveram, o aprisionaram, se omitiram e, por último, o mataram – mesmo tão longe de onde estão desenhadas no mapa.

O que vemos, pois, é que as fronteiras são, muito comumente, contradições; são materiais e simbólicas, internas e externas, vivem através da morte e, para serem sustentadas, precisam ser vistas como espaços de constante insegurança, precisam estar constantemente ruindo. De fato, as fronteiras são perigosas, mas a maioria de suas vítimas não é quem quer tanto reforçá-las, não é a população branca e hegemônica estadunidense. Não é quem alerta haver uma “invasão” em curso, uma ameaça à soberania do país. Às custas de quem e que, então, são construídas? Bom, desde 1999, o *Arizona Open GIS Initiative for Deceased Migrants* já rastreou cerca de 4199 casos de restos humanos de migrantes encontrados na fronteira do Arizona com

o México (Humane Borders, 2024). Apenas no Arizona, veja bem! Nem metade deles foi identificada e os que foram têm nomes tradicionalmente latinos. É um mapa apinhado de pontinhos vermelhos, cada um, um cadáver, uma ossada encontrada; cada um, uma demarcação muito, muito material de fronteira, talvez mais do que os grandes muros construídos em pleno deserto.

Arames farpados por toda parte

A fronteira como a conhecemos, estando em singular ou plural, é formada por um conjunto de aparatos diversos que ambicionam realizar processos de divisão social, muito comumente por critérios étnico-raciais. Estabelecido que tais atos de separação são o que estruturam o exercício da soberania como direito de matar, logo compostos por necropolíticas, devo agora analisar como esses aparatos (leis, discursos e opinião pública, financiamento de setores policiais, burocracias públicas e privadas) foram mobilizados nas últimas décadas – ou séculos? Creio que na sessão anterior conseguimos ver brevemente que essas práticas não foram inauguradas nos Estados Unidos no século XX – a fim de criar um cenário securitário de exclusão, expulsão, exploração e, em último nível, extermínio de populações consideradas indesejáveis pelos poderes hegemônicos.

Diferente de muitos autores, ao analisar a exteriorização das fronteiras estadunidenses, Amarela Huerta (2015) identifica o início mais com concreto de tais processos ali pela década de 80, com a articulação de forças policiais e opinião pública a fim de intensificar a segurança na fronteira com o México, em especial contra a migração de populações vindas do Sul Global e o tráfico de drogas. Já Harsha Walia (2021), no entanto, vai até a década de 60. Se continuarmos voltando atrás e atrás, talvez paremos na formação dos Estados Unidos como nação; e provavelmente não estaríamos errados. Muitos estudiosos, no entanto, identificam a ênfase em uma defesa mais ampliada das fronteiras como característica da “virada securitária” após os atentados de 11 de Setembro de 2001 ao *World Trade Center* e ao Pentágono (Miller, 2017). Não deixa de ser, claro, mas o que se vê é a mobilização de políticas que já existiam, mesmo que colocadas em prática por novas instituições e em um nível

muito mais forte, rígido, alimentado pelo medo, pela fúria – ansiedades perigosas em uma sociedade historicamente hostil aos seus Outros internos e externos.

Nesta sessão, desejo partir para um repasse histórico que me permita conciliar tanto a criminalização da migração latino-americana quanto o esticamento da fronteira estadunidense pela América Central, criando e se alimentando das condições necropolíticas que capturam tais territórios. Para criar um escopo mais completo, porém ainda assim possível de ser trabalhado em uma dissertação de mestrado, seguirei com os marcos cronológicos apontados por Walia (2021), com algumas exceções pontuais. Além disso, novamente será preciso olhar para algumas fronteiras construídas internamente, e então para as externas, a fim de compreender sua elasticidade e mutualidade.

Quando firmado o Tratado de Guadalupe Hidalgo, após a guerra entre Estados Unidos e México, não bastou uma série de assinaturas para oficializar o poder e a soberania estadunidense sobre os territórios tomados. Levou tempo, levou constantes e intermináveis disputas, cruzamentos, movimentos... levou sangue. Ainda hoje leva; “a fronteira sangra”, não é isso que Glória Anzaldúa (1987) relata? Após 1848, os “mexicanos”²³ que ficaram do “lado estadunidense” da fronteira tiveram suas garantias de propriedade pouco a pouco revogadas, fosse por meios legais ou simplesmente pela tomada violenta de suas terras pelas populações brancas. Aos “chicanos”, como mais tarde viriam a ser conhecidos, restou o empobrecimento, a desapropriação, a subjugação a empregos de baixa qualidade e atividades ilegais. Além da violência, claro, dos linchamentos recorrentes, estupros, assassinatos... das repressões aos idiomas espanhóis ou nativos indígenas (Anzaldúa, 1987). Greg Grandin, historiador norte-americano que se dedicou por anos ao estudo dos massacres na América Latina – muitos deles idealizados e financiados pelos Estados Unidos – não economiza ao dizer:

“A história da fronteira à medida em que ela se move desde o Mississippi até o Sabine e Red Rivers, e finalmente para o Rio Grande e o Oceano Pacífico é – ao passar por territórios de Nativos Americanos e grandes

²³ Deixo em aspas porque, devido à época e circunstâncias, tenho dúvidas sobre a consciência nacional dos habitantes da região que, além de viverem longe do centro político do México, eram compostos em grande parte por indígenas, pequenos fazendeiros e *mestizos*, populações que também se encontram às margens do Estado nacional mexicano em formação (Torres, 2002).

parcelas de terras dominadas pelos espanhóis e mexicanos – uma história de terror inimaginável; de luto, mágoa, roubo de terras, limpeza étnica, deslocamento forçado, reassentamentos, campos de concentração, guerra, tortura e estupros.” (Grandin, 2019b)

Uma realidade que, infelizmente, não ficou no passado. Mais de 20 páginas dos comunicados de imprensa no site oficial da *US Border Patrol* notificam mortes ou casos de violência contra migrantes ou habitantes da região (USBP, 2024). Em 2000, Letícia Vélez, a mãe de um jovem que foi assassinado por um agente da *Border Patrol* enquanto fazia a travessia, declarou: “para o governo norte-americano não somos seres humanos, somos intrusos” (apud. Márquez, 2012). Tais tentativas de expulsão, pois, ainda hoje também não se limitam ao que está para fora da linha demarcada no mapa. Aproximadamente 30% da população encarcerada nos Estados Unidos é atualmente composta por latino-americanos, embora estes sejam apenas 19% da população geral do país (Pew Research Center, 2023).

Um ciclo que alimenta a si mesmo. Ao empobrecer uma determinada parte da população, marginalizá-la e criar mecanismos econômicos e judiciais para limitar suas possibilidades de subsistência e movimento, esta acaba retida em espaços periféricos, com menos estrutura, segurança e muitos ainda podem recorrer a atividades ilegais para sobreviver. E então ela se torna maioria entre os encarcerados, suas vizinhanças são as mais policiadas e por isso chamadas de violentas. Questões sociais como criminalidade, uso e tráfico de drogas se tornam intimamente relacionadas a tais populações; se tornam *racializadas* (Walia, 2021). As narrativas assim se reproduzem, justificam mais e mais políticas de marginalização e, no caso dos migrantes latino-americanos, sua vulnerabilização dentro e fora do território estadunidense.

Demonstra-se, assim, que as políticas de fronteirização não são apenas direcionadas ao espaço externo, mas também se entremeiam por técnicas domésticas de vigilância e manutenção da pobreza de categorias específicas de pessoas. Uma relação mútua se estabelece, portanto, pois tais questões alimentam políticas migratórias que historicamente criminalizam a entrada e o movimento da população latino-americana nos EUA – e, progressivamente, seu trânsito migratório pelas Américas – além de mantê-los em situações de vulnerabilidade que torna “fácil” a exploração de sua força de trabalho.

“Nós costumávamos ser donos dos nossos escravos, agora apenas os alugamos” (Harvest of Shame, 1960), disse um fazendeiro de açúcar da Flórida em meados dos anos 50 e 60, se referindo à maioria dos trabalhadores de suas propriedades: negros norte-americanos e/ou latino-americanos, estes levados para os Estados Unidos pelo então Programa Bracero ou por formas menos legalizadas de travessia. Mais uma vez, o caráter desumanizante aparece ao se referir à população pobre, não-branca e também migrante. Segundo Mbembe, o escravizado na *plantation* está em uma condição de múltiplas perdas: de seu lar, seus direitos sobre seu corpo, e de seu *status* político – reduzido a uma propriedade, com a humanidade dissolvida pelo horror e presumida descartabilidade (2016, p. 131-132).

Apesar de já se ter passado mais de meio século desde o lançamento do documentário *Harvest of Shame* no canal CBS, o cenário não mudou lá tanto assim. Em 2001, latino-americanos eram maioria entre a população trabalhadora dos Estados Unidos, normalmente ocupando empregos de baixa remuneração e pouca segurança (Torres, 2002). Grande parte dos migrantes centro-americanos nos Estados Unidos é constituída por pessoas empobrecidas, com pouca qualificação – a início, eram em sua maioria homens jovens, em “idade economicamente ativa”, mas ao passar do tempo novos padrões migratórios se desenvolveram, e hoje o número de mulheres, crianças e adolescentes se equipara ao de homens (Huerta, 2019).

O perfil econômico, contudo, continua praticamente o mesmo. Entre os migrantes centro e latino-americanos, muito o que se fala é chegar ao *El Norte*, conseguir um emprego, um trabalho que possa lhes dar melhores condições de vida e dinheiro para enviar à família que deixaram em seus países de origem. Mesmo com as medidas securitárias que estruturam as políticas migratórias estadunidenses, não houve diminuição significativa de entrada de migrantes no país até a crise econômica de 2008, que desacelerou consideravelmente a economia dos EUA e de boa parte do Ocidente. Após a recuperação, os números voltaram à “normalidade” (Miller, 2017). Cerca de 10 anos depois, em 2017, já havia cerca de 3,5 milhões de centro-americanos nos EUA, dentre eles 60% sem documentação e sem proteção estatal, 58% em trabalhos de baixa remuneração – no mesmo ano, o PIB de Honduras chegou a ser composto em ao menos 20% por remessas enviadas por migrantes nos Estados Unidos (Durand, 2020).

Não coincidentemente, a origem da maioria desses migrantes é a mesma pela qual os Estados Unidos alastraram sua influência e interferência econômica e militar durante o século passado. É por onde *hoje* esticam suas fronteiras, seus espaços e operações de vigilância, as indústrias extrativistas e projetos de cooperação econômica que intensificam a dependência de tais territórios em relação ao capital estrangeiro. Não precisamos nem procurar apenas por golpes de estado ou estratégias militares, embora eles ainda ocorram – como um só exemplo, o golpe de estado de 2009 contra Manuel Zelaya em Honduras foi amplamente apoiado por autoridades estadunidenses, visto como uma “necessidade” para a estabilidade dos interesses dos EUA na região (Mendez, 2017).

Talvez a fronteira estadunidense ainda seja uma *frontierland*, afinal.

Há ainda um longo caminho para percorrer, para transitar, antes de me dedicar de fato às redes que capturam a Mesoamérica sob um profundo regime de despossessão, porém é imprescindível compreender os processos de securitização e o reforço contínuo da soberania estadunidense (tanto territorial quanto ideacional) como algo dependente das guerras e dos conflitos travados em lugares longínquos – geograficamente distantes da população comum, mas simbolicamente próximos o suficiente para se tornarem ameaças constantes (Miller, 2017; Walia, 2021). Lugares selvagens, limítrofes, fronteiriços; onde vivem e transitam corpos²⁴ que nascem, crescem, e também morrem sob o manto de uma suposta “descartabilidade”.

Tal descartabilidade, como demonstrado anteriormente, é uma que precisa ser mantida a fim de que ainda exista, para o capital, uma espécie de “estoque” numeroso de mão de obra barata, força de trabalho submissa e coagida. E território a ser explorado, claro. Ela é construída tal como uma fronteira: sustenta, de um lado, espaços de suposta prosperidade e liberdade, enquanto do outro se mantém

²⁴ Ao falar de “corpos”, não quero me referir pura e simplesmente do material biológico que constitui um corpo, embora isso já me seja muito importante e eu os considere como categoria de sujeição política *per se*. Sinto que preciso me explicar antes que interpretem a palavra “corpos” como um mero objeto do qual foi retirado a subjetividade e agência – uma interpretação desse tipo é o que justamente possibilita a categorização e hierarquização entre populações. Por que, afinal, eu desumanizaria aquilo que nos constitui como viventes neste mundo? Por “corpos” pois, falo também de toda a sua corporeidade e aqui novamente cito Mbembe: “A corporeidade também se refere ao modo como o corpo é objeto de percepção, ou seja, como é criado e recriado pelo olhar, pela sociedade, pela tecnologia, pela economia ou pelo poder; o modo como se posiciona em relação a tudo o que o cerca ou que se move e cria um mundo ao seu redor” (2021, p. 12).

populações e territórios inteiros em um constante estado de violência e empobrecimento, mas também dependentes material e subjetivamente dos imaginários de uma melhor vida possível. Em “Nascimento da Biopolítica”, Foucault escreve que o paradoxo do liberalismo é “a necessidade, de um lado, de produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, do outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc.” (1979, p. 87). Para John D. Márquez (2012), contudo, tal lógica é um tanto insuficiente para compreender as constantes violências cometidas contra a população latino-americana nos Estados Unidos e suas fronteiras, ainda mais com migrantes em trânsito. Há de se considerar, principalmente, os componentes raciais.

Fronteiras, internas e/ou externas, normalmente têm cor(pos). Ainda mais as dos Estados Unidos, que foram criadas sob uma lógica de conquista colonial nunca necessariamente desmantelada, impostas e sustentadas pela violência contra as populações nativas e as raptadas diretamente da África para escravização. Márquez (2012, p. 480) aponta que a militarização das fronteiras estadunidenses em relação ao trânsito e presença latino-americana se deve tanto às suas raízes como ato de agressão imperialista contra um Outro estrangeiro quanto de extermínio de populações nativas – o que, na região, se sobrepunha e ainda se apresenta(va) como ameaça à expansão do “destino manifesto” estadunidense.

A fortificação material e simbólica da fronteira sul dos EUA, portanto, não é algo novo, e muito menos limitado ao seu local geográfico. Nos anos 60, o Programa Bracero, que empregava trabalhadores mexicanos nos setores agrícolas dos Estados Unidos foi definitivamente terminado depois de mais de 20 anos de atividade e um padrão de migração mexicana recorrente para o país, tanto regularizada quanto irregularizada, e para fins predominantemente econômicos. Em seguida, leis de migração acabaram por restringir, sucessivamente, a entrada de mexicanos nos EUA em favor de outras nacionalidades, especialmente europeias. O emprego dessas leis não só tornava a maioria dos migrantes mexicanos ilegais, mas também desenvolveu um sistema judiciário focado em deter, processar e deportar migrantes – de determinadas regiões, claro (Walia, 2021). Passa-se a construir, pois, fronteiras sucessivas ao redor de seus movimentos, de suas estadias dentro do próprio território estadunidense.

A preocupação crescente com o consumo e tráfico de drogas, estes já constantemente associados às populações pobres e não-brancas, criminaliza ainda mais a migração latino-americana – acreditava-se que a maior parte da maconha consumida nos EUA vinha do México (Walia, 2021). Os movimentos pelos Direitos Civis se alastraram pelos Estados Unidos, levando ao fim das Leis Jim Crow e, ao menos no papel, da segregação racial. *No papel*, repito, apenas para fins de ênfase. A guerra no Vietnã também começava a ganhar oposição interna, com movimentos pacifistas ascendendo pela contracultura. É um padrão recorrente, veja: ao passo que as pressões político-sociais dentro dos Estados Unidos começam e desestabilizam o tecido social hegemônico do país, inimigos externos são elencados para, quem sabe, uniformizar a situação interna.

“Colônias de assentamento devem sempre estar em guerra” (Smith, 2012, p. 69), tanto contra inimigos internos, invasores, quanto contra aqueles que ainda estão distantes, em terras que não se conhece. Desenvolve-se, assim, um estado securitário, retroalimentado pelas sensações de insegurança criadas por ele próprio, reacendidas por um sistema de leis, discursos e atos que se integram à subjetividade da população, ao que ela acaba por entender como identidade coletiva, uma baseada na disposição e descartabilidade da vida do Outro (Balibar, 2002, p. 77). Segundo Mbembe (2020, p. 93), nesses casos, os esforços para conter as ameaças não são apenas locais ou nacionais, mas se estendem pela superfície planetária, aproveitam-se de uma aparente e suposta “dissolução” das fronteiras, de imagens de contaminação, de que o que deveria estar fora já está dentro, ou que já não existe nada que de fato diferencie esses espaços. A fronteira, portanto, não tem somente a função de excluir o que está fora, mas também a de homogeneizar o que está dentro (Walker, 1993) – como se ambas as coisas fossem viáveis, como se fosse possível expurgar o Outro de si, o caos que ele representa e materializa dentro e fora de nossas fronteiras territoriais e corporais. Tendo isso em mente, é impossível pensar as fronteiras como simples linhas desenhadas no mapa. Elas são mais elásticas e ramificadas do que parecem, adentram o próprio território e se expandem para outros.

Como ferramenta de fronteirização, a criminalização constante da população latino-americana funciona um tanto bem demais. A migração de latino-americanos para os Estados Unidos não demorou a ser associada à ilegalidade, à “deficiência”, à

selvageria; ao consumo e tráfico de drogas, alta criminalidade e pobreza. A maior parte dos migrantes em território estadunidense moravam em bairros pobres, vinham de contextos arrasados por diversas formas de violência política e social, ocupavam empregos de baixa renda e confiabilidade, além de serem constantemente vulnerabilizados pelas leis que tornavam serviços públicos inacessíveis a eles. Tanto Márquez (2012) quanto Walia (2021) apontam uma ampliação discursiva de tal criminalização por volta dos anos 80. Para Huerta (2015), é esta também a década que marca o esticamento securitário das fronteiras estadunidenses ao longo da Mesoamérica. É em 1982, pois, que Ronald Reagan inaugura, oficialmente, sua “guerra às drogas”, a qual não envolvia apenas medidas domésticas, mas uma série de operações internacionais, em especial na América Latina – por exemplo, plantações inteiras de maconha no México foram envenenadas por helicópteros estadunidenses, afetando o solo, a população e o cultivo local de outros produtos (Rico, 2021). Um estado de insegurança que precisa ser combatido globalmente, devo lembrar. Importante ainda apontar que ao longo de boa parte do século passado, os Estados Unidos estavam fortemente envolvidos nos conflitos, extermínios e ditaduras deflagradas na América Central, a maioria de contrainsurgência contra grupos revolucionários socialistas. Estas acabaram por produzir grandes deslocamentos e uma considerável população de migrantes buscando asilo nos países vizinhos, entre eles México e EUA.

Em 1986, ainda sob governo Reagan, foi instaurada a *Immigration Reform and Control Act* (IRCA), que por um lado “anistiou” cerca de 3 milhões de migrantes mexicanos irregularizados nos EUA, mas por outro proibiu qualquer empresa ou cidadão de contratar migrantes sem documentos regulares e aumentou expressivamente as verbas direcionadas à militarização e aumento de funcionários da *Border Patrol*, bem como suas obrigações e alcances legais. Segundo Rosas (2015, p. 4), a medida – que já vinha sendo debatida há cerca de 14 anos – previu a atuação de tropas militares e da Guarda Nacional para fins de vigilância da fronteira, combate à migração e entrada irregular nos Estados Unidos e aumentou o financiamento de construções de centros de detenção para migrantes.

A própria IRCA foi alvo de críticas e debates, e dos dois principais escopos políticos dos EUA, especialmente devido à medida de regularizar a estadia de milhões

de migrantes sem documentos que estavam no país antes de 1982 (Rosas, 2015). O vocabulário, novamente, não é dos mais agradáveis, e expõe as ansiedades raciais pela expulsão dos elementos não-brancos. Há o medo da criminalidade, de uma “invasão” de latino-americanos, de estupros, assassinatos, de contaminação por doenças e comportamentos que opiniões hegemônicas consideravam “selvagens”. O medo de eles – eles, os Outros! Os pobres e de pele mais escura! – onerarem os serviços públicos. Há também o medo de o espanhol substituir o inglês como língua oficial, o medo de a população com descendência latina *substituir quase que completamente* a população branca (Torres, 2002). O medo da contaminação sanitária, cultural e moral por “aliens”.

E o medo justamente por ser um sentimento perigoso, é mais do que estratégico. Na década de 90, houve um plebiscito na Califórnia pela *Proposition 187*, que proibia que qualquer serviço público fosse prestado a migrantes que não declarassem legalidade nos EUA, de serviços de educação a saúde, além de demandar que as forças policiais investigassem as condições migratórias de qualquer um sob suspeita, o que basicamente legalizava perfilamento racial (Nevins, 2003; Márquez, 2012). Entre os argumentos mais comuns, o medo, o receio de que o estado da Califórnia logo teria o espanhol como língua oficial e principal, e que a população seria em sua maioria de origem latino-americana (Nevins, 2003). A proposição foi aprovada em 1994 e, apesar de declarada inconstitucional em 1999, iniciativas similares foram aprovadas no Arizona, Colorado, Texas e outros sete estados estadunidenses, nem todos da região *de facto* fronteira.

Ainda na década de 90, houve outras iniciativas a fim de reforçar a fronteira física com o México – ao mesmo tempo em que se inaugurava o NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), do qual falaremos em capítulos posteriores. Algumas dessas iniciativas fizeram com que a região se tornasse, até hoje, uma fossa a céu aberto, apesar da considerável ineficácia em deter os trânsitos migratórios. As questões de controle migratório passaram a ser tratadas mais como pertencentes a uma ordem militar do que jurídica, com Bill Clinton declarando em 1993 que as principais ameaças à soberania dos Estados Unidos consistiam em “tráfico de *aliens*”, “imigrantes ilegais” e “terrorismo internacional” (Márquez, 2012, p. 483-484). Uma estratégia eleitoreira, mas que novamente tomava os migrantes latino-americanos como inimigos

primordiais da nação estadunidense, associando-os a atos de terrorismo quase uma década antes dos atentados de 11 de Setembro.

Entre 1993 e 1995, pois, os pontos em que havia mais travessias de migrantes entre México e Estados Unidos passaram a ser fortemente vigiados pelos agentes da *Border Patrol*, com novas tecnologias de vigilância e armamentos, e muros a serem erguidos especialmente nas áreas urbanas e mais iluminadas. As operações conhecidas como *Hold the Line* (na área de El Paso, Texas) e *Gatekeeper* (em San Diego, California) forçaram os migrantes a tomarem rotas menos conhecidas e mais perigosas, normalmente através do Deserto de Sonora e logo se tornaram medida padrão para o resto da fronteira física. A premissa de tais operações vem da “*prevention through deterrence*”, já utilizada contra os migrantes haitianos e cubanos da década anterior a fim de maximizar os perigos da travessia, dificultar tanto, tanto o caminho para os Estados Unidos que os migrantes que não fossem detidos pela USBP seriam então detidos pelo mar ou pelo deserto, pela própria geografia, pelas condições inumanas a que seriam submetidos – sede, fome, animais selvagens, calor, frio (Doty, 2011). Situações que, ao menos na superfície, não teriam envolvimento das forças policiais – uma instrumentalização da própria omissão, a qual, segundo Doty (2011b), serve como uma espécie de “álibi moral” para as autoridades estadunidenses não serem responsabilizadas pelas mortes de migrantes e violências cometidas contra estes na fronteira.

Entrando no século XXI, medidas securitárias foram exponencialmente aumentadas após os ataques de 11 de Setembro de 2001. A instalação do *Homeland Security Act*, que criou o *Department of Homeland Security* (DHS) em 2002 e com ele a *U.S. Immigration and Border Customs* (ICE) constituiu uma “mudança de paradigma” que fortaleceu as prioridades securitárias não só dos Estados Unidos, mas de boa parte dos países que estavam sob sua influência (Miller, 2017). A partir de 2001, pois, a fronteira sul com o México passou a ser considerada, em discurso e prática, a principal entrada possível para terroristas – apesar de nenhuma evidência que corroborasse com tal crença (Andreas, 2003) –, assim como para toda sorte de criminosos, traficantes e ameaças à população estadunidense. Imigrantes estavam pressupostamente incluídos em todas essas categorias.

As reações ao 11 de Setembro foram colossais. Novos órgãos de governo foram inaugurados, tais como o *Department of Homeland Security* (DHS) em 2002 e o *Immigration & Customs Enforcement* (ICE) em 2003. A *U.S. Border Patrol* (USBP) foi ainda mais elevada a uma instituição prioritária à segurança nacional estadunidense, além de haver o engendramento de todo o considerado “mundo civilizado” em uma Guerra ao Terror. A intensificação da vigilância sobre as fronteiras nacionais realmente formou um grande contraste com os discursos que estavam se formando nas décadas anteriores, inflamados pela globalização e a abertura de novos mercados após o fim da Guerra Fria, encantados pela tal “superação” das fronteiras e dos Estados nacionais.

Contudo, a década de 90 foi um dos momentos em que mais surgiram fronteiras ao redor do globo e métodos de vigilância para demarcá-las – não só pela queda da União Soviética e separatismos no Leste Europeu, mas pelo próprio avanço do neoliberalismo como modelo econômico, político e social (Jones, 2012). Não é uma simples coincidência. Ao passo em que o mundo se torna “globalizado”, menor em tempo e distância, e a abertura econômica ao comércio e consumo se introduz no cotidiano da maioria dos povos, também aumenta a vigilância e a burocracia desprendidas para monitorar os movimentos entre as fronteiras, de capital, mercadorias e, principalmente, pessoas (Jones, 2012).

As preocupações com segurança nacional após o 11 de Setembro inflaram, cada vez mais, sentimentos anti-migratórios nos Estados Unidos. Afinal, após tamanha tragédia, o perigo poderia estar em toda a parte, dentro e fora; o bastante para a ordem ser suspensa, fazendo com que os direitos e as existências de determinadas pessoas – não-brancas, especialmente migrantes vindos do Oriente Médio – fossem vilanizados de uma forma considerada até mesmo legítima. Com a atuação do recém-criado ICE, deportações passaram a ser cada vez mais numerosas, e o ato de cruzar a fronteira sem documentos deixou de ser apenas um delito para se tornar um crime. O que feriu as várias comunidades migrantes, inclusive as pessoas que cruzavam a fronteira apenas temporariamente devido a trabalho (Rosas, 2017).

A “Guerra ao Terror” inaugurada pelo governo de George W. Bush estimulou, em níveis muito amplificados, discursos e práticas securitárias que não só envolveram os limites dos territórios estadunidenses, mas o que há dentro e além deles (Huerta,

2015). Dentre as medidas tomadas após o 11 de Setembro, está a *Secure Communities*, que prevê a participação de qualquer força policial na observação, vigilância e prisão de possíveis migrantes sem documentos – resultando em uma prática sistemática de perfilamento racial –, a detenção de migrantes cruzando a fronteira por até 180 dias, o aumento da área considerada fronteira e, por isso, de jurisdição da *Border Patrol* para até 100 milhas após a fronteira, além da integralização das bases de dados federais e locais, a fim de checar e registrar qualquer mínimo delito às leis estadunidenses por parte de migrantes, irregularizados ou regularizados (Rosas, 2015). Há inclusive relatos de detenção e deportação de migrantes por meras transgressões de trânsito.

Como dito anteriormente, as declarações de que a sociedade estadunidense é ameaçada por criminosos, narcotraficantes, terroristas, migrantes – e todos eles, no imaginário hegemônico, calham de não serem brancos, veja só – não são novas. Nem mesmo o estado de vigilância constante, na esperança de se criar um espaço “seguro”, uma “comunidade sem estranhos”, é inédita (Mbembe, 2020). Esta, pois, acaba tornando determinadas parcelas da sociedade cada vez mais inseguras, cada vez mais vulnerabilizadas e vilificadas. O “perigo racial”, como ressaltado por Mbembe, faz parte de um corpo noturno das democracias contemporâneas, sua sombra, sua ameaça que muda de forma de acordo com as circunstâncias históricas (2020, p. 38). Tal estado de exceção e (in)segurança constante, no qual a ordem é suspensa, tornou-se perene, mas já é muito conhecido por migrantes não-brancos e empobrecidos, africanos raptados e escravizados, povos originários exterminados e colocados em reservas – eles sempre estiveram, afinal, do outro lado das fronteiras.

Cartografias invisíveis

Creio que está na hora de irmos para mais ao sul. E ora, os discursos de securitização nacional são apenas uma das faces que compõem a construção das fronteiras estadunidenses e seus arranjos necropolíticos. Voltemos à fala de Alan Bersin: “a fronteira sul está agora em Chiapas, na divisa do México com a Guatemala” (Latina Lista, 2012). Esta declaração foi feita em um evento da Câmara de Comércio entre EUA-México, e com ela Bersin se refere principalmente aos acordos entre

ambos os países em matérias relacionadas à segurança das fronteiras, mas também à cooperação econômica entre EUA e México, associando prosperidade à diminuição da imigração irregularizada. Um *timing* interessante, visto que os Estados Unidos apenas começavam a se recuperar da crise financeira de 2008 – o único momento em que o número de imigrantes latino-americanos que entraram no país de fato diminuiu na década anterior, mesmo com as políticas anti-migratórias mais agressivas do pós-11 de Setembro.

A fala e a ocasião podem parecer não combinar, mas não são nenhuma surpresa. A externalização das fronteiras estadunidenses anda de mãos dadas com os interesses econômicos do país, tomando forma em diversos acordos comerciais e de cooperação econômica com os países da região mesoamericana, mas também na exploração e degradação destes – uma continuidade perversa da Doutrina Monroe, que trata a América Latina toda como zona de influência estadunidense e, assim, passível de múltiplas interferências. Não é à toa que, quando as Caravanas começaram a avançar pelo território mexicano, Donald Trump ameaçou diminuir os benefícios do México sobre o mercado estadunidense e, posteriormente, a acabar com a ajuda financeira aos países da América Central (Twitter, 2018). Mais uma vez, é algo que não se deriva ou tem seu berço no pós-11 de Setembro ou na ascensão da extrema-direita trumpista.

Quanto à relação EUA-México, os laços econômicos entre os dois países já são mais do que sólidos, havendo gerado ondas migratórias ao longo do último século, por vias legalizadas ou não, para suprir a necessidade dos EUA de mão de obra barata – como o Programa Bracero anteriormente mencionado. Há de se criar vantagens para garantir a migração temporária de trabalhadores, ou condições para os envios de remessas sob menores impostos e a regularização de cidadãos mexicanos em território estadunidense, o que torna a situação destes uma espécie de moeda de troca na negociação entre ambos os países. Mais uma vez, os tweets de Donald Trump são um exemplo: uma de suas ameaças contra a Via Crúcis migrante de abril de 2018 era interromper as negociações para reviver o *Deferred Action for Childhood Arrivals* (DACA), programa que autoriza migrantes que chegaram aos Estados Unidos ainda crianças, de forma irregular, a permanecerem por mais 2 anos e se aplicarem a

um visto de trabalho. A suspensão do programa foi um dos pontos mais defendidos na campanha presidencial de Trump.

Voltando aos anos 90, a criação do NAFTA torna a influência estadunidense no país vizinho ainda mais pervasiva, expandindo a circulação de mercadorias e capital, mas não de pessoas – ao menos não pelas vias legais. Os mercados locais são cada vez mais inundados por produtos e empresas estrangeiras, o que leva muitos pequenos produtores a falirem diante da competição, e a população geral a se ver cada vez mais empobrecida (Walia, 2021). Com a liberalização econômica, não só o México, mas vários dos países da região se tornam mais vulneráveis a chantagens, trocas e pressões vindas dos Estados Unidos. É nessa mesma época, pois, que o México inicia um processo mais forte de securitização de suas fronteiras devido ao aumento do trânsito de centro-americanos e a Revolução Zapatista em Chiapas – enquanto sua própria população, principalmente a de Chiapas e Oaxaca, se via obrigada a migrar para o norte devido à falência de suas produções (Castro, 2014). Anteriormente, a presença militar na região da fronteira com a Guatemala se dava de forma pontual, até que se tornou cotidiana (Rojas, 2018). Pouco a pouco, dá-se a estruturação do que é hoje o Instituto Nacional de Migração (INM), criado em 1993 com o controle das fronteiras mexicanas como prioridade devido às instabilidades políticas e econômicas da América Central (Gobierno de Mexico, 1993). Posteriormente, veio a criação de mais sedes para a organização e postos de fiscalização, primeiro nos estados próximos à fronteira com a Guatemala e Belize, depois em outros pontos do território (Rojas, 2018).

Ainda no primeiro semestre de 2001, Vicente Fox, então presidente do México, anunciou o *Plan Sur*, uma operação regional financiada pelos Estados Unidos para identificar, deter e deportar em massa imigrantes centro-americanos em trânsito pelo país. Três meses antes dos atentados de 11 de Setembro. Forças policiais da Guatemala (diversas, não só as fronteiriças) e de outros países da região também participaram da operação e de suas fases anteriores e consecutivas, detendo e deportando, ao longo de 15 dias, 6 mil migrantes guatemaltecos e outros 3 mil de outras nacionalidades centro-americanas de volta para seus países de origem (Jaramillo, 2001). O atentado fortaleceu ainda mais operações do tipo, justificadas pelas associações quase que imediatas de imigrantes a terroristas, ameaças naturais

às sociedades ditas “civilizadas” – não só à estadunidense, pois parte da retórica da Guerra ao Terror foi justamente estabelecer um conflito insuperável entre o terrorismo e a “civilização” (Miller, 2017).

Posteriormente, outros acordos bilaterais foram firmados entre México e Estados Unidos, nos quais o primeiro se comprometia a construir fronteiras eficientes, capazes de combater o terrorismo e a entrada de migrantes irregularizados nos EUA (Huerta, 2015). Multilaterais também, com países da Centroamérica, a fim de torná-la uma “região segura”. Ao longo dos anos, aumentaram no México o número de centros de detenção, bem como o de migrantes deportados – em 2016, a estimativa é de que o México deportava nove entre cada dez centro-americanos em trânsito pelo país e em direção aos Estados Unidos (Durand, 2020).

O *Plan Sur* foi pouco a pouco redefinido e substituído por outros programas, como a Aliança para a Fronteira México-Estados Unidos (2002), o projeto Fortalecimento das Delegações Regionais da Fronteira Sul (2003), a Aliança para a Segurança e Prosperidade da América do Norte (2005) e a Iniciativa Fronteiras Seguras, também em 2005 (Durand, 2020; Huerta, 2015). O *Plan Frontera Sur*, de 2014, também é financiado em parte pelos Estados Unidos através da Iniciativa Mérida, esta em voga desde 2008 e já envolvida em outros vários acordos bi e multilaterais entre EUA e países mesoamericanos. A Iniciativa consiste em parcerias com os países vizinhos, do México até Honduras, El Salvador, Panamá..., pelas quais os Estados Unidos estabelecem uma rede de financiamento, fornecimento de equipamentos, treinamento e inteligência a agentes locais. O objetivo principal é combater o avanço do crime organizado ao sul da fronteira, mas conter o fluxo de migração também está na lista de afazeres (Hiemstra, 2019). Entre 2007 e 2010, foram 1,6 bilhões de dólares dispensados à Iniciativa pelos EUA, valor que, em 2017, correspondeu ao ano todo (Hiemstra, 2019; Miller, 2017).

Voltando ao *Plan Frontera Sur*, este foi instaurado em 2014, durante o governo de Enrique Peña Nieto (2012-2018), e envolveu um aumento considerável da militarização da fronteira sul do México, o emprego de mais técnicas e equipamentos de vigilância e uma grande ênfase no desenvolvimento social e econômico da região, ao menos em discurso (Huerta, 2019). Coincidindo com o aumento da chegada de crianças e adolescentes não acompanhados à fronteira norte com os Estados Unidos

em junho do mesmo ano, o *Plan Frontera Sur* teve como objetivo suprir as lacunas das políticas migratórias mexicanas, na esperança de “ordenar os fluxos migratórios” e “garantir a integridade e respeito aos direitos humanos dos migrantes” (Gobierno de México, 2014). Embora o programa envolvesse a criação de centros de atenção aos migrantes e o fornecimento gratuito de documentos que permitiam guatemaltecos e belizenhos a permanecerem em território mexicano, o maior policiamento das rotas migratórias conhecidas levou muitos a tomarem caminhos mais desertos e perigosos, a exemplo do que ocorreu na década de 90 com as Operações *Gatekeeper* e *Hold the Line* nos EUA (Huerta, 2019).

O discurso no qual se firma o *Plan Frontera Sur* também parece muito bonito – pela primeira vez o desenvolvimento social e econômico aparece como prioridade em um programa com tamanha magnitude e que visa securitizar uma fronteira. Acordos pela prosperidade de países do “Triângulo Norte” – Guatemala, El Salvador e Honduras – já vinham tomando forma, visando o “progresso” de setores produtivos, melhores condições econômicas e acesso à justiça. Milhões de dólares são despendidos todos os anos pelos Estados Unidos e México em tais fundos e na construção de infraestruturas básicas para a melhoria da qualidade de vida da população. Esta, no entanto, não está vendo o resultado disso. Quer dizer, vê sim, mas nas expulsões geradas pelas grandes obras, na corrupção e no abuso de poder das autoridades políticas e policiais, e no enriquecimento e expansão de grupos criminosos que já têm envolvimento na economia formal (Pradilla, 2019; Camus, 2012).

Ademais, segundo boletim do *Observatorio de Legislación y Política Migratoria*, do El Colef, no primeiro ano do *Plan Frontera Sur*, o número de migrantes menores de idade detidos no México praticamente dobrou, enquanto o contrário aconteceu na fronteira estadunidense: de 67 mil em 2014 para 39 mil em 2015 (El Colef, 2016). Um ano após a dita “crise de menores desacompanhados”.

A presença e interesse econômico estadunidense também não são de nada estranhos à Mesoamérica. Ao longo do século XX, grande parte da produção agrícola centro-americana era encabeçada pelo monopólio da *United Fruit Company* (UFC), uma das multinacionais que asseguravam a exploração da região de acordo com os interesses econômicos e políticos estadunidenses (Green, 2017; Durand, 2020). É de

onde vem o infame apelido de “repúblicas bananeiras”. As organizações populares, sindicais e pleitos por reformas agrárias eram fortemente reprimidas, a fim de manter os trabalhadores sobre um constante regime de medo (Durand, 2020). A expulsão da UFC de alguns dos países e ascensão de líderes contrários às intervenções dos Estados Unidos renderam golpes de estado, ditaduras, guerras civis e genocídios que ainda mal são reconhecidos. Ainda mais que, após o sucesso da Revolução Cubana no fim dos anos 50, as interferências estadunidenses na região se endureceram a fim de conter o alastro de organizações e ideais socialistas, havendo não só apoio moral, mas financeiro, logístico e militar aos governos e demais forças contra-insurgentes (García, 2016).

Na Guatemala, tais conflitos entre as diversas guerrilhas e o exército não se limitaram a apenas essas duas “entidades” – envolveram, a um ponto extremo, toda a população. São inúmeros os casos de invasão e extermínio de comunidades indígenas, em sua maior parte Mayas, assassinatos de líderes políticos e comunitários, padres, freiras, anciões e camponeses. Violência sexual contra mulheres e crianças era comum, além das ameaças constantes, desconfianças sobre espionagem e colaboração. Houve também uma forte militarização de todos os campos da sociedade devido ao aliciamento de crianças e jovens para comporem as frentes militares (Green, 1999). No total, os conflitos armados na Guatemala duraram quase 4 décadas, de 1960 e 1996. El Salvador também enfrentou uma guerra civil, de 1980 e 1992; Honduras, por sua vez, passou por uma ditadura bastante violenta, com atuação frequente de esquadrões da morte treinados por forças estadunidenses (Mendez, 2017).

A proximidade e relativa facilidade com que se atravessava da Guatemala para o México permitiu que muitos se instalassem neste último como refugiados ou asilados. Tamanha porosidade fronteiriça entre os dois países começou a ser combatida de forma mais intensa pelos mexicanos precisamente devido aos conflitos nos vizinhos da América Central e, mais tarde na década de 90, devido à emergência da Revolução Zapatista no estado de Chiapas (Rojas, 2018). Vários também recorreram aos Estados Unidos, tanto formalmente solicitando asilo quanto de maneira indocumentada. Da década de 70 para a 80, guatemaltecos e salvadorenhos chegaram a quadruplicar e sextuplicar, respectivamente, sua presença no país

(Cantalapiedra, 2021). Hondurenhos, por sua vez, começaram a migrar em direção ao El Norte de forma mais consistente apenas após o final da década de 90, quando o Furacão Mitch passa pela região e atinge com mais intensidade os mais pobres, os camponeses e trabalhadores (García, 2016; Durand, 2020).

Além do mais, a década de 90 é marcada por alguns pontos de inflexão: queda da União Soviética, o aparente fim da rivalidade político-ideológica entre os dois blocos econômicos principais, a crescente hegemonia do modelo neoliberal de produção e consumo. Eles certamente tiveram uma grande influência nos processos sócio-políticos da Centroamérica, esvaziando o arcabouço moral das guerrilhas e outras organizações de esquerda e viés popular. Os conflitos foram pouco a pouco “pacificados”, havendo a assinatura de “acordos de paz” na Guatemala, El Salvador e Nicarágua após longas tentativas de negociação entre as décadas de 80 e 90 (Green, 2017; Camus, 2012). Coincidentemente, os acordos aprovados e botados em prática foram apenas aqueles que previam a permanência de bases militares estadunidenses na região (Durand, 2020).

Escrevo “pacificação” e “acordos de paz” entre aspas pois tanta violência não é facilmente dissipada. Ainda mais se os perpetradores das diversas brutalidades não só ficam impunes como boa parte permanece no poder, se reestrutura como elite entre os civis, coordenando a intensa neoliberalização da economia da região e de novo ampliando a submissão a interesses estrangeiros e, em especial, estadunidenses (Green, 2017; Camus, 2012). Tudo sob uma roupagem de transição democrática que, nos próximos anos, criaria arcabouços legais e judicializados para avançar os regimes de desigualdade e exploração da população.

A abertura das economias centro-americanas reacendeu projetos de modernização da infraestrutura, expansão do agronegócio, mineração e turismo com forte financiamento estrangeiro (Camus, 2012). O preço do desenvolvimento normalmente cai na conta dos mais fracos. Como o controle estatal sobre a economia se arrefece, a população empobrecida detém de pouquíssima assistência pública, baixos salários em empregos precários, produção direcionada principalmente à exportação e ritmos de consumo cada vez mais pungentes (Durand, 2020). O avanço sobre terras comunais indígenas e exploração destas, por exemplo, forçam mais uma ruptura com os modos de vida ancestrais desses povos, impossibilitando que

sobrevivam através da subsistência em seus próprios territórios e muitas vezes os expulsando em direção às cidades, onde, dado o empobrecimento, vulnerabilidade social e racial, provavelmente ocuparão zonas periféricas e precarizadas (Durand, 2020).

Após o apaziguamento das guerras e ditaduras na América Central, o crescimento do número de migrantes centro-americanos em direção aos Estados Unidos, Canadá e até Espanha, passou a ser considerado, na literatura, nos discursos e na formação de políticas de governança migratória, um fenômeno de natureza econômica e laboral (Durand, 2020). Não deixa de ser, é claro. No entanto, tal categorização serviu e ainda serve para deslegitimar a necessidade de proteção internacional para migrantes empobrecidos em meio ao colapso de suas sociedades de origem. Ademais, tamanha ampliação dos movimentos migratórios colaborou para uma percepção de que, através da abertura e globalização da tomada hegemônica neoliberal, se tornou mais “fácil” migrar, pois as fronteiras e a autoridade dos Estados sobre elas aparentavam estar em plena decadência.

O que não passa de uma falácia. O comércio entre as nações faz com que se circule mais mercadorias e capital, que se instale empresas multinacionais nos mais distantes territórios – as *maquiladoras*, por exemplo, que se instalaram primeiro no México e depois nos demais países da Centroamérica. Ou as grandes empresas extrativistas que, levando o “desenvolvimento” da economia e da infraestrutura, também foram as primeiras a apresentar a moradores de algumas regiões onde haviam sido demarcadas as fronteiras entre províncias ou países aos quais eles não sabiam pertencer. O avanço nas tecnologias, por sua vez, promove ferramentas de comunicação, transporte e compartilhamento de informações que atravessam oceanos inteiros em poucos segundos ou horas. Sob tamanha velocidade, as fronteiras parecem, de fato, desaparecer, se esfacelar no tempo e espaço.

No entanto, elas se multiplicaram. E não só devido ao aumento no número de Estados nacionais reconhecidos após os processos de descolonização na África ou a queda da União Soviética. Uma de suas funções principais ainda é a de regular e redirecionar os movimentos – de mercadorias, capital, pessoas (Jones, 2016). Essas circulações e trocas podem aumentar, podem se tornar mais rápidas, mas não deixam de se dar de forma desigual e favorecer apenas determinadas “categorias” de ser

humano. As operações dos anos 90 na fronteira sul dos Estados Unidos com o México, bem como a mobilização de novas estratégias de contenção migratória de centro-americanos no México, por exemplo, começaram a ser aplicadas em plena época em que o NAFTA estava para ser iniciado, assim como outras diversas medidas legais internas aos EUA para intensificar a busca por migrantes sem documentos (Rosas, 2015).

Novamente, não quero diminuir a importância do 11 de Setembro como um evento que transformou as políticas e discursos securitários, especialmente os que dizem respeito à migração e às fronteiras, mas apenas enfatizar que essas práticas já estavam lá. Grande parte dessas medidas envolve não só financiamento de operações e órgãos de segurança fronteiriça, mas a avaliação, aconselhamento e treinamento através do BORTAC, o que Todd Miller (2017) chama de o braço “*SWAT-like*” da USBP. Há também múltiplos compartilhamentos de inteligência e tecnologia entre forças policiais não só das Américas, mas até mesmo da África e, mais importante, de Israel – que atualmente dá continuidade a um genocídio do povo Palestino, o que é considerado por Achille Mbembe o laboratório dos principais regimes de segregação da atualidade (Mbembe, 2016).

O envolvimento de países vizinhos e até de alguns mais distantes na tarefa de defender as fronteiras estadunidenses pós-11 de Setembro, portanto, são apenas uma intensificação de práticas constantes de intervenção que remontam, no mínimo, à década de 80 e 60 (Hiemstra, 2019; Walia, 2021). Começamos pela fronteira do México com a Guatemala e Belize, podemos ir para a entre Guatemala e Honduras, para o Caribe e assim sucessivamente... o fantasma do poderio estadunidense se estende para muito mais ao sul, ao ponto de um outro secretário do DHS ser bem mais ousado que Alan Bersin e dizer que os esforços de securitização da fronteira dos EUA vão até, na verdade, os limites do Peru (Miller, 2017).

Tais medidas são íntimas do processo de expansão de um modelo econômico neoliberal, de processos de fronteirização que geram e se alimentam das desigualdades, que expulsam os menos favorecidos, mas ainda precisam criar mecanismos de segurança para limitar seus movimentos e mantê-los afastados e/ou vulneráveis à exploração (Sassen, 2014; Mbembe, 2021). A “capacidade de resposta global” na defesa de fronteiras, esta que estimula países a reforçarem cada vez mais

suas estruturas de segurança pública – nas fronteiras ou no interior de seus territórios – para o bem de sua “soberania”, é, na verdade, uma ferramenta imperial, um processo intimamente ligado às relações e dinâmicas de poder existentes não só entre países, mas também entre classes econômicas e estruturas raciais, firmados em políticas de extermínio e descartabilidade de determinados corpos (Miller, 2017). Não precisamos nem procurar apenas por golpes de estado ou estratégias militares; basta que se observe o avanço de mineradoras, empresas de agronegócio e energia pelo território da Mesoamérica.

Basta saber quem é quem. Quem são os que injetam capital em tais projetos, suas nacionalidades distantes, seus nomes e origens raciais, e quem são os principais afetados pela exploração das terras em que nasceram, quem são os que são expulsos e confinados nas periferias das grandes cidades, com pouca ou nenhuma qualidade de vida (Sassen, 2014; Mendez, 2017). Quem exporta produtos para os países mesoamericanos com taxas baixíssimas, a preços menores que os dos produtores locais são capazes de fazer, e quem vê seus meios de sustento falirem ou suas terras invadidas por grupos criminosos, narcotraficantes e latifundiários financiados por capital estrangeiro (Walia, 2021; Rosas, 2015).

Entre os sujeitos apontados, é fácil saber quem são os possíveis deslocados forçosamente, os que estão entre a expulsão e a fuga, os futuros “migrantes irregulares” ou “ilegais”. É traiçoeiro, contudo, apontar quando foram, enfim, capturados pelas fronteiras. Quiçá já tenham nascido assim. A Mesoamérica, ora, é historicamente enclausurada entre intrincadas redes estruturais de poder colonial e imperialista, primeiro pela Europa, depois pelos Estados Unidos (mas não só), as quais geram as condições de profunda precariedade em que vivem muitos centro-americanos, em maior ou menor grau. Cotidianos beirando o extremo, o insustentável. E são precisamente as forças que sustentam tais redes as que criminalizam os movimentos, as empreitadas migratórias dessa população empobrecida, hipervulnerabilizada década após década ali, do outro lado das cercas brancas do “sonho americano”.

Capítulo II: Aí vêm os que ainda vivem

“(...) antes, mientras estaba Él en Centroamérica, esa pequeña Belén hundida en la esquina rota del mundo, nos decía en su sermón del domingo, mientras bautizaba a los desterrados, a los expatriados, a los sin tierra, a los pobres, en las aguas del agonizante Río Lempa: “el que quiera seguirme a Estados Unidos, que deje a su familia y abandone las maras, la violencia, el hambre, la miseria, que olvide a los infames caciques y oligarcas de Centroamérica, y sígame” (...)”²⁵

— Balam Rodrigo, *“Sermón del migrante (bajo una ceiba)”* (2018, p. 22)

De boca a boca, de rede em rede. De um grupo de WhatsApp para outro; foi assim que a Caravana de Migrantes de 2018, uma das maiores e provavelmente a primeira com um intuito exclusivamente migratório em sua concepção, se formou de início. A partida estava marcada para o dia 12, da estação central de San Pedro Sula, em Honduras. De acordo com Bartolo Fuentes, político e ativista hondurenho pelos direitos dos migrantes, esperava-se que apenas 150 pessoas, em média, aparecessem como combinado entre os vários grupos de Facebook e WhatsApp (Pradilla, 2019, p. 42). Um número um tanto pequeno comparado à multidão de 5 mil, 7 mil, 12 mil migrantes que viria a se reunir ali e ao longo da marcha, atraídos também pelas redes sociais ou pelos cartazes anunciando a partida, comentários nas ruas ou por transmissões de TVs locais e internacionais. O canal local mais assistido de Honduras – um religioso e de tons neopentecostais, diga-se de passagem – transmitia ao vivo o crescimento da multidão, minuto a minuto, e não poupava palavras mordazes, críticas radicais ao que quer que estivesse se passando ali.

O efeito foi o contrário, talvez por vontade de Deus²⁶.

²⁵ “(...) antes, quando estava Ele na Centroamérica, / essa Belém soterrada na esquina podre do mundo, / nos dizia em seu sermão de domingo enquanto batizava / os desterrados, os expatriados, os sem-terra, / os pobres, nas águas do furioso Rio Lempa: / “aquele que queira me seguir até os Estados Unidos, / que deixe a sua família e abandone as maras, a violência, / a fome, a miséria, que esqueça os infames caciques / e oligarcas da Centroamérica e me siga” (...)”. Tradução própria.

²⁶ Vários dos Caravaneiros expressaram em seus testemunhos e demais falas um profundo ânimo religioso para seguir o trajeto, com grande influência do crescimento do Protestantismo Neopentecostal

A um primeiro momento, o descrito acima pode até parecer um acontecimento imprevisível. Como poderíamos esperar que milhares de hondurenhos – e mais tarde guatemaltecos, salvadoreños e nicaraguenses, venezuelanos e haitianos²⁷ – se reuniram assim, de forma orgânica e descentralizada, para cruzarem em massa até os Estados Unidos? Por dias que se tornaram semanas e então meses devido à formação de novas caravanas, os migrantes tomaram as ruas, as estradas, os parques e pontes, transbordaram as vias, os bloqueios policiais e os albergues. Lotaram ônibus, caminhões e carros, preencheram os mais diversos espaços públicos com seus corpos, pertences e histórias. Uma geografia aparte, em movimento, e que impressiona.



Figura 6 - Caravaneiros marcham portando bandeiras de Honduras, Guatemala e México. Foto realizada em San Pedro Tapanatepec, na província de Oaxaca, sul do México.

na América Central. Expressões como “Deus está conosco”, “não há quem vá contra Deus” e variações são comuns nos encontros com Caravaneiros descritos por Alberto Pradilla (2019).

²⁷ Nicaraguenses se juntaram com mais consistência às Caravanas de 2019, após o endurecimento do governo Ortega em Nicarágua (Huerta, 2020). Já venezuelanos e haitianos começaram a compor Caravanas com mais frequência de 2020 em diante. Há também a presença de populações extracontinentais, como indianos, afegãos, chineses e, mais tarde em 2022 após o início da guerra com a Rússia, ucranianos. Apesar da estratégia de mobilidade em comum, as Caravanas mais recentes têm características particulares que as diferem das de 2018 e 2019, como a pandemia de COVID-19, por exemplo.

Para nós, pesquisadoras, as Caravanas podem representar a inauguração de novas formas de pensar, observar e, sobretudo, se *engajar* com os fenômenos migratórios no continente (Huerta & McLean, 2019, p. 52). Mas nem tudo é novo, nem tudo resplandece o inédito; na verdade, talvez as Caravanas de Migrantes sejam mais um apinhado de velhas histórias, de cotidianos que se repetem, que vão e vêm – e vão de novo – em faces e corpos diferentes, mas todos repletos das tensões vividas na “*pesadilla centroamericana*”²⁸.

Tais histórias, as de quem marcha em caravana pela Mesoamérica, parecem repetitivas a um primeiro momento, repetitivas *demais*. Entre desemprego, extorsões diárias pelas *pandillas*, perseguições políticas, ameaças de morte, assassinatos, pobreza, fome, desastres ambientais, corrupção e impunidade em grande parte do setor público, golpes de estado, heranças de guerras civis e ditaduras, narcotráfico, racismo, genocídio indígena, cooptação de jovens para as *maras* e demais *pandillas*, estupros, violência doméstica, juvenicídios... por Deus, quanta coisa... a “insustentabilidade da vida” acabou se tornando endêmica nesse canto das Américas (FM4 Paso Libre, 2016)

Como disse Alberto Pradilla, há algo de terrivelmente preocupante quando “uma região inteira se esvazia, foge de si mesma” (2019, p. 7).

Talvez a Caravana de 2018 tenha sido, sim, uma surpresa, até para aqueles que a compuseram. Alguns chegaram a sair sem muito planejamento, sozinhos ou com suas famílias. Apenas fizeram as malas com o pouco que poderiam carregar e seguiram os chamados, o movimento, as sinalizações de partida (Cantalapiedra, 2021). O que certamente não faz o ato de migrar, de partir, mais simples ou mais fácil. Talvez tal imagem e realidade precisem nos incomodar profundamente, precisem ser, enfim, *consideradas* (Macé, 2018). Há de se questionar com muito cuidado, afinal, o que torna alguém capaz de deixar seu cotidiano, sua vida e sua terra para trás tão de repente – depois de ver uma reportagem na única televisãozinha da casa, depois de ir para o trabalho, chegar à estação apinhada de gente carregando a vida nas costas,

²⁸ “Pesadelo centro-americano”, expressão comumente utilizada para descrever a conjuntura econômica, política e social profundamente precária de países da América Central, fazendo direta oposição ao termo “sonho americano” (Cantalapiedra, 2021, p. 26).

e então dar meia volta apenas para também juntar o pouco que tem e partir com ela (Pradilla, 2019).

Uma das explicações é que, entre essas e outras cenas, há o medo e a insustentabilidade do *ficar*. Um medo que amanhece e anoitece sem descanso, seja nas ruas de terra batida de San Pedro Sula ou nas pequenas fazendas do departamento de Huehuetenango, as quais já não produzem mais o bastante para sobreviver. Ou nas ruelas estreitas e nos *barríos* de San Salvador, em que cada passo é vigiado pelas *pandillas*, fazendo com que território, casa, trabalho não sejam um lar, mas moedas de guerra brutalmente disputadas (Pradilla, 2019; Camus, 2012). Jorge Durand (2020) fala em “*desarraigo*”, desenraizamento, para analisar a migração de centro-americanos na atualidade. Uma abordagem que não está só preocupada com as origens e os destinos, mas principalmente com quem não chega a lugar nenhum apesar de partir e continuar migrando. Através do mesmo conceito, é possível acessar as graves condições em que vivem as populações da região: segundo o autor, um longo histórico de violência estrutural e pobreza neoliberal, que torna cada vez mais fracos os laços e esperanças de vida no continente e ainda transforma o trânsito em um limbo interminável, mas letal (Durand, 2020, p. 40-41).

“*No da para más*”, segundo os próprios migrantes, “*en Centroamérica no da para más*” (Neira, 2019).

Falando brevemente de estatísticas, segundo pesquisas realizadas por pesquisadores d’*El Colegio de la Frontera Norte* (El Colef) entre caravaneiros que chegaram no norte do México ao final de 2018, mais de 50% alegaram deixar seus países de origem devido à falta de emprego e recursos econômicos para sustentar a si e à família, enquanto outros 36% citaram a violência como principal motivo (El Colef, 2019). Outras razões levantadas foram perseguição política e violência doméstica. Os motivos para migrar se entrecruzam, se intrincam assim como as estratégias utilizadas pelos caravaneiros e as tantas gerações de migrantes mesoamericanos antes – e depois – deles.

Nada de novo sob o sol e o mormaço da região, infelizmente, o qual está, inclusive, se agravando nos últimos anos; na Guatemala houve uma seca sem precedentes em 2009 (Durand, 2020). De modo muito geral, centro-americanos vêm

migrando para o *El Norte* pelas mesmas causas desde a última metade do século passado; e antes disso se deslocavam dentro da própria região. O Istmo se esvazia a conta-gotas. As circunstâncias mudam, é claro, se transformam com o tempo, mas, principalmente, se acumulam sobre os corpos que carregam cicatrizes pouco compreendidas pela temporalidade linear com a qual estamos acostumados. Na Guatemala, algumas comunidades têm um nome para algo semelhante: *las torceduras*, as torções – os grandes e pequenos eventos ou condições que desde tempos ancestrais desafiam a sobrevivência e se amontoam sobre a vida, o presente e a memória (Camus, 2012). Da mesma forma, amontoam-se também sobre o território, dão forma aos limites entre quem entra e quem sai, quem pode se mover e quem não pode – entre quem vive, quem morre e quem sobrevive apesar da morte.

Neste capítulo, pois, viso me dedicar mais às experiências dos migrantes mesoamericanos ao longo das fronteiras e rotas que os levam aos Estados Unidos, no intuito de enfim trazer corpos, histórias e rostos ao trabalho. Na primeira sessão, me debruço sobre os padrões de migração existentes na região antes das Caravanas de Migrantes de 2018, os quais já revelam alguns dos elementos que definiram tanto a formação destas quanto seus comportamentos ao longo da travessia. Também faço um desenvolvimento das condições encontradas pelos migrantes nas rotas pelo México, apontando como a governamentalidade necropolítica atua sobre os territórios em questão e sobre os corpos em movimento. Em seguida analiso a formação da “primeira” Caravana ainda em Honduras, sua partida e precedentes logísticos, digamos assim, entre os movimentos sociais da região e outros grupos de migrantes que permaneceram na clandestinidade. Já na última sessão, enfim traço a passagem das Caravanas pela Guatemala e México, abordando a reação de ambos os países, mas também a dos Estados Unidos e como elas se configuram como atos de fronteirização.

Os velhos caminhos

Atravessar fronteiras não é de nada estranho à população da América Central. Segundo Carlos Sandoval García (2016), os movimentos migratórios são estruturantes das realidades, relações e imaginários sociais na região. É difícil

encontrar alguém que não tenha família no exterior, que já não tenha ele próprio tentado migrar para os Estados Unidos ou para a Europa, que não tenha um amigo ou conhecido que desapareceu ou morreu no trajeto. Há ainda quem nasceu e cresceu em trânsito, indo e retornando pelos territórios arrasados pelas guerras civis na Guatemala, El Salvador e Nicarágua (García, 2016). A migração interna e intrarregional é uma estratégia antiga dos povos da região, principalmente dos mais pobres e das comunidades indígenas que, desde as épocas coloniais, enfrentaram a fome, a violência política, a miséria e o colonialismo interno (Prieto Diaz, 2018). Foi na década de 70, no entanto, que as populações destes países começaram a aparecer entre as estatísticas de migrantes transnacionais, com mais proeminência nos Estados Unidos e México.

Os trânsitos anteriores das populações centro-americanas, tendo elas atravessado fronteiras nacionais ou não, seguem lógicas semelhantes às de hoje em dia: busca-se a sobrevivência em meio a contextos violentos de exploração, despojo e às vezes extermínio (Araya & Araya, 2016). Começando pela colonização europeia que levou vários povos indígenas da região onde hoje é a Guatemala a se refugiarem nas montanhas do Altiplano ou nas selvas mais densas do litoral. Vieram, então, processos de independência, desapropriações de terras comunais, sucessivas expulsões de indígenas de seus espaços, invasões estrangeiras, a subjugação dos trabalhadores da região e do território à economia de exploração imperialista... e mal chegamos ao século XX (Araya & Araya, 2016; Camus, 2012).

Vários desses deslocamentos se davam por questões de trabalho nas grandes fazendas produtoras de bananas, café e outras mercadorias que serviam principalmente ao mercado estadunidense. Cruza-se até hoje a fronteira entre Chiapas e Guatemala para trabalhar, quase que diariamente. Devido às épocas distintas de plantio e colheita, as migrações costumavam ser temporárias e obedecer à disponibilidade de emprego, além de auxiliarem no desenvolvimento de uma certa urbanização, trazendo a população rural para regiões mais centrais (Araya & Araya, 2016). Além disso, as fronteiras nacionais eram porosas o bastante – será que sequer existiam? – para o trânsito intrarregional não representar um problema senão em épocas de muito conflito (Araya & Araya, 2016). Laços eram construídos entre

populações de países diferentes, tanto com e entre pessoas quanto com a própria terra.

É até incômodo falar de “países”, essa palavra que traz limites rígidos, mas não é reconhecida pelo nível dos rios nem pelas cordilheiras intocadas pelo colono imperialista – o principal interessado em demarcar e cercar o espaço segundo o seu *nomos* (Mbembe, 2020). Aí, sim, se formam as fronteiras: as físicas e as subjetivas – existenciais, ontológicas, que se dão espacial e temporalmente sobre as matérias e corpos que podem ser explorados.

Como mencionado no capítulo anterior, a migração centro-americana em direção aos Estados Unidos se tornou mais frequente entre as décadas de 70 e 80, primeiro entre guatemaltecos e salvadorenhos, depois com hondurenhos após a passagem do Furacão Mitch pelo país. Os trajetos para o *El Norte* infelizmente não eram, *não são* tão diferentes dos lugares de onde os migrantes partem. Talvez sejam até piores, visto as condições de vulnerabilidade e clandestinidade em que viaja grande parte deles. Apesar da migração sem documentos não ser considerada um delito no México, ela é fatalmente criminalizada, com detenções e deportações que tendem a aumentar a cada ano, bem como solicitações de refúgio ou asilo que são processadas muito lentamente pelo INM (Neira, 2019). Transitar pelo México com documentos também não é garantia de que terá segurança, qualidade de vida suficiente ou liberdade *de facto* para continuar seu trajeto (Camus, 2016). Caravaneiros que requisitaram as chamadas “*tarjetas de permanencia y transito humanitário*”, por exemplo, eram obrigados a permanecer nos estados do sul do México, como Chiapas e Oaxaca, até que seus *status* fossem regularizados, o que poderia levar meses, na melhor das hipóteses (Cantalapiedra, 2021).

Além das leis e assistências estatais precárias, há a corrupção e envolvimento de agentes públicos, de policiais a burocratas, em casos de extorsão, agressão, intimidação, violência sexual, sequestros e até assassinatos. A atuação do narcotráfico ainda fortaleceu uma “indústria da migração irregularizada”, tornando bastante lucrativas práticas como tráfico, sequestro, aliciamento sexual, entre outros. Não só, há ainda a marginalização e ostracismo entre a população comum, que em algumas regiões é inflamada pelos discursos xenófobos de líderes locais e

internacionais, associando a presença de migrantes com a criminalidade e crises econômicas (Huerta, 2019).

As descrições acima são superficiais, genéricas até, mas são o bastante para compreender a insegurança latente ao longo do caminho. Esta é reforçada pelas ações e omissões estatais, pela captura de setores públicos pelo narcotráfico e pela irregularidade deliberada, dotada de um amplo arcabouço legal e policialesco a nível local e global (De Genova, 2005). Com seus diversos dispositivos de vigilância, tais materiais, sociais e existenciais, as políticas securitárias de migração fazem de cada movimento do migrante, cada curva ou encontro no trajeto, uma fronteira milimétrica a ser desenhada e cruzada simultaneamente, em constante expansão e imbricamento entre interno e externo, entre territórios, corpos e seus movimentos (Mbembe, 2021).

As contradições das políticas migratórias mexicanas, seus agentes corruptos e a externalização das fronteiras estadunidenses aliam-se, pois, ao narcotráfico, que se sustenta amplamente no fornecimento de drogas ilícitas aos Estados Unidos, havendo se tornado ao passar dos anos um governo paralelo, com seus próprios métodos, exércitos paramilitares e disputas territoriais – entre si e com o próprio Estado. Em 2006, o governo mexicano declarou oficialmente uma guerra contra os cartéis, a qual até hoje já fez milhares de vítimas, entre elas os migrantes em trânsito. Encarado como uma ameaça à segurança nacional não só do México, mas também dos Estados Unidos, o narcotráfico passou a ser combatido pela própria Força Nacional mexicana, treinada e financiada pelos EUA através de programas como a Iniciativa Mérida. Contudo, assim como aconteceu com as demais forças policiais, também ocorreu com o exército – ainda que em permanente disputa, o narcotráfico coopta agentes públicos de vários níveis, e talvez vice-versa, até que não se saiba quem é o quê.

Entre as vítimas dessa guerra estão, claro, os migrantes em trânsito. A contínua criminalização da migração não evita que as pessoas migrem, apenas faz com que elas o façam em situações de profunda vulnerabilidade. Quando um migrante se depara com um policial ou um agente do INM, por exemplo, ser deportado pode não ser seu único medo. Muitos são entregues a cartéis, forçados a trabalhar para eles, traficar e, no caso de mulheres, a se prostituir. O sequestro de migrantes também se tornou um negócio lucrativo, bem como o tradicional serviço de coiotagem. Novamente, programas como o *Plan Frontera Sur*, que passaram a policiar as rotas

migratórias mais comuns e movimentadas, apenas fizeram com que migrantes tomassem caminhos mais perigosos, entre eles os dominados por cartéis de drogas, como *Los Zetas* – grupo formado, inclusive, por desertores do exército mexicano.

Essa “indústria irregular da migração” já fez milhares de vítimas, de mortos a desaparecidos e sequestrados. Em 2010, 72 cadáveres foram encontrados em uma vala comum próxima a Tapachula, todos de migrantes e na maioria centro-americanos, assassinados em modo de execução. Eles foram achados devido à denúncia de um dos migrantes sequestrados que, conseguindo fugir, procurou as autoridades e indicou o lugar em que havia sido detido e assistido um a um de seus companheiros ser executado, principalmente por se recusarem a prestar serviços para o cartel. A partir de então conhecidos como “Os 72 de San Fernando”, suas mortes enfim levaram a opinião pública e a justiça mexicana a considerarem os migrantes como uma população extremamente vulnerável à atividade criminosa, vítima comum de sequestros, extorsões e assassinatos. Após esse massacre, mais 50 fossas foram encontradas na região norte do México, e dois anos depois mais outro extermínio tomou os noticiários mexicanos: cerca de 48 corpos decapitados e desmembrados foram jogados na beira de uma estrada em Cadereyta Jimenez, no estado de Nuevo León.

Em 2006, o país instaurou oficialmente uma guerra ao narcotráfico, que se tornou uma disputa constante de territórios entre cartéis e Estado, marcada por múltiplos conflitos e massacres, mas também colaborações que pervadem a maquinaria pública mexicana (Valencia, 2012). Acirra-se, assim, o cenário necropolítico através da atuação de tantos exércitos paramilitares, financiados por indústrias ilegais como a da migração, mencionada anteriormente (Mbembe, 2016). O México, pois, desempenha bem o papel de barreira de contenção migratória para os Estados Unidos – talvez bem demais. Seja pela atuação estatal na reprodução de aparatos judiciais e subjetivos que capturam migrantes em constantes espaços de vulnerabilidade e criminalização, pela extensa corrupção de seus agentes, pela omissão ou pelos poderosos grupos paramilitares do narcotráfico, não há migrante que consiga sair ileso do trânsito pelo território mexicano. Há quem o chame de “fronteira vertical”, “país tampão”, “fossa a céu aberto”, “prisão migrante”; uma em chamas, quem sabe, tal como o centro de

detenção em Ciudad Juárez em que morreram 38 migrantes em março de 2023 – o retrato de um país inteiro sob o jugo de massacres.

As novas multidões

Apesar de compostas por histórias um tanto semelhantes à primeira vista, marcadas pela pobreza e violência, as Caravanas não são em nada homogêneas. São fenômenos complexos e dinâmicos, constituídos por grupos de origens diferentes, nacionalidades, profissões, escolaridades, idades, gêneros e sexualidades diferentes (Cantalapiedra, 2021). As jornadas de cada um também nem sempre começam, passam ou terminam em um mesmo lugar, de um mesmo modo, tampouco obedecem a um ritmo linear. Seus movimentos são fronteiras curvas, às vezes entravadas, às vezes espirais e entrecruzadas, que certamente não são tão claras quanto aquelas desenhadas nos mapas.

Walter Coello, por exemplo, um taxista hondurenho que foi acompanhado pelo jornalista Alberto Pradilla durante as Caravanas de 2018, já havia migrado para os Estados Unidos, passado anos no país de forma irregular, mas foi deportado e tentava de novo chegar ao *El Norte*, marchando desta vez com a multidão (Pradilla, 2019). A vida em Honduras estava insustentável, ameaçada pelas *pandillas* que o extorquiam diariamente e já haviam tentado matá-lo. Após enfim chegarem a Tijuana entre novembro e dezembro de 2018, Walter fez foi retornar: descobrira-se ativista no meio da jornada, e estava empenhado mais em ajudar seus companheiros a seguirem viagem do que em ele próprio cruzar a fronteira dos Estados Unidos.

São muitos os Walters que avançam e retornam ao longo do caminho pela Mesoamérica. Há quem migra pela primeira vez e quem já fez o mesmo trajeto mais de uma ou duas vezes. Os que foram detidos, os que não puderam seguir caminho e retornaram ou os que se instalaram no meio da rota. Os que decidem se juntar à multidão depois de muito tempo sem esperanças. Há quem migra sozinho e quem migra com a família ou amigos, quem arruma companhia na própria Caravana. Há aqueles que de fato pretendem chegar aos Estados Unidos e os que permanecem no México, seja por já terem o país como opção de destino ou por desistirem de seguir

adiante. Tamanhas diferenças tanto se unem como o gigantesco corpo coletivo da Caravana quanto são elementares o bastante para gerarem divergências e convergências fundamentais para o decorrer da marcha.

A começar pela nacionalidade da grande maioria da primeira Caravana: eram *catrachos*²⁹, homens, mulheres, crianças, jovens e idosos hondurenhos que tomaram a opção de cruzarem juntos até os Estados Unidos, à luz do dia e sem intermédio de coiootes como uma que lhes garantiria mais segurança e menos custos (Cantalapiedra, 2021). Em menor número do que os hondurenhos, guatemaltecos e salvadorenhos se juntaram às Caravanas do final de 2018 posteriormente, enquanto estas passavam pelos territórios da Guatemala e México. Nos meses seguintes, Caravanas também se formaram a partir de El Salvador. Algumas chegaram a atrair nicaraguenses que, devido ao fechamento democrático do país, utilizaram as marchas para protestar contra o presidente Daniel Ortega (Huerta, 2020; Rios, 2018).

Segundo Cantalapiedra, tal demografia se explica tanto pelas condições econômicas mais vulneráveis da população hondurenha quanto por seus padrões demográficos anteriores (2021). A migração de Honduras para os Estados Unidos só veio a crescer, de fato, a partir dos anos 90, quando a de salvadorenhos e guatemaltecos já estava relativamente mais estabelecida devido aos que fugiam das guerras civis em seus territórios de origem (Durand, 2020). Essas duas últimas parcelas da população migrante centro-americana, pois, acabam detendo, atualmente, de melhor assistência, mais conhecimento do trajeto e ajuda de seus familiares e amigos que já estão nos EUA (Cantalapiedra, 2021). A organização coletiva também acabou se mostrando como uma opção de menor custo, visto a ausência inicial de coiootes, da necessidade de tomar meios de transportes diversos e também pela atuação, ao longo do caminho, dos albergues e outros órgãos de assistência (Cantalapiedra, 2021). Estes, apesar de também terem sido pegos de surpresa, fizeram o possível para acomodar, alimentar e acompanhar quem podiam.

Veja, o acompanhamento por coiootes até os Estados Unidos, saindo de San Pedro Sula, chegava a custar no mínimo 8 mil dólares, isso em 2018 – valor dificilmente

²⁹ Termo popular que referente à população hondurenha. Vem de um erro de pronúncia do nome do general Florencio Xatruch, considerado líder da aliança entre os exércitos centro-americanos pela reconquista da Nicarágua contra as forças estadunidenses em meados do século XIX. Hoje em dia é usado tanto como exaltação quanto depreciação dos hondurenhos.

alcançado por um trabalhador ou trabalhadora hondurenha, que além de receber um salário baixo na já muito desvalorizada lempira³⁰, é extorquida constantemente pelas *pandillas* locais (Pradilla, 2019). É mais comum, pois, que hondurenhos migrem em situações de mais vulnerabilidade e clandestinidade, sem guias confiáveis, com menos dinheiro e menos assistência em seus locais de destino. Também dependem mais dos recursos e auxílios de albergues e demais organizações não governamentais (Cantalapiedra, 2021).

Não é à toa que as Caravanas nasceram em Honduras.

Dali em diante, elas só fizeram crescer. Ao ver as Caravanas passarem pelas cidades, alguns migrantes que haviam iniciado sozinhos as suas jornadas se juntam a elas, inclusive aqueles que em algum momento desistiram ou foram impedidos de seguir caminho. Em entrevista para as pesquisadoras Amarela Huerta e Lisa McLean, uma caravaneira guatemalteca e LGBTQIA+ alega que, após meses sem condições de viajar para o Norte, ela e suas companheiras decidiram embarcar na Caravana, que no momento passava por Querétaro, no México (Huerta & McLean, 2019). Ver a quantidade de mulheres e famílias inteiras andando juntas as motivaram. Em outras situações que não a migração coletiva, grupos vulnerabilizados como mulheres, crianças, idosos, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência teriam que provavelmente viajar separados, sob riscos muito maiores devido à clandestinidade. Ou pior: se separarem de fato, deixando mães, pais, filhos, companheiros, amigos e irmãos para trás no país de origem. Deixar que fiquem.

É um percurso mais seguro caminhado junto, este em direção ao Norte. Pequenos grupos já o faziam assim há algum tempo, às vezes articulados por coiotes ou defensores dos direitos humanos, às vezes por estratégia própria. O ativista Bartolo Fuentes cita em sua postagem no Facebook³¹ alguns grupos que já haviam saído de Honduras antes da primeira Caravana, mas que a viagem clandestina os tinha colocado em risco (Pradilla, 2019, p. 39). Em seguida, ele declara:

“Lo mejor sería salir juntos y organizados desde Honduras, dando la cara, sin esconderse. Salir gritándole al mundo que se van porque aquí les

³⁰ Moeda oficial de Honduras. No momento em que escrevo, em janeiro de 2023, 1 lempira equivale a 0,04 dólares estadunidenses. Oito mil dólares, o valor mínimo de um coiote, seriam 197.600 lempiras.

³¹ Ver anexos para a mensagem integral.

han robado las oportunidades y porque quienes deberían protegerlos más bien se convierten en amenazas para sus vidas. Si se van juntos, pueden apoyarse mutuamente, protegerse de amenazas, y demandar respeto a sus derechos como personas en cualquier país en el que se encuentren.”
(transcrito em Pradilla, 2019, p. 39-40).

Mensagens semelhantes correram as redes sociais durante as semanas anteriores à saída da Primeira Caravana. Fuentes, que nega ter sido o mentor da empreitada – ou sido financiado por Cuba, Venezuela, quem quer que seja –, não esperava que tanta gente se reunisse, assim, aos milhares, mas continuou auxiliando a marcha até ter sido detido na Guatemala em 19 de outubro e deportado sob suspeitas de tráfico de pessoas (Pradilla, 2019, p. 42). O que quero enfatizar aqui, pois, é a utilização da caminhada coletiva como medida de segurança, autodefesa e solidariedade entre migrantes, uma reação estratégica às necropolíticas que compõem tanto o gerenciamento migratório da região quanto as condições precarizadas de vida na Centroamérica. A multidão de pessoas, além de chamar atenção por onde passava, poderia dificultar o policiamento, a atuação de criminosos e as detenções. Ora, quem é que deteria 5 mil migrantes ou mais, de uma vez, e que fronteira ou muro sobreviveria a tamanho movimento?

São perguntas ingênuas, afinal se os migrantes se adaptam às condições que lhes são apresentadas, os governos, organizações e indústrias clandestinas também o fazem. Isso é assunto para depois, no entanto.

As Caravanas de a partir de 2018, portanto, se formam como uma construção de padrões migratórios, estratégias, condições e motivações que se acumulam e se entrecruzam. A maior presença de mulheres, famílias e crianças, por exemplo, é uma evidência da feminilização e infantilização das migrações que se dá já há alguns anos, muito devido ao empobrecimento sistemático, a violência de gênero e o maior encargo econômico e emocional sobre as mulheres que comumente se tornam as únicas responsáveis por suas famílias (Sarmiento, 2021). Antes de 2018, migrações em massa já haviam ocorrido e, na verdade, é algo mais ou menos recorrente na região há pelo menos 10 anos. Em 2016, cerca de 17 mil haitianos entraram no México a fim de cruzarem o país para chegar aos Estados Unidos e solicitarem asilo, e, segundo albergues da região de Tijuana, em um só dia chegaram à cidade 1500 desses migrantes (Delgado, Pombo & Ortiz, 2021, p. 17). Antes disso, em 2014, milhares de

crianças e adolescentes desacompanhados chegaram à fronteira entre México e EUA, buscando se reunir com os pais e outros familiares que já estavam no país ou solicitar asilo ao se entregarem para a *Border Patrol* (Sarmiento, 2021). Conhecida como a “crise dos menores desacompanhados”, esta última se deu ainda no governo do democrata Barack Obama, que, embora considerado tão progressista, não teve uma reação muito diferente dos demais presidentes estadunidenses: declarou um estado de “crise humanitária” na fronteira sul, fortaleceu a vigilância da região com novos equipamentos, funcionários e financiamento, aumentou as deportações e auxiliou o México na implementação do *Plan Frontera Sur*, o qual endureceu o policiamento na fronteira com a Guatemala (Mejía, 2018).

Caminhadas ao longo das rotas de migração no México também são uma estratégia comum utilizada por organizações de defesa aos migrantes a fim de mobilizarem a atenção e solidariedade da população, da mídia e da classe política para o trágico cenário que se estende pelo continente. Alguns bons exemplos são as *Caravanas de Madres Centroamericanas* e a Via Crucis Migrante. Esta primeira é organizada anualmente por mães de migrantes centro-americanos que desapareceram enquanto migravam para os Estados Unidos. Dentre seus objetivos estão atrair a atenção para o paradeiro de seus filhos, cobrar informações e investigações das autoridades e, com sorte, reunir-se com quem há tanto procuram.



Figura 7 - Mães de migrantes centro-americanos desaparecidos, na X Caravana de Madres (2014) em Tenosique.

Mais uma vez, é difícil falar em números, mas estima-se que a quantidade de migrantes centro-americanos desaparecidos durante suas travessias pelo México seja entre 70 mil e 120 mil, de 2006 a 2018 (CNDH, 2019). Não há interesse em investigar, segundo a líder da principal organização de mães, sem falar nas poucas denúncias e informações disponíveis devido à falta de confiança nas autoridades (Neira, 2019). Segundo Mejía (2018, p. 234), os esforços dessas mães auxiliaram na inserção dos milhares de desaparecimentos no México ao debate público local e internacional, evidenciando-os como sujeitos de fenômenos abrangentes, que não têm começo nem fim apenas nos cenários domésticos, mas em amplas e emaranhadas redes de poder e violência transnacionais.

Se os mortos e desaparecidos falam através da poesia e das memórias de seus entes queridos, os vivos o fazem através do movimento, do *andar*. Realizada bianualmente e com início sempre no feriado católico da Semana Santa, a Via Crúcis Migrante reúne ativistas, organizações defensoras dos direitos humanos e migrantes, os quais recebem o apoio, segurança e auxílio legal de seus acompanhantes. Utilizando de performáticas religiosas, o movimento relaciona o sofrimento de Jesus Cristo em seus últimos dias aos dos migrantes em trânsito, o que serve como um forte

apelo à população mexicana, que é majoritariamente cristã – além disso, grande parte das organizações envolvidas têm vínculos com instituições religiosas (Cantalapiedra, 2021).

Tais mobilizações têm ganhado mais visibilidade, tamanho, alcance, adeptos e críticos com o passar dos anos – em 2014, uma das marchas se empenhou a ir de Tenosique, no sul do México, até a fronteira norte do país (Mejía, 2018). No mesmo ano, milhares de crianças e adolescentes também chegaram à fronteira do México com os Estados Unidos, não exatamente organizadas, mas com intuítos semelhantes entre si: se juntar aos seus familiares já nos EUA, solicitar asilo ou simplesmente tentarem a sorte em um lugar com mais possibilidades de futuro. A “crise dos menores desacompanhados” justificou mais um movimento de reforço da vigilância das fronteiras estadunidenses, a oficial e as estendidas, além de questionamentos às leis de solicitação de asilo do país, visto que os migrantes – ou traficantes, sabe-se lá –, de pura “má fé”, poderiam estar usando as crianças para “burlar o sistema” e conseguirem entrar nos Estados Unidos sem maiores transtornos (Neira, 2018). “Má fé”, claro – um argumento reacendido durante as Caravanas de a partir de 2018, aliás.

Voltando às Via Crúcis, a que trouxe mais atenção foi a iniciada em abril de 2018, sob a liderança da ONG *Pueblo Sin Fronteras*, uma organização transnacional com membros ao longo de todo o eixo Mesoamérica-EUA e sem vínculo religioso. Partindo de Tapachula, em Chiapas, em direção à fronteira com os Estados Unidos, eles acompanharam, no total, cerca de 1500 migrantes, ajudando-os com segurança, hospedagem e auxílio legal (Mejía, 2018). Alguns grupos debandaram para outras rotas, outros se juntaram ao longo do caminho e outros ainda, infelizmente, foram detidos pelo Instituto Nacional de Migração (INM) (Mejía, 2018).

A atenção da imprensa veio também com a de políticos: Donald Trump, então presidente dos EUA e defensor ferrenho de medidas anti-migratórias, usou o Twitter para acusar a marcha de ser um risco à segurança estadunidense e ainda ameaçou políticas de proteção a migrantes, como o *Deferred Action for Childhood Arrivals* (DACA). De quebra, atacou o Partido Democrata (NPR, 2018). Uma boa fórmula para inflamar as plataformas eleitorais, já que as eleições de *midterm* se realizariam dali a alguns meses. Em outros tuítes, Trump “ordena” que o México intercepte o progresso da Via Crucis, ou os projetos e fluxos financeiros ligados ao NAFTA seriam paralisados

(NPR, 2018). Unidades do exército estadunidense foram mandados à fronteira com o México e, quanto a este último, ele atendeu muito bem às pressões: sua fronteira sul também passou a ser ainda mais policiada a fim de evitar a entrada e a mobilização de mais migrantes vindos da Centroamérica (Mejía, 2018).

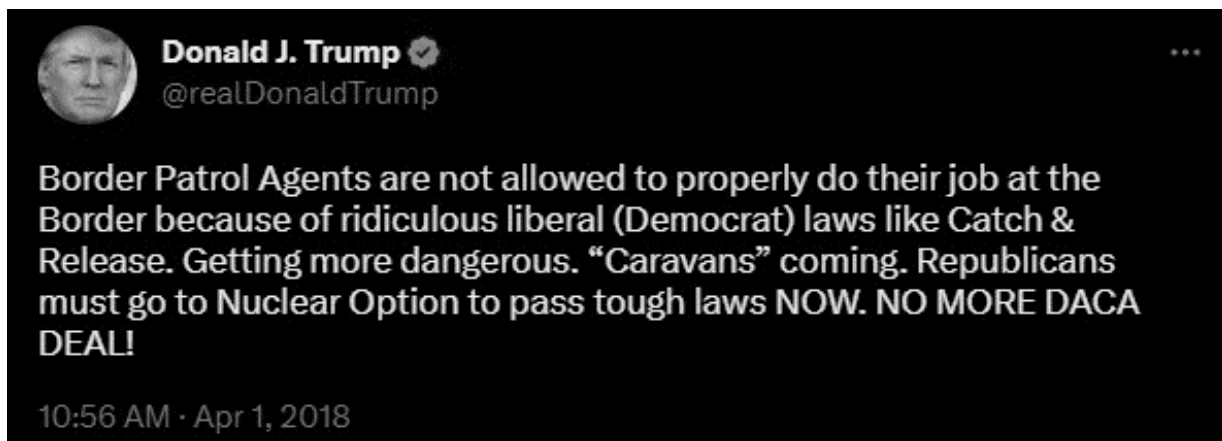


Figura 8 - Um dos tweets de Donald Trump que mencionam a Via Crucis Migrante de abril de 2018 (já utilizando o termo "caravana").

Por essas e outras, há uma grande dificuldade em definir a Caravana de outubro de 2018 como a “primeira” delas e o exercício de simplesmente contá-las já se tornou inútil (Neira, 2018; Frank-Vitale, 2018). Como visto, migrações em massa já são um precedente na região, mas em pequenas doses e de forma mais clandestina. Outro exemplo são os tantos migrantes que embarcam juntos na *La Bestia*, os trens gigantescos que atravessam o México, e pulam de vagão em vagão, se equilibrando em cima deles para se esconderem da vigilância policial (Huerta, 2019). Tantos já perderam membros inteiros, ou suas vidas, nas muito frequentes quedas em grande velocidade e fugas de agentes policiais.



Figura 9 - Cena do clipe da música "This is Not America", do rapper porto-riquenho Residente com o duo cubano Ibeyi. A imagem representa os tantos migrantes latino-americanos que morreram, desapareceram ou perderam membros durante a travessia no La Bestia.

Apesar das dúvidas, a Caravana de outubro de 2018 e as seguintes se mantêm como referência por serem mais documentadas, maiores em número, e, principalmente, por recorrerem à hipervisibilidade, à recusa aos métodos clandestinos para se defenderem e avançarem. Também é impressionante a formação quase que orgânica da marcha ainda em Honduras, com a tarefa de cruzar fronteiras nacionais apenas com a força do movimento coletivo, um corpo feito de vários corpos, em conjunto; um corpo tão tentacular como as outras fronteiras que atravessa.

Atravessa e ocupa, aliás. Não há como esquecer as vias cheias, as multidões que se estendiam por quilômetros. As pontes abarrotadas, os postos de controle de entrada e saída, as alfândegas terrestres, os bloqueios policiais fragmentados e os parques das grandes e pequenas cidades cheios de barracas ou pessoas dormindo com pouca ou nenhuma proteção. Os barcos, carros, ônibus em que muitos embarcaram para atravessar mais depressa, as estradas asfaltadas e de terra batida por onde seus pés andaram. A reunião de tantos migrantes, milhares percorrendo o mesmo caminho, e com mais ou menos os mesmos objetivos, constrói imagens de movimentos massivos, gigantes que, enfim, se apropriam dos espaços públicos e dos olhares muitas vezes omissos da população, mídia e tomadores de decisão.

Interrompem material e esteticamente o correr da normalidade com as suas presenças, seus corpos; estes que pelas leis, pelos costumes e pela violência, habitaram a clandestinidade por tempo demais.

“Lo que queremos nosotros es pasar”³²

Vivendo, andando, morrendo e desaparecendo pelas fendas que se entrincheiram pelos territórios do Sul Global está um número exorbitante de migrantes. O qual nunca será claro o bastante; quanto mais o daqueles que fazem o trânsito pela Mesoamérica em direção aos Estados Unidos com algum nível de clandestinidade. Segundo publicação do *Central America and North America Migration Dialogue* (CANAMID), em 2015 quase 400 mil centro-americanos entraram no México a fim de seguir caminho até os EUA (Rodriguez, 2017 apud. Cantalapiedra, 2021). Permitam-me, então, um pequeno e muito superficial exercício matemático, apenas para fins de ilustração: considerando que a primeira Caravana de 2018 contou com, em média, 7 mil migrantes³³, por ano seriam 58 caravanas, 5 por mês. Dados os padrões da região, o número de caravaneiros não exatamente surpreende – embora devesse, sempre, ser motivo de assombro, ser *considerado* tanto por sua dimensão quanto pelas histórias e existências representadas por ele. O que espanta e inaugura novas – e ousado dizer tardias – formas de se pensar a migração é a configuração da Caravana: coletiva, hipervisível, resistindo à clandestinidade a que muitos são forçados em seus trajetos.

A fala de Bartolo Fuentes, ainda em seu anúncio nas redes sociais, toma tais configurações como uma medida de segurança contra os vários riscos das travessias, entre os quais estão as forças policiais que “deveriam proteger” os migrantes (Pradilla, 2019). Mais do que isso, a organização em Caravana expressa, ainda que não declaradamente comprometida com recursos ativistas, uma exigência pelo direito de migrar. Segundo Amelia Frank-Vitale e Margarita Nuñez Chaim (2020, p. 40), a hipervisibilidade, a ocupação das vias públicas e a concentração em grandes números

³² Fala de um dos caravaneiros às forças policiais que interceptaram a primeira Caravana logo antes de ela sair de Chiapas. Reproduzida assim no artigo de Amelia Frank-Vitale e Margarita Nuñez Chaim (2020, p. 47).

³³ Novamente, um número estimado devido à inviabilidade de uma contagem aproximada, já que muitos se juntaram à Caravana e a deixaram em pontos diferentes. Como demonstrado nas sessões anteriores, há quem fale de até 12 mil caravaneiros que estiveram na marcha de 2018.

se desenvolvem como uma estratégia de resistência perante as múltiplas fronteiras atravessadas pelos migrantes – é uma declaração, uma reivindicação, e um elemento de persuasão.

Assim como começou, a Caravana de outubro de 2018 se organizou principalmente pelas redes sociais, ao menos nos primeiros dias de trajeto; famílias e departamentos se organizaram em grupos no Facebook e no WhatsApp a fim de se coordenarem e fazer comunicados (Frank-Vitale & Nuñez Chaim, 2020). No entanto, este formato logo se tornou impraticável devido à quantidade de pessoas e pequenas assembleias começaram a ser realizadas durante as pausas da caminhada, a fim de fazer decisões e comunicados pontuais sobre o trajeto. Boa parte do movimento era feito à noite ou quando o sol ainda estava baixo, para os migrantes não se desgastarem tanto sob o calor escaldante, e os acampamentos eram normalmente arranjados em parques e praças, onde fosse melhor para todos ainda permanecerem juntos. Não havia líderes nem representantes fixos. Bartolo Fuentes, que foi detido na Guatemala ainda no dia 19 de outubro, antes de sequer a Caravana chegar ao México, foi apenas uma das vozes mais altas entre as mais de 7 mil – e, por isso, foi deportado para Honduras sob acusação de tráfico de pessoas (Cantalapiedra, 2021).

Como mencionado anteriormente neste capítulo, várias caravanas já haviam passado pelo México, organizadas e acompanhadas principalmente por apoiadores das causas migrantes, mas nunca uma havia tomado forma ainda na América Central como as de 2018, tendo tantas fronteiras nacionais para serem atravessadas. A passagem pela Guatemala foi relativamente fácil, considerando o que os caravaneiros haveriam de enfrentar no México – uma amostra já estava na passagem entre Tecún Uman e Ciudad Hidalgo. Sob chuva torrencial e nuvens de gás lacrimogênio, os migrantes se apinharam ao longo da Ponte Rodolfo Robles, clamando por passagem a um bloqueio policial que passou dias sem se arrefecer. Já aqui é importante considerar a composição da Caravana, pois esta define e muito as decisões tanto individuais quanto coletivas tomadas pelos seus membros. De acordo com Amarela Huerta Varela (2020) e outros acadêmicos que acompanharam de perto as Caravanas de outubro de 2018 e início de 2019, havia um grande número de famílias na caminhada, mulheres grávidas ou com crianças de colo, idosos e menores desacompanhados. Alguns caravaneiros, especialmente os homens e jovens viajando

sozinhos, decidiram com o tempo atravessar pelo Rio Suchiate, a nado, com ajuda de balsas e cordas, o que fosse – enfrentaram a correnteza para isso (Pradilla, 2019). Outros, como as mulheres com crianças e pessoas mais velhas, decidiram continuar a tentar avançar pela ponte, apesar das tentativas da guarda fronteiriça de dispersar a multidão, com gás lacrimogêneo e até mesmo balas de borracha.

Mais além do bloqueio policial, haviam se juntado também agentes no INM, que logo formaram um corredor para passarem os caravaneiros que aceitavam dar início a solicitações de refúgio e ser redirecionados a albergues. Ou ao menos foi isso o dito. Frank Vitale e Nuñez Chaim, duas antropólogas que acompanharam ao menos duas das Caravanas de entre 2018 e 2019, atestam que não foi isso que aconteceu: os que acataram a proposta do INM não foram para albergues, mas para centros de detenção e foram posteriormente deportados (2020, p. 44). Os ônibus utilizados pelo órgão para transportar os migrantes logo se tornaram um símbolo de armadilha para os caravaneiros, *un chiste*.

Não à toa o programa “*Estás en tu casa*”, iniciado pelo governo mexicano alguns dias após a passagem da primeira Caravana pela fronteira sul do país, não teve lá grandes adeptos. A proposta, apesar de parecer generosa, vinha com condições não muito boas, além da já justificada desconfiança por parte dos caravaneiros. Em resumo, seria possível que os migrantes em trânsito continuassem em território mexicano, usufríssem de serviços públicos, moradia em albergues e recebessem permissão para trabalhar, desde que solicitassem refúgio e asilo e, mais importante, permanecessem em Chiapas ou Oaxaca enquanto todo o trâmite legal prosseguia (Cantalapiedra, 2021).

A intenção, pois, era dispersar e conter a Caravana, não acolhê-la, como alegava o discurso do então presidente Enrique Peña Nieto, além de que o programa consistia em uma série de políticas já existentes no México, as quais muitos dos migrantes já conheciam (Frank-Vitale & Nuñez Chaim, 2020). Vale lembrar que entre os caravaneiros havia vários que já haviam feito a travessia antes, tentado solicitações de refúgio, obter *tarjetas de tránsito humanitário*, mas acabaram detidos e deportados, tendo os pleitos recusados ou simplesmente paralisados por meses ou anos entre os vários processos recebidos pelo INM.

Por mais bem-intencionadas que pareçam ser, políticas migratórias do tipo ainda representam o braço burocrático do esticamento das fronteiras, estas atuando como filtros destinados a reter, atrasar e redirecionar movimentos de determinadas categorias de pessoas. Além disso, individualizam questões que não são apenas experienciadas por corpos individuais, mas por toda uma comunidade múltipla, por corpos coletivos submetidos a diversas condições de expulsão e despossessão históricas, diversas *torceduras*. As Caravanas, reivindicando a travessia coletiva, hipervisível e aos milhares, portanto, desafiam o funcionamento da governança migratória ordenada, dos processos que detêm migrantes em limbos jurídicos que alongam, esticam a fronteira não só espacial quanto temporalmente.

Não só, a organização em caravana desafia uma estética hegemônica e individualizante ao se apropriar não só da visibilidade, mas também da própria vulnerabilidade dos migrantes para se colocar em movimento, para construir uma agência coletiva apesar das limitações e estrangulamentos da travessia. A caminhada em massa, aos milhares, utilizando os próprios corpos não só como ferramentas de movimento e autodefesa, mas de exposição da miséria e desamparo que levaram tantos migrantes a *fugir* de seus lares, subverte a clandestinidade a que os migrantes centro-americanos eram submetidos nas décadas anteriores, a individualização de suas demandas, e também a ideia de que são meros seres sem agência, ímpeto ou subjetividade individual e coletiva. Gostaria, claro, que tudo isso fosse o bastante para atravessar o maior e mais denso muro fronteiriço do continente – o construído na fronteira oficial entre México e Estados Unidos e aquele que se levanta, dia após dia, em território mexicano, guatemalteco, e mais além.

A Caravana de outubro de 2018 foi a única a ter tido, de fato, passagem relativamente livre pelo território mexicano, apesar de algumas medidas de dispersão e contenção por parte dos governos municipais, estaduais e federal – na Ciudad de Mexico, por exemplo, migrantes foram acolhidos em albergues improvisados nos estádios e parques da cidade, enquanto na região de Jalisco o governador e alguns prefeitos locais tentaram desviar a rota da Caravana (Huerta, 2020). Esta, muito devido à grande quantidade de mulheres, crianças e famílias, escolheu a rota para Tijuana como a principal a seguir, pela maior presença de assistência humanitária ao

longo do caminho, menor presença de traficantes e melhores chances de as famílias se entregarem à *Border Patrol* para solicitarem asilo nos EUA (Cantalapiedra, 2021).

Talvez não tenha sido a melhor das escolhas, ou talvez, dadas as circunstâncias, simplesmente não houvesse boas escolhas a serem feitas. As Caravanas eram, sim, um corpo coletivo, mas também definido por ímpetos pessoais. Apesar de empenhados em caminhar juntos, e utilizar o grande número de pessoas e a visibilidade para se protegerem e avançarem mais e mais, os caravaneiros eram organizados a partir de decisões pontuais, de acordo com as demandas que surgiam ao longo do caminho (Frank-Vitale & Nuñez Chaim, 2020). Não havia uma liderança central, como dito, ou um planejamento objetivo – apenas a demanda de mover, andar, atravessar as fronteiras com todos aqueles corpos que não só compunham um “campo de refugiados a céu aberto”, como alguns descreveram (Huerta, 2020), mas um território, um conjunto de pleitos, cicatrizes, guerras e travessias já travadas, uma territorialidade atravessada por fronteiras e massacres múltiplos.

A chegada a Tijuana inaugurou fases mais tensas da Caravana, e quem sabe sua dispersão. A região, que está a um muro de distância de San Diego, na Califórnia, é o local de maior número de travessias na fronteira entre México e EUA, legais ou ilegalizadas, o que torna a maquinaria securitária ali ainda mais intensa, tanto do lado estadunidense quanto do mexicano (Cantalapiedra, 2021). A população local também não foi lá tão acolhedora, apesar do grande número de migrantes que a compõe. A criminalização da migração, e mais, a criminalização da Caravana – já em curso pelos discursos políticos desde suas primeiras aparições nos noticiários – incendiou parte da população em ataques xenófobos, temores de que os caravaneiros trariam consigo doenças, crimes, caos e distúrbios sociais a uma região já constituída e imaginada através de tais questões – e mantida assim, pois o que é uma fronteira se não selvagem (Huerta, 2020)?

Não houve muito a ser feito a partir de uma ação coletiva, não ali. O êxodo centro-americano se deparava, afinal, com o mais denso ponto do amplo aparato que constituía grande parte das fronteiras pelas quais ele atravessou. Apesar dos protestos diários, das idas e vindas de vários caravaneiros até os postos de triagem e travessia, das famílias se enfileirando para terem suas solicitações de asilo registradas, a fronteira se abriu para poucos, pouquíssimos. Novamente os migrantes

foram recebidos por tropas militarizadas, gás lacrimogêneo, balas de borracha, e os postos onde os migrantes “se entregavam para *La Migra*”, ou seja, solicitavam diretamente a entrada através de um requerimento de asilo, mantinham uma cota de quantos migrantes atenderiam por dia, além de escolherem horas e dias arbitrários para funcionar (Huerta, 2020; Frank-Vitale & Nuñez Chaim, 2020).

As decisões individuais logo voltaram a superar a organização coletiva. Como não, afinal? Segundo Frank-Vitale (2020) e Cantalapiedra (2021), alguns grupos decidiram tomar outras rotas, em pontos da fronteira considerados mais fáceis de atravessar. Matamoros, por exemplo. Para isso continuaram indo sozinhos ou chegaram a contratar *coyotes* para acompanhá-los, com ajuda de redes de migrantes, familiares e amigos – o preço por pessoa, àquela altura, já estava em 15 mil dólares partindo de Tijuana (Huerta, 2020). Outros permaneceram em Tijuana, ou sem documentos ou recorrendo ao governo mexicano pela regularização de sua permanência no país, mesmo que temporária. Há relatos sobre representantes de empresas diversas esperarem na frente de albergues, oferecendo trabalho aos migrantes, principalmente em maquiladoras e outros subempregos que, como definido pelas próprias políticas migratórias do país, não poderiam pagar mais do que o salário-mínimo mexicano (Cantalapiedra, 2021). Outros, ainda, continuaram em acampamentos a céu aberto, apinhados nas margens de um limite desenhado cotidianamente.

Poderia, então, as Caravanas de Migrantes serem classificadas como atos de desobediência civil? Talvez – tanto contra os poderes que regem as burocracias da gestão migratória e as forças policiais quanto aqueles de exércitos paralelos que operam na criminalidade. Os elementos ativistas, como demonstrados na sessão anterior, existem desde as primeiras caravanas de protestos organizadas pelos familiares de migrantes desaparecidos ou por organizações não governamentais de proteção. No entanto, diante de tamanha rede de aparatos para assegurar a gestão migratória através das fronteiras oficiais e simbólicas, estas que continuam a relegar migrantes mesoamericanos a espaços de descartabilidade e criminalização, é pouco o fôlego da Caravana – mas elas continuaram, mês após mês, ano após ano. Continuaram, até que os bloqueios policiais nas fronteiras e ao longo dos territórios

mesoamericanos se tornaram comuns, cenas corriqueiras de uma terra já em trincheiras.

Capítulo III: Mortos também andam

*“We,” the Other people
We, the migrants, exiles, nomads & wetbacks
in permanent process of voluntary deportation
We, the transient orphans of dying nation-states
la otra America; l'autre Europe y anexas
We, the citizens of the outer limits and crevices
of “Western civilization”
(...)
We, millions abound,
We continue to talk back.”³⁴*

La Pocha Nostra, “A Declaration of Poetic Disobedience from the New Border” (2003)

Apesar de a migração ser um processo comum e básico das populações humanas ao longo do tempo – e de civilizações inteiras terem se formado através dela –, o ato de migrar não é previsto como um direito inalienável segundo o Direito Internacional. O ir e vir entre as fronteiras “oficiais”, afinal, é um assunto que concerne à soberania dos Estados, ao controle dos limites demarcados em seus respectivos territórios (Herrera Lasso & Artola, 2011). As burocracias estatais criadas a fim de controlar e registrar tais movimentos, contudo, são apenas alguns dos instrumentos utilizados para regulá-los. Como visto nos capítulos anteriores, a governamentalidade vai muito além: ela utiliza de diversos aparatos sustentados e alastrados por redes e relações de poder históricas, de burocracias a poderio econômico, criminal, linguístico, discursivo e estético para regular, direcionar e disciplinar movimentos e agrupamentos de pessoas – muitas vezes agindo e se omitindo nas mortes e demais violências causadas a elas.

Os processos de fronteirização, portanto, demarcam mais do que território – no caso dos analisados aqui nesta dissertação, controlam os movimentos populacionais e se sustentam a partir das capacidades e interesses hegemônicos e imperialistas,

³⁴ ““Nós”, os Outros / Nós, os migrantes, exilados, nômades e *wetbacks* / em permanente processo de deportação voluntária / Nós, os órfãos vagantes de Estados-nações moribundos / *la otra America, l'autre Europe y anexas* / Nós, os cidadãos de além dos limites e das fendas / da “civilização Ocidental” / (...) / Nós, aos milhões, / Nós continuamos a resistir.”

quando não supremacistas brancos, dos Estados Unidos. Retomando, mais uma vez, Balibar (2002), esses limites não são os mesmos para todos os tipos de pessoas, assim como o ato de migrar também não é. As condições de partida, de trajeto, acolhida, entre outros, depende tanto de circunstâncias econômicas quanto de origens geográficas, credo, racialidade, gênero, sexualidade, entre outros, determinando as experiências pelas quais vão passar, a resistência das fronteiras e de seus bloqueios. As fronteiras, pois, são sempre maleáveis, se esticam, se comprimem, se endurecem ou não, capturam indivíduos e coletividades em espaços e tempos diferentes – dentro e fora do território que demarcam e visam “proteger”.

Alguns experimentam a fronteira passando algumas horas na alfândega de um aeroporto, numa checagem policial de apenas alguns minutos; outros, por sua vez, podem passar uma vida inteira nela – nascem, crescem, são expulsos constantemente pelas novas fronteiras que se formam em seus territórios, com novas forças militares e novos projetos econômicos adentrando seus modos de vida, demarcando corpos e existências de acordo com uma pretensa “utilidade” ou falta dela. Então, muitos se colocam em trânsito, e são detidos em vários pontos: pela burocracia de apresentar ou não um documento, pela burocracia de *conseguir* um documento, pelos centros de detenção e agentes migratórios, pelas forças paraestatais que controlam as vias menos policiadas. Ou então pelos esforços de organizações humanitárias que, embora com a intenção de dar algum conforto durante a travessia, também retém e fazem recircular os movimentos migratórios, se tornam cúmplices de um sistema que filtra determinados corpos, determinadas existências.

Tais critérios de diferença já foram apontados – existe, afinal, determinados tipos de corpos permitidos no espectro hegemônico, e outros que são considerados descartáveis, ou então encarados de modo puramente utilitário, colocados em constante vulnerabilidade a fim de se tornarem mais fáceis, “dóceis”, omissos diante da exploração do capital. Como exemplo até um tanto óbvio, trago os trabalhadores latino-americanos que, sem documentos nos Estados Unidos, ocupam subempregos e que, devido à falta de proteção estatal e aos riscos de deportação, são coagidos a aceitarem condições terríveis de trabalho (Walia, 2021). Ou os centro-americanos em trânsito pelo México que, mesmo com documentos que permitem sua estadia no país,

são empregados, por exemplo, em *maquiladoras* – com um salário baixíssimo (menor até que o mínimo para um cidadão mexicano), várias horas de trabalho, situações abusivas e sem a liberdade de seguir para a fronteira norte. Vale lembrar que as “*tarjetas humanitárias*” distribuídas pelo governo mexicano a muitos caravaneiros em 2018 e 2019 proibiam-nos de saírem de Chiapas ou Oaxaca, estados na fronteira sul do país (Cantalapiedra, 2021).

A migração, pois, é um fenômeno humano, estimulado e produzido pelos processos e estruturas globais do capitalismo, os quais garantem também a expulsão de populações inteiras de seus modos de vida. Mas também são esses mesmos processos que estrangulam o movimento migratório de determinadas parcelas das populações, a fim de produzir uma demanda constante de mão-de-obra vulnerabilizada, de expor corpos e subjetividades à descartabilidade. Segundo Mbembe (2020), uma das principais características da nossa contemporaneidade é o que ele chama de “repovoamento global” – Ariadna Estévez também denomina tal processo como “despopulação forçada” (2021). Os dois termos se referem a “novas dinâmicas circulatórias e formação de diásporas” (Mbembe, 2020, p. 30-31) distintas daquelas que desenharam os períodos coloniais, nas quais europeus se apropriaram tanto de territórios quanto de pessoas – estas raptadas na África e despidas da condição de humano ao se tornarem propriedades no grande sistema de exploração de seus corpos e dos territórios invadidos da América, África, Ásia e Oceania. As direções do movimento, agora, são invertidas, mas continuam se dando pela exploração, pelos comércios e guerras travadas, estatais ou não – os pontos de destino, pois, tornaram-se a Europa, os Estados Unidos, “os pontos de fixação das multidões em movimento, em especial daqueles que vêm dos centros de pobreza do planeta” (Mbembe, 2020, p. 31).

Portanto, a migração – e aqui falo especialmente da mesoamericana – raramente é gerada por simples intenções pessoais, mas sim por processos coletivos e históricos, laços de exploração e degradação até mesmo seculares, os quais estrangulam possibilidades de vida, empobrecem populações que são forçadas e viver nos rincões das fronteiras internas e externas, retirando-lhes os possíveis vínculos, os possíveis futuros com seu país de origem, sua terra.

Neste capítulo, pois, viso concluir o presente estudo com uma análise das possibilidades de agência migrante frente à expulsão, expondo como cada movimento e forma de organização das Caravanas em específico pode ser um confronto ao regime global de fronteiras que se instala na Mesoamérica, uma contestação que utiliza dos próprios corpos, da própria vulnerabilidade, para gerar novas formas de migrar. Ao enfrentar o constante desenvolvimento das políticas migratórias e securitárias estadunidenses e mexicanas em especial, as Caravanas infelizmente tiveram pouco fôlego, o que me faz partir para a última sessão: um exame sobre a fronteirização que, através das novas tecnologias de detenção e vigilância, não traça os limites na geografia, mas nos múltiplos corpos em movimento.

Territórios em movimento

Melvin José Lopez Escobar é o nome do primeiro migrante morto durante a Caravana – ele viu seu caminho terminar ainda em Chiapas, numa estrada entre Tapachula e a cidade de Huixtla. Foi o mais ao norte que conseguiu chegar. Em vez de cair do *La Bestia*, como costumava acontecer com outros antes dele, Melvin se desequilibrou da caminhoneta que havia pegado a fim de adiantar um pouco a distância. O veículo que vinha atrás o atropelou – não conseguiu frear a tempo, e logo seguiu viagem também, assim como o carro que levava Melvin e mais dezenas de migrantes apinhados na carroceria³⁵.

Um acidente. Trágico e sem culpados claros, e com uma vítima que, infelizmente, também poderia ser qualquer um dos outros migrantes. Mas ele tinha um nome, um rosto e uma origem – um jovem hondurenho de 22 anos, que havia saído de San Pedro Sula semanas antes. Uma história da qual só se sabe o fim, como muitas outras. Dias depois, outro jovem hondurenho morreu atingido por uma bala de borracha enquanto atravessava a fronteira da Guatemala com o México. Henry Adalid Díaz Reyes vinha com a segunda Caravana, que também se formou em Honduras (Telesur, 2018).

³⁵ Segundo relato de Alberto Pradilla (2019).

É traiçoeiro pesquisar e escrever sobre as violências múltiplas que esculpem a experiência migrante, em especial a dos caravaneiros centro-americanos – é preciso um exercício constante entre indivíduo e coletivo, entre as particularidades dos sujeitos, de seus corpos, vontades e vivências, e o que os faz sumir entre uma multidão de outros corpos, vontades e vivências similares o bastante para fazê-los caminhar juntos, desafiando todo um intrincado regime de fronteiras materiais e simbólicas. Como não acabar os vendo apenas como números, ou tirando-lhes a humanidade na representação que faço, se tantas tragédias se repetem, se repetem e se repetem? Não é um local seguro para caminhar. A saída que vejo é não encarar individualidade e coletividade como opostos, mas complementares; entender que a história de um indivíduo é a história de um coletivo e vice-versa.

Por isso é tão necessário enfatizar as características coletivas não só das Caravanas, mas também daquelas estratégias que não parecem ser tão “em massa” assim. Ao se referirem às Caravanas de Migrantes, pois, tanto as de 2018 quanto as dos meses e anos seguintes, alguns jornalistas e pesquisadores não utilizam apenas a expressão “migração em massa”, mas “*êxodo em massa*” (Frank-Vitale, 2018; Pradilla, 2019). “Êxodo” é um termo muito mais assombroso.

“Êxodo” é o que vem sendo desenvolvido há mais de décadas, e por isso mais próximo das realidades que levam centenas de milhares de centro-americanos a deixarem suas casas, seus lares e sua terra, todos os anos para buscar melhores chances e condições de vida em um país que, historicamente, (re)produziu tal cenário de profundo desterro no continente mesoamericano. Não só, acabam arriscando até mais do que a própria vida para tal, apesar das diversas políticas que, como vimos nos capítulos anteriores, buscam deter os movimentos migratórios e dissuadir, disciplinar aqueles que ousam atravessar as fronteiras em direção ao *El Norte*. Às vezes através da morte, da submissão de grupos inteiros de pessoas a condições contrárias à sobrevivência humana – como a criminalização de seus movimentos, abusos e detenções policiais, travessias clandestinas por meios de transporte extremamente perigosos ou por rotas controladas por violentos exércitos paraestatais.

Se, para firmarem sua soberania (tanto territorial quanto simbólica), poderes hegemônicos como os Estados Unidos precisam transformar todo um deserto, toda uma faixa fronteira, todo um país ou região em um cemitério a céu aberto, então que

seja, não é mesmo? Os terríveis efeitos da “*prevention through deterrence*” estadunidense e da defesa “multiníveis” de suas fronteiras, no entanto, parecem não ter intimidado os migrantes o bastante. A recompensa de chegar ao *El Norte*, apesar de tantos desafios e riscos, pode parecer valer a pena. Ou, quem sabe, ficar onde se está pode ser pior do que enfrentar a morte longe, bem longe do próprio lar. Talvez seja os dois. Afinal, anualmente cerca de meio milhão de pessoas ainda entram no México com a intenção de seguirem caminho para os Estados Unidos, formando “um violento padrão de deslocamento, perseguição, violência sexual e repatriação forçada similar ao que se vê nos conflitos armados mais agudos do mundo” (Camus, 2019, p. 4). Alguns pela segunda, terceira, quinta vez, depois de serem detidos, deportados e agredidos, tanto no México quanto nos Estados Unidos – as Caravanas, pois, não foram feitas apenas por migrantes de primeira viagem.

Tais migrantes são vítimas dos tantos elementos de exploração e violência que se multiplicam nos cotidianos da Mesoamérica, tornando-os triplamente desenraizados: no lugar onde nasceram e vivem, por não terem como sobreviver ali; durante o caminho, constantemente em movimento e sem laços significativos com a terra e as comunidades em que transita; e no lugar de destino, onde possivelmente será marginalizado e mantido em condições de pobreza (Durand, 2020). Tamanho *desarraigo* se deve a fatores demais, entre eles a própria fronteirização em suas diversas faces: securitária, com aumento de policiamento, truculência, corrupção e impunidade, além da atuação de exércitos paramilitares atuantes na narco-indústria; burocrática, que retém os movimentos migrantes, inclusive os temporários, em limbos jurídicos; a econômica, que se introduz nos territórios a partir de tratados de cooperação econômica, grandes projetos infraestruturais e indústrias extrativistas que expulsam populações inteiras de suas terras de origem; e a subjetiva, que cria e recria limites entre o que pode ou não ser considerado um cidadão, um ser humano.

Creio já ter versado o bastante sobre o que leva grande parte da população mesoamericana a migrar em direção aos Estados Unidos – expulsa pelas próprias fronteiras que a atravessam, o que a população da região enfrenta são sucessivas condições de despossessão, de desenlace da terra enquanto esta é cercada pelos limites (infindáveis, talvez) da exploração capitalista. Como dito anteriormente, é um dos elementos do que Mbembe chama de “repovoamento da Terra” (2020, p. 11).

Aliás, ainda na introdução desta dissertação descrevi a migração mesoamericana nas últimas décadas tanto como “fuga” quanto como “expulsão”. Foi-me apontado – muito sabiamente, inclusive – que, enquanto um termo denota algum tipo de agência, de escolha do sujeito migrante, o outro retira esses mesmos elementos. Concordo, sim, porém creio que ambas as categorias se sobreponham e não necessariamente se excluam; na verdade, fazem parte de um mesmo espectro que caracteriza o movimento do migrante em *desarraigo*.

A decisão de migrar, até mesmo sob espécies de coerção silenciosa (ou nem tanto assim) como acontece na Mesoamérica, é, para Amarela Huerta Varela (2019), também uma forma de agenciamento político – ora, o movimento migratório não envolve só o lugar de onde se sai e o lugar para onde se vai. Há a intenção que se carrega, há *o corpo que se move*, as diversas formas de sair, de continuar o caminho. Há as insistências de ficar até que se organize para um momento que pode nunca chegar – ou chega, claro, no cano da arma de um *pandillero*. Aí, sim, não há momento certo de sair. Há apenas o momento que se apresenta – como muitos Caravaneiros descreveram sua aderência à marcha (Pradilla, 2019). Esses migrantes podem estar desatados das próprias terras, cidades, e cotidianos na Mesoamérica; e esta é uma imagem que criamos e recriamos com muita facilidade – eu mesma sinto que sou culpada disso, nesta mesma dissertação: reproduzir as imagens de uma profunda vulnerabilidade, a de indivíduos e comunidades circunscritas a uma ausência de agência, ausência de poder e energia não só política, mas existencial. Suas vidas, movimentos, passados e futuros restringidos pela fronteirização primeiro colonial, depois imperialista e securitária, com todas as políticas de morte engendradas por tais estruturas.

Por essas mesmas razões, prefiro encarar tanto o “ficar” quanto o “migrar” como desafios constantes às lógicas fronteiriças, não só em um nível individual, mas também e principalmente coletivo. Além disso, encaro a migração em caravana, que recusa o movimento clandestino, e clama pela atenção por onde passa, como uma instrumentalização daquilo que há de mais vulnerável entre os migrantes: seus corpos, suas fraquezas, suas poucas oportunidades de migração através dos meios tradicionais e legalizados, a energia de seu andar, pura e simples.

As estratégias de movimento, aliás, tais podendo ser múltiplas em uma mesma travessia, mesmo aquela não feita em caravana, nos evidenciam modos especiais de organizar a vida em trânsito, de utilizar os próprios corpos, *a própria vulnerabilidade* como instrumentos; assim como os conhecimentos já adquiridos em outras tentativas migratórias, ou com outros migrantes que enfrentaram situações semelhantes. No artigo “*El mapa son los otros: narrativas del viaje de migrantes centroamericanos en la frontera sur de México*” (2018), por exemplo, Rodrigo Parrini evidencia que os trajetos tomados pelos migrantes centro-americanos raramente seguem uma linearidade determinada, uma rota descrita em um mapa – muitos dependem da oralidade, da narração de outros migrantes sobre o caminho a ser seguido, das descrições e instruções de seus companheiros de estrada sobre pontos mais confiáveis, lugares, grupos e comportamentos a serem evitados. Até mesmo o movimento individual, pois, têm aspectos fortemente coletivos não só nas razões para migrar, mas também nas estratégias utilizadas ao longo do caminho – depende-se do próprio movimento, mas também do de outros e outros e outros, vivos e mortos.

As Caravanas de Migrantes levaram a migração coletiva a um outro nível, ainda que não sejam uma prática tão inédita assim, como exposto no capítulo anterior. É um nível baseado na utilização tanto dos corpos individuais quanto do coletivo como instrumentos de autodefesa, autocuidado, autogestão e agenciamento político em pleno trânsito, confrontando não só as fronteiras que demarcam territórios e nações, mas aquelas que se expandem e estabelecem limites ao movimento e à sustentação da vida (Huerta, 2020).

Se se encontram desenraizados tanto dos territórios de origem quanto daqueles que eles atravessam, os migrantes em caravana têm, em seus próprios corpos unidos aos dos demais, não só marcas da miséria histórica a que foram submetidos, mas possibilidades de organização, resistência e movimento – um tipo de territorialização transitória, uma nova subjetividade migrante, como mencionado por Amarela Huerta (2020), baseada na hipervisibilidade de corpos, sob identificações comuns que transcendem as nacionalidades dos caravaneiros. Afinal, como dito por Rita Segato, “(...) quando não restam outros, nos reduzimos e nos remetemos ao território do nosso corpo como primeiro e último bastião da identidade” (2006, p. 198). Além do corpo, também se leva memórias, histórias, imagens e espaços distintos que são

agenciados, também, através do movimento contínuo, tanto daqueles que viajam juntos quanto dos que fizeram a travessia antes e ainda farão depois. A reorganização da vida também se torna uma reorganização do território. Mais uma vez, esta é uma janela aberta para outras pesquisas, outros textos, e talvez outras vozes que não a minha.

Territórios estrangulados

A travessia pelo México não foi fácil – todos os caravaneiros haviam de saber que não seria, do mais jovem ao mais velho, do que iniciou o caminho em Honduras até o que se juntou à marcha apenas em território mexicano. A chegada à Tijuana – ou melhor, a permanência em Tijuana – é que retirou dos caravaneiros boas partes de suas esperanças de que, ora, as fronteiras para os Estados Unidos também estariam abertas para eles; ao menos uma fresta, só uma, quem sabe, poderia vir a ser o bastante – não eram eles os enviados e protegidos por Deus? Um Deus que não tem fronteiras? (Pradilla, 2019).

Apesar de contarem, ao longo da marcha pelo México, com a assistência de defensores dos Direitos Humanos, acadêmicos, jornalistas e instituições de ajuda humanitária, os caravaneiros mantiveram uma organização incipiente, sem lideranças definidas ou duradouras, destinadas a fazer decisões pontuais à medida que os desafios se apresentavam (Frank-Vitale & Nuñez-Chaim, 2020). Ao chegarem a Tijuana, em Baja California, o último ponto antes do grande e definitivo muro que os separavam dos El Norte, a organização coletiva através das caminhadas em massa não bastou em nada para atravessar a distância que lhes faltavam. Tão perto, *tão perto*, e ao mesmo tempo mais longe do que jamais estiveram. Um albergue foi improvisado no estádio Benito Juárez, onde muitos caravaneiros ficaram quase que retidos, ainda mais com diversas manifestações contrárias às suas permanências na cidade sendo organizadas diariamente por moradores de Tijuana.

Sim, Tijuana, a declarada cidade formada por migrantes, com uma ampla e bem estruturada rede de assistência e solidariedade aos que chegam ali, rapidamente se armou contra os caravaneiros (Pradilla, 2019). As hostilidades se deram

principalmente através de manifestações próximas aos albergues, aos lugares onde os migrantes mais se concentravam, de declarações na imprensa e redes sociais que acusavam os caravaneiros de trazerem consigo doenças e criminalidade e até mesmo de orquestrarem, na verdade, uma “invasão” (BBC, 2018). Nada muito novo, se observarmos discursos anti-migratórios ao longo dos anos – e os de Donald Trump e demais conservadores estadunidenses na época.

Não obstante, algumas das declarações queixavam-se especificamente de como a Caravana se formou e chegou ali, “com planos agressivos, grosseiros, rompendo cercas e entoando cânticos, desafiando as autoridades” (BBC, 2018). Mais uma vez me faz pensar nas imagens que temos, nas expectativas que criamos e reproduzimos do que é o migrante, de quem ele é, de como deve agir ou que tipo de agência, movimento ou estética deve assumir para que seja digno de hospitalidade, solidariedade, para que seja digno de passar.

Deveriam as Caravanas voltarem para a clandestinidade, então, para a “docilidade” de quem se esconde e teme a violência sistemática de tamanho conjunto de fronteiras?

Infelizmente foi esta a opção que restou para muitos dos que chegaram na Caravana de 2018 e nas subsequentes. Por vários dias, grupos de migrantes tentaram se aproximar do muro, repetindo a estratégia de caminharem juntos – no entanto, em muitas das ocasiões, os números de adeptos não passavam de algumas centenas (Pradilla, 2019). Não houve muito resultado. Tanto as forças policiais mexicanas quanto estadunidenses fizeram o possível para conter o avanço das multidões em pontos de travessia como o El Chaparral, empregando estratégias antitotim, alta vigilância com drones, maior número de agentes, gás lacrimogêneo e balas de borracha. Diversos caravaneiros foram feridos ou atingidos pelo gás, dispersados apenas para no outro dia tentarem de novo. Ou talvez não. A exaustão e desesperança não tardaram muito para que muitos procurassem outras estratégias para atravessar a fronteira com os Estados Unidos.

Houve quem voltasse a recorrer aos *coyotes*, os quais já haviam começado a recalibrar os preços até que o valor pela travessia chegou a 15 mil dólares por pessoa. Houve quem seguisse para outras cidades onde a vigilância não fosse tão forte – a

faixa fronteiriça entre Tijuana e San Diego é, afinal, uma das mais vigiadas na já mais vigiada fronteira do mundo (Cantalapiedra, 2021). Alguns outros tentaram atravessar sozinhos por regiões próximas, alguns foram detidos por semanas ou meses até serem deportados de volta para os países de origem ou para o próprio México. Houve quem decidisse por permanecer no México, solicitar documentos e quem sabe poupar dinheiro o bastante para atravessar a fronteira em outro momento. E também os que foram abordados por narcotraficantes, candidatos a “mulas”³⁶ em um jogo quase tão mortal quanto o Deserto (Pradilla, 2019).

E, claro, houve os solicitantes de asilo – os que tiveram sorte de serem atendidos pelos agentes de fronteira estadunidense, já que foi estabelecida uma cota diária de atendimentos (Cantalapiedra, 2021). Às vezes 150, às vezes 80. Há de se brincar com a aleatoriedade. Os requisitos para conseguir asilo nos EUA são bastante restritos, e ficaram mais ainda durante a administração de Donald Trump (Human Rights Watch, 2019). Há de se ter provas concretas de risco de morte e perseguição por raça, credo, etnia, gênero, sexualidade, filiação política e/ou social. O que a grande maioria não tem, mas foge de condições quase tão desalentadoras quanto.

Até meados de janeiro de 2019, os solicitantes de asilo poderiam esperar o avanço de seus casos em território estadunidense (principalmente as famílias com menores de idade), alguns podendo ser alocados em centros de detenção onde poderiam ficar semanas, meses até, com pouca certeza sobre o próprio destino. No entanto, após a instauração do *Migrant Protection Protocols* (MPP), comumente chamado de *Remain in Mexico*, os Estados Unidos abdicaram da obrigação de manterem os solicitantes de asilo em seu território – a partir dali os solicitantes haveriam de permanecer no México, nas cidades fronteiriças abarrotadas de migrantes, sem laços com as comunidades ou meios de sobrevivência, enquanto aguardavam seus pleitos serem processados (Human Rights Watch, 2019).

É uma política de confinamento, de disciplinamento até, como tantas outras – uma que não utiliza centros de detenção *per se*, mas entrava o movimento migrante, este podendo ser individual e/ou coletivo, a um espaço e tempo que, por menos definidos que sejam, têm como fim desalentar os pleitos, esmorecer pouco a pouco os fluxos

³⁶ Como são chamadas as pessoas que transportam drogas de um lugar a outro para os cartéis.

migratórios. Se as cidades fronteiriças, não só Tijuana, mas também Ciudad Juarez, Nogales, Matamoros, já estão abarrotadas de migrantes em profunda vulnerabilidade, formando bolsões de pobreza facilmente vitimizados pela indústria ilegal da migração, por narcotraficantes, agentes policiais corruptos, instituições de assistência humanitária em crise e moradores nativos insatisfeitos, bem, parece não importar. Há, também, de se brincar, de instrumentalizar o desconhecido, afinal. O sabe-se lá do que serão estes migrantes, imersos em uma realidade constantemente moldada por uma governamentalidade necropolítica que se alimenta de suas mortes materiais e simbólicas, de seus corpos acuados à clandestinidade.

É um tanto trágico, para falar a verdade, testemunhar o pouco fôlego que tiveram, apesar de várias outras Caravanas terem se formado e atravessado múltiplas fronteiras nacionais nos meses e anos seguintes, e terem chegado à fronteira norte do México. No entanto, assim como os caravaneiros revisavam e recriavam suas estratégias diariamente, também as políticas migratórias policialescas da região o fizeram, cerrando ainda mais as fronteiras (internas e externas) e a contenção do movimento entre elas. Há Caravanas mais recentes, por exemplo, que não conseguem nem mesmo entrar no México antes de serem dispersadas (UOL, 2021).

Através da ocupação de ruas, parques, rodovias, albergues, pontes e postos de entrada ao longo da Mesoamérica, os caravaneiros carregavam a esperança, a demanda não só de chegarem aos Estados Unidos, mas fazê-lo com dignidade, com segurança. Assim, ocuparam fronteiras relativamente invisíveis, fazendo-se presentes e *hipervisíveis* em espaços públicos, subvertendo o regime de irregularidade e clandestinidade a que os fluxos migratórios centro-americanos são comumente submetidos. Todos os anos, cerca de 400 mil migrantes atravessam o México em direção aos EUA, e uma grande parte deles não chega ao seu destino – seja devido a deportações, sequestros, agressões, estupros, assassinatos, desaparecimentos que podem tomá-los em qualquer parte do caminho (Huerta, 2016). A clandestinidade, pois, é complementada pelo perigo em que as rotas migratórias estão imersas – elas, afinal, são construídas pela violência de fronteiras constantemente esticadas, expandidas para além do que se vê no mapa.

Grosso modo, a expansão das fronteiras estadunidenses ao longo da Mesoamérica, quando relacionada à migração, se baseia em ações e omissões

contínuas de vários agentes com o fim de interromper, recircular e filtrar os corpos em movimento no território. O que inclui interceptações dos fluxos migratórios, detenções, deportações e violências de todos os tipos realizadas por toda uma rede de aparatos que, ao longo dos anos, serve como uma espécie de maquinaria terceirizada, alimentada por interesses amplamente hegemônicos e imperiais (Huerta, 2015; Miller, 2017).

Em termos materiais e securitários, é estabelecido um regime de policiamento cada vez mais avançado, ainda mais devido aos desenvolvimentos tecnológicos, como biometria, reconhecimento facial, compartilhamento de dados entre diversas agências domésticas e internacionais (Mbembe, 2020). A vigilância toma, pois, ainda mais propriedades corporais, moleculares até, com a inscrição da fronteira, da travessia e da condição de ilegalidade (ou pretensa, visto as políticas de perfilamento racial) nos próprios corpos migrantes.

A “linha de cor” se desenha de novas formas, mas ainda assim bastante familiares – contendo e restringindo movimentos e corpos a espaços cada vez mais inabitáveis, feitos assim justamente pela exploração capitalista desenfreada (que também depende da fronteirização – é um regime contínuo de despossessão e expulsão que se retroalimenta, afinal). A contenção da mobilidade, pois, acaba intimamente vinculada às necropolíticas, à brutalização constante dos meios de vida que define a manutenção da soberania sob o jugo da morte (Mbembe, 2021). Alguns devem morrer para que outros possam viver, afinal; alguns devem ser constantemente imobilizados e retidos para que outros possam se mover sem inconveniências. Segundo Achille Mbembe, “a questão agora é privar o maior número de pessoas ao direito da mobilidade” (2021, p. 171). Assim é possível construir seres criminalizados, profundamente vulnerabilizados e marginalizados muito devido a condições raciais e econômicas, retê-los nas zonas obscuras escavadas pelos processos de fronteirização e desigualdade sistêmica.

Tais “seres” Mbembe acaba chamando de “corpos-fronteira”, pois seus próprios movimentos acionam processos de contenção da mobilidade, fazendo das fronteiras algo que também é móvel (2021, p. 172). Se um migrante começa seu movimento migratório em San Pedro Sula, por exemplo, ou Ciudad de México, Tecún Uman, seja lá onde for, é ali que a fronteira começará a agir para que ele seja contido.

Novamente, Mbembe é categórico:

“Esse regime de brutalização se baseia na fissuração extrema de espaços deliberadamente tornados inabitáveis, na intensa fragmentação de corpos constantemente ameaçados de amputação, forçados a viver em buracos, nos interstícios e fendas instáveis de ambientes sujeitos a todo tipo de devastação e abandono... a excisão e o poder de decidir quem pode se deslocar, onde e sob quais condições estão no centro das lutas por soberania – caracterizado por externalização, militarização, digitalização e miniaturização das fronteiras, segmentação e restrição dos direitos e o emprego quase generalizado de técnicas de rastreamento e vigilância, prevenir todos os tipos de risco inclusive da imigração clandestina – facilitar a migração de certas classes raciais, enquanto veda-se a de outras” (Mbembe, 2021, p. 166-167).

A violência característica dos processos de fronteirização, pois, molda as vidas, as relações e as mortes tanto dos centro-americanos que decidem fugir quanto daqueles que permanecem, que habitam as zonas fronteiriças e são engolidos por elas. Tais condições acabam se inscrevendo nos corpos que ali vivem, morrem e desaparecem, vítimas de uma guerra que Mbembe chama de “molecular” (2021, p. 162). Molecular, pois no centro dela está sempre o corpo, sempre esses “corpos-fronteira” racializados que devem ser rastreados, exterminados ou aterrorizados ao ponto da docilidade, da vida desnudada, afinal também existe uma economia que se movimenta através da utilização de sua força de trabalho (Mbembe, 2020, p. 29; Mbembe, 2021, p. 156). Sempre esses “corpos-fronteira” que, no caso das Caravanas, foram chamados de “manadas”, equiparados a animais, reascendendo imagens de selvagens invasores. Uma imagem espectral e visceral ao mesmo tempo, daqueles pertencentes a uma parcela considerada “excedente” da população, reduzidos à sua utilidade material e estética para a exploração e o reforço dos muros e valas fronteiriças, daquilo que define o que é “civilização”.

Molecular, pois em grande parte dos restos mortais encontrados no Deserto de Sonora pertencentes a migrantes latino-americanos há marcadores visíveis de pobreza duradoura, deficiências nutricionais ou violências aterradoras, encravadas ali antes de desfalecerem em plena travessia (De Leon, 2015). O corpo, pois, acaba sendo um marcador de fronteira, tanto no movimento quanto na completa ausência dele – na morte e no que resta dela.

A fins de uma (não) conclusão

*“Give me your tired, your poor
Your huddled masses yearning to breathe free,
The wretched refuse of your teeming shore.
Send these, the homeless, tempest-tost to me,
I lift my lamp beside the golden door!”³⁷*

Emma Lazarus, “*The New Colossus*” (1883)

É traiçoeiro, no mínimo, tentar concluir este estudo. Bom, foi traiçoeiro compô-lo como um todo, na verdade, ao tentar seguir os meandros tanto das fronteiras esticadas estadunidenses, para dentro e para fora do território nacional, quanto dos movimentos dos milhares de Caravaneiros que atravessaram o México entre 2018 e 2019. O que eu gostaria de expor, pois, é que eles se convergem, de alguma forma, pelo tensionamento e confronto, expondo como essas fronteiras se reproduzem muito mais através de instituições complexas – nem só materiais, aliás –, redes que vigiam, capturam, gerenciam, detém e tentam disciplinar os corpos, na maioria das vezes através da violência, da sua morte de populações consideradas descartáveis – e mantidas assim pelas várias políticas de administração da pobreza, em níveis domésticos e internacionais.

Bom, como dito por Alan Bersin em 2011, com ainda mais precisão, em uma palestra para estudantes da Brooklyn Law School:

“(…) desde o 11 de Setembro, houve uma mudança significativa em como percebemos as fronteiras. Elas não são apenas linhas em um mapa ou nos territórios, mas movimentos; fluxos legais ou ilegais de pessoas e mercadorias em uma escala global.” (Bersin, 2012).

³⁷ “Dai-me os seus fatigados, os seus pobres, / as suas massas encurraladas ansiosas por respirar liberdade / O miserável refugio das suas costas apinhadas. / Mandai-me os sem abrigo, os arremessados pelas tempestades, / pois eu ergo o meu farol junto ao portal dourado.”. Trecho do soneto da poetisa Emma Lazarus, gravado em 1912 aos pés da Estátua da Liberdade, em referência aos imigrantes que chegavam aos Estados Unidos através da Ilha Ellis. Lazarus era uma grande apoiadora da migração e acolhimento de comunidades judaicas perseguidas na Europa e na Rússia para os EUA (Jones, 2021).

No primeiro capítulo, expus como, apesar de declarações como essa acima, o processo de esticamento da fronteira estadunidense não teve início após os atentados de 11 de Setembro e o “giro securitário” que se sucedeu – tem-se essa impressão devido aos discursos de superação das fronteiras devido aos processos de globalização e neoliberalização dos territórios. Tal “giro”, pois, já vinha sendo desenvolvido desde o século anterior através da criminalização das populações latino-americanas já em território estadunidense, a manutenção de sua pobreza e o enrijecimento de políticas migratórias e defesa das fronteiras.

Foi necessária uma teorização mais profunda sobre o que constitui as fronteiras, material e simbolicamente, e os diversos aparatos envolvidos em sua construção, manutenção e conservação – indo desde medidas securitárias até a mobilização de burocracias, discursos, imagens, linguagem e, claro, ansiedades, o terror ocasionado pela violência que precisa estar sempre imbuída nas fronteiras. Não só a fronteira não é fixa em um só lugar (do modo como ela é representada nos mapas), mas também contém diversos tempos, espaços, significados, manifestações distintas para tipos distintos de pessoa.

É o que Étienne Balibar chama de “heterogeneidade” e “polissemia” das fronteiras, ou seja, diferentes tipos de pessoa experimentam as fronteiras de formas diferentes, e nem sempre no local em que ela foi fixada nas representações tradicionais (2007, p. 83-84). Na verdade, o autor chega a dizer que a fronteira atualmente está em todo lugar, já que ela possui propriedades subjetivas que constroem identificações entre as comunidades e os territórios em que estão instaladas (Balibar, 2007, p. 84). É algo perigoso a se dizer, pois corre o risco de negligenciar os aspectos e dinâmicas específicos dos espaços fronteiriços, mas não deixa de estar correto. O filósofo camaronês Achille Mbembe também reforça que, já que todos nós nos formamos em relação aos o/Outros, somos essencialmente seres de fronteira (2020, p. 58).

Questões subjetivas a parte, Balibar reflete que há elementos de violência em todo ato de separação, com o que Glória Anzaldúa, escritora chicana nascida e criada em uma vila atravessada pela fronteira entre o Texas e o México, também concorda – na verdade, ela vê no próprio ato de separação a origem de qualquer tipo de violência (Balibar, 2007, p. 78; Anzaldúa, 1987, p. 37). A fronteira dos Estados Unidos com o México, no entanto, carrega uma carga específica, pois remonta às dinâmicas

coloniais de extermínio, exploração e racialização, assim como a uma relação de inimizade que, segundo John D. Márquez (2012), ancora as atuais políticas migratórias do país e seus contínuos esforços em reforçar a fronteira ao ponto de torná-la um cemitério a céu aberto.

Ao passo que a faceta securitária das fronteiras se recrudescer, os Estados Unidos também estendem seus interesses e empreitadas econômicas pela Mesoamérica através da neoliberalização dos mercados, tratados de cooperação, introdução de indústrias extrativistas e *maquiladoras*. O que não é uma grande novidade, já que ao longo de boa parte do século passado vários países da América Central sofreram grandes e violentas interferências dos EUA para que estes garantissem seus interesses na região. Uma ditadura sanguinária em Honduras, guerras de contra-insurgência na Guatemala e na Nicarágua, que engolfaram quase que integralmente a população em massacres de toda ordem, atuação de esquadrões da morte em El Salvador... a lista ainda corre (Durand, 2020; Green, 2017). Tamanha violência iniciou processos de deslocamento que, embora já se dessem historicamente de maneira intrarregional, se tornaram transnacionais. É na década de 70 que migrantes centro-americanos começam a aparecer com mais frequência nas estatísticas demográficas dos EUA (Cantalapiedra, 2021).

Novamente, um sistema que se retroalimenta: os Estados Unidos, através da exploração desenfreada dos territórios e corpos mesoamericanos, destroem os meios de sustentação da vida na região, criando padrões de deslocamento que são então fortemente reprimidos pelos aparatos securitários de suas fronteiras (Walia, 2021). Interessante apontar ainda que, a fim de cercar espaços para exploração, demarcar-se fronteiras, retém populações, categoriza-as de acordo com sua utilidade e referências de humanidade – é o *nomos* da Terra, o qual Achille Mbembe traz citando Carl Schmitt, o princípio da necropolítica (2021, p. 67). O que a gerência colonial europeia e então a imperial estadunidense vem fazendo na Centroamérica há alguns séculos, a bem dizer, e agora utilizando de outras estratégias que não a conquista territorial – o “Destino Manifesto” estadunidense, afinal, ainda há de viver, tomando sua fronteira, ao mesmo tempo, como um limite sem fim, mas que deve ser constantemente reforçado.

Fronteiras são contraditórias. Ao mesmo tempo estão dentro e fora, simultaneamente, assim como os “perigos” que elas tentam conter. Essa separação “espectral”, por assim dizer, acaba por criar populações “excedentes” que, representadas como descartáveis, estão vulneráveis a extermínios, mas também a processos de docilização, disciplinamento e retenção a fim de que se explore sua força de trabalho. Tais necropolíticas são colocadas em movimento especialmente por critérios raciais, construídos a fim de separar as populações não só em espaços distintos, mas de mantê-las em temporalidades e subjetividades inferiorizadas, desprovidas de algo que pareça humano. Não à toa as imagens acionadas quando se referem a migrantes nos discursos hegemônicos estadunidenses são animais, mencionando “hordas” desordenadas, invasões, contaminações...

São “*aliens*”, afinal, que constituem boa parte da parcela trabalhadora dos EUA e 30% da população encarcerada do país (Nevins, 2003; Torres, 2002; Pew Research Center, 2023).

A criminalização dos migrantes engendra também outros agentes, fazendo com que a mobilidade latino-americana (ou de outros povos do chamado Sul Global) em direção aos EUA seja cada vez mais visto como uma séria ameaça às soberanias nacionais, não só dos Estados Unidos. O território mexicano, por exemplo, se tornou conhecido como uma fronteira vertical até mesmo pelos próprios migrantes, um muro gigantesco entre a Centroamérica e o El Norte (Huerta, 2018). Como já mencionado, tais processos foram iniciados muito antes do 11 de Setembro, mas após os atentados ficou conhecido como uma “defesa multinível das fronteiras”, pela qual a tarefa de interceptar, deter, deportar e às vezes exterminar corpos migrantes acaba sendo delegada, terceirizada a uma rede de dispositivos legais e ilegais, desde instituições policiais até exércitos paramilitares pertencentes ao narcotráfico (Hiemstra, 2019; Miller, 2017; Huerta, 2018).

O que se cria no México, pois, é um cenário de governamentalidade necropolítica do qual as políticas de reforço da fronteira estadunidense dependem intimamente. O *Plan Frontera Sur*, por exemplo, instaurado em 2014 pelo governo mexicano e financiado pelos EUA através da Iniciativa Mérida, prevê mais policiamento não só na fronteira com a Guatemala e Belize, mas em todo o território, visando deter os movimentos migrantes a fim de criar uma gestão migratória organizada (Estévez,

2020; Hiemstra, 2019). Tal estratégia faz com que migrantes tomem rotas menos movimentadas, mais arriscadas e comumente dominadas por narcotraficantes – que estão em guerra declarada com o Estado mexicano desde 2006, vale mencionar (Estévez, 2018; Huerta, 2018). Algo semelhante aconteceu nos anos 90, quando operações nos pontos mais movimentados da fronteira estadunidense com o México começaram a ser mais policiados, e migrantes começaram a recorrer a arriscadas travessias pelo Deserto a fim de chegarem ao país.

Como dito, os efeitos no México foram semelhantes: migrantes tornaram-se constantemente vulnerabilizados, podendo ser facilmente detidos, sequestrados, violentados, assassinados, mulheres e crianças vendidas à prostituição. Segundo Huerta (2018), até 2015 já haviam sido contabilizados cerca de 100 mil sequestros de migrantes, e 24 mil cadáveres em tumbas anônimas nos cemitérios mexicanos, sem falar naqueles que foram encontrados em fossas coletivas, esquartejados ao ponto de não serem reconhecidos, ou simplesmente jogados na beira de estradas, como os 72 de San Fernando e os 48 de Cadereyta Jimenez.

Por que migrar, então? Por que continuar tentando atravessar o continente em direção aos Estados Unidos? E como? Além de todas as violências da travessia, correm o risco de sofrerem um triplo desenraizamento: em relação a onde nasceu, ao território que irá atravessar e ao lugar onde pretende chegar, o qual se sustenta pela marginalização de populações migrantes e não-brancas (Durand, 2020). Não obstante, cerca de 400 mil migrantes centro-americanos entram no México anualmente a fim de seguir viagem para os EUA (Huerta, 2015). E bom, talvez porque ficar nos lugares de origem tenha se tornado insustentável – “*en Centroamérica no da para más*”, alegam os migrantes, “*nos expulsan la pobreza y la violencia*” (Neira, 2019; Pradilla, 2019). A violência da travessia pode ser quase tão extrema quanto ao de seus lugares de origem, recrudescida devido aos processos contínuos de fronteirização. Por essa razão que, em uma das mensagens que mobilizaram a primeira Caravana de Migrantes em outubro de 2018, o ativista Bartolo Fuentes menciona os riscos de seguir viagem sozinhos e de maneira clandestina.

As Caravanas, pois, se estabelecem tanto como atos de fuga quanto de resistência ao regime de fronteirização, pois não só utilizam estratégias de autodefesa, autocuidado e autogestão, como recorrem à hipervisibilidade para expor

as próprias vulnerabilidades e desafiar uma ampla maquinaria securitária, burocrática e discursiva que insiste em reter os migrantes a espaços de clandestinidade (Huerta & McLean, 2020; Frank-Vitale & Nuñez Chaim, 2020). Seus próprios corpos, instrumentos de movimento, também se tornam ferramentas de contestação a cada pequeno passo, a cada travessia de fronteira nacional, a cada confronto ou negociação com forças policiais, agentes migratórios ou mesmo narcotraficantes e coiotes.

Assim, ao se movimentarem, ao se colocarem em migração e usarem estratégias que recusam a clandestinidade, que instrumentalizam uma hipervisibilidade extrema de suas vulnerabilidades, os caravaneiros expõem as necropolíticas que compõem os regimes de fronteirização da Centroamérica e os vitimam cotidianamente. Não só, fazem do próprio movimento uma contestação a tais fronteiras, um enfrentamento que força os mais diversos agentes a reformularem métodos de contenção, dispersão e exploração do corpo coletivo da Caravana. A resposta dos governos da região tem sido predominantemente repressiva, reinventando e reforçando aparatos securitários ao longo das fronteiras entre países e também no interior de seus territórios. Assim, repito: as Caravanas expõem os limites estendidos das fronteiras estadunidenses, revelando o alcance da “terceirização” da contenção migratória e das políticas de exploração econômica encravadas pelo neoliberalismo, as quais expulsam tais populações de seus territórios e ainda as reduzem a corpos que podem ser explorados e descartados. Não obstante, também tensionam as fronteiras, desafiam-nas constantemente, mesmo através de uma agência estrangulada pelas necropolíticas características da fronteirização, estas que transformam seus corpos em “corpos-fronteira” (Mbembe, 2021). O próprio ato de migrar se torna, afinal, um ato de resistência, de confronto – feito a partir de uma ótica coletiva, da união de milhares de corpos em um mesmo caminho, em uma mesma marcha... bom, mais ainda, pois acaba tensionando um regime de gestão das migrações que individualiza pleitos migrantes e negligencia os aspectos políticos e coletivos dos fluxos migratórios, ainda mais um tão amplo, complexo e duradouro quanto o de centro-americanos em direção aos Estados Unidos.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer III: O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **What is an Apparatus? and other essays**. Stanford: Stanford University Press, 2009.

AL AREER, Refaat. If I must die. **In These Times**, 2023. Disponível em: <https://inthesetimes.com/article/refaat-alareer-israeli-occupation-palestine>. Acesso em: junho 2024.

AL JAZEERA. US-bound migrant caravan leaves southern Mexico. **Al Jazeera**, jun 2022. Acesso em: out 2022.

AMERICAN Scar: The Environmental Tragedy of the Border Wall. Direção: Daniel Lombroso. Produção: Soo-Jeong Kang. Intérpretes: John Kurc e Myles Traphagen. [S.I.]: The New Yorker Documentary. 2021.

ANZALDÚA, Glória. **Borderlands/La Frontera: the new mestiza**. San Francisco: Aunt Lute, 1987.

ARAYA, Andrés L.; ARAYA, Salazar. Del cerro al Norte: Historia y memoria en la migración campesina hondureña. In: GARCÍA, Carlos **Migraciones en América Central: políticas, territorios y actores**. San José: Universidad de Costa Rica, 2016. Cap. 1, p. 3-24.

ARAYA, Sérgio. Las Caravanas migrantes como estrategias de movilidad. **Iberoforum: Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana**, Ciudad de México, XIV, 2019. 111-144.

ARAYA, Sergio S. Las Caravanas de Migrantes como estrategias de movilidad. **Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana**, XIV, 2019b.

BALAM, Rodrigo. **Libro centroamericano de los muertos**. [S.I.]: Fondo de cultura económica, 2018.

BALIBAR, Étienne. What is a Border? In: BALIBAR, Étienne **Politics and the Other Scene**. Londres: Verso, 2002.

BBC. Tamaulipas: hallan calcinados los cuerpos de 19 personas asesinadas en el noreste de México. **BBC**, jan 2021. Acceso em: out 2022.

BERGER, John. **Hold Everything Dear: Dear: Dispatches on Survival and Resistance**. Londres: Verso Books, 2007.

BERSIN, Alan. Lines and Flows: The Beginning and End of Borders. **World Customs Journal**, 6, 2012.

CAMUS, Manuela. Fronteras, comunidades indígenas y acumulación de violencias. **Desacatos**, 38, 2012. 73-94.

CAMUS, Manuela. Las comunidades Maya ante la migración internacional. In: PÉREZ-RUBIO, Carlos **Muros colindantes: migrantes latinoamericanos más allá de la frontera norte**. Ciudad de México: Centro de Investigaciones sobre América Latina y Caribe, 2019. p. 181-196.

CAMUS, Manuela. Narrativas de migrantes desde la experiencia en la zona gris. In: CAMUS, Manuela; PEREZ, Martin R. **Testimonio, sobrevivencia y sujeto**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2019.

CANTALAPIEDRA, Eduardo. **Caravanas: sus protagonistas ante las políticas migratorias**. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2021.

CANTALAPIEDRA, Eduardo; YEE-QUINTERO, José C. México, una frontera vertical? Políticas del control de tránsito migratorio irregular y sus resultados, 2006-2017. **Revista LiminaR. Estudios Sociales y Humanísticos**, México, XVI, 2018. 87-104.

CORAZA DE LOS SANTOS, Eduardo; LASTRA, Soledad (. **Miradas a las migraciones, las fronteras y los exilios**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

DE GENOVA, Nicholas. **Working the boundaries: Race, space, and “illegality” in Mexican Chicago**. Durham: Duke University Press, 2005.

DE LÉON, Jason. **The land of open graves: Living and dying on the migrant trail**. [S.l.]: University of California Press, 2015.

DELGADO, Camilo; POMBO, Maria D.; ORTIZ, Laura. **Caravanas migrantes y desplazamientos colectivos en la frontera México-Estados Unidos**. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2021.

DOTY, Roxanne. **Anti-Immigrantism in Western Democracies: Statecraft, desire and politics of exclusion**. London: Routledge, 2003.

DOTY, Roxanne. Crossroads of Death. In: DAUPHINEE, Elizabeth; MASTERS, Cristina **The Logics of Biopower and the War on Terror**. [S.l.]: Palgrave MacMillan, 2007.

DOTY, Roxanne. Bare life: border-crossing deaths and spaces of moral alibi. **Environment and Planning D: Society and Space**, 29, 2011.

DOTY, Roxanne. Resistência depois da Morte: restituindo humanidade ao Homo Sacer. **Contexto Internacional**, 33, janeiro/junho 2011.

DURAND, Jorge. Migrantes desarraigados: Mesoamérica, laboratorio migrante. In: BOTEAGA, Tuila; DUTRA, Delia; CUNHA, Igor **Movilidad en la frontera**. Brasília: CSEM - Centro Scalabriano de Estudos Migratórios, 2020.

EDKINS, Jenny. **Change and the politics of certainty**. Manchester: Manchester University Press, 2019. 245 p.

EL COLEGIO DE LA FRONTERA NORTE. **La caravana de migrantes centroamericanos en Tijuana 2018-2019**. El Colegio de la Frontera Norte (El Colef). Tijuana. 2019.

ESTÉVEZ, Ariadna. Biopolítica y necropolítica: ¿constitutivos u opuestos? **Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad**, XXV, n. 73, 2018.

ESTÉVEZ, Ariadna. **Guerras necropolíticas y biopolíticas de asilo en América del Norte**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2018.

ESTÉVEZ, Ariadna. El dispositivo necropolítico de producción y administración de la migración forzada en la frontera Estados Unidos-México. **Estudios Fronterizos**, 19, 2018b.

ESTÉVEZ, Ariadna. Mexican Necropolitical Governmentality and the Management of Suffering Through Human Rights Technologies. **Critical Criminology**, 2020.

ESTÉVEZ, Ariadna. **The Necropolitical Production and Management of Forced Migration**. Lanham: Lexington Books, 2021.

FM4 PASO LIBRE. **Transit migration through the Guadalajara Metropolitan Area: actors, challenges and perspectives from experience FM4 Paso Libre**. FM4 Paso Libre. Guadalajara. 2016.

FRANK-VITALE, Amber. From Caravan to Exodus, from Migration to Movement. **NACLA**, 2018.

FRANK-VITALE, Amber; NUÑEZ-CHAIM, Margarita. "Lady Frijoles": las caravanas centroamericanas y el poder de la hipervisibilidad de la migración indocumentada. **EntreDiversidades**, 14, 2020.

GARCÍA, Carlos. **Migraciones en América Central: políticas, territorios y actores**. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2016.

GOBIERNO DE MÉXICO. Operación, mantenimiento, conservación y explotación del Puente Internacional Dr. Rodolfo Robles, en el estado de Chiapas. **Proyectos México**, 2021. Disponible em: https://www.proyectosmexico.gob.mx/proyecto_inversion/519-puente-internacional-dr-rodolfo-robles/. Acesso em: 21 agosto 2022.

GÓMEZ-PEÑA, Guillermo. Border culture: a process of negotiation toward utopia. **Línea Quebrada**, 1, 1986. 1-16.

GRANDIN, Greg. **The End of the Myth: from the Frontier to the Border Wall in the Mind of America**. New York: Metropolitan Books, 2019.

GREEN, Linda. Seeking Safety, Met with Violence: Mayan Women's Entanglements with Violence, Impunity and Asylum. In: MCGUIRE, Randall; SHERIDAN, Thomas **The Border and Its Bodies: The Embodiment of Risk Along the US-México Line**. [S.l.]: University of Arizona Press, 2019.

HERRERA, Sobek, M. Naked Moon/Luna Desnuda. **Bilingual Review / La Revista Bilingüe**, 14, n. 1/2, janeiro/agosto 1987. 52-54.

HERRERA-LASSO, Luis; ARTOLA, Juan B. Migración y seguridad: dilemas e interrogantes. **Migración y seguridad: nuevo desafío en México**, 2011.

HIEMSTRA, Nancy. Pushing the US-Mexico border south: United States' immigration policing throughout the Americas. **International Journal of Migration and Border Studies**, 5, n. 1/2, 2019. 44-63.

HUERTA, Amarela. Luchas migrantes en contextos de tránsito migratorio, el caso del movimiento migrante centroamericano. **REMHU: Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, 24, 2016.

HUERTA, Amarela V. México, de "frontera vertical" a "país tapón": Migrantes, deportados, retornados, desplazados internos y solicitantes de asilo en México. **Iberoforum: Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana**, Ciudad de Mexico, XIV, 2019. 49-56.

HUERTA, Amarela; MCLEAN, Lisa. Caravanas de migrantes en México: nueva forma de autodefensa y transmigración. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, 2019. 163-189.

HUMAN RIGHTS WATCH. **We Can't Help You Here: US Returns Asylum Seekers to Mexico**. [S.I.]. 2019.

HUMANE BORDERS. Arizona OpenGIS Initiative for Deceased Migrants. **Custom Map of Migrant Mortality**, 2022. Disponível em: <https://humaneborders.info/app/map.asp>. Acesso em: 18 abril 2022.

JARAMILLO, Velia. Mexico's "Southern Plan": the facts. **WordPress Review**, 48, n. 9, 2001. Disponível em: <https://www.wordpress.org/0901feature22.htm>. Acesso em: novembro 2023.

JONES, Reece. **White Borders: the History of Race and Immigration in the United States from Chinese Exclusion to the Border Wall**. Boston: Beacon Press, 2021.

LA POCHA NOSTRA. A Declaration of Poetic Disobedience from the New Border. **Hemispheric Institute**, 2003. Disponível em: <https://hemisphericinstitute.org/pt/hidvl-collections/item/388-pocha-poetic-disobedience.html>.

LATINA LISTA. Our southern border is now with Guatemala. **Latina Lista**, 2012. Disponível em: <https://latinalista.com/general/historic-partnership-agreements-signed>.

LAZARUS, Emma. **The new colossus**. [S.I.]: Valenti Angelo, 1935.

- MACÉ, Marielle. **Siderar, Considerar: migrantes, formas de vida.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.
- MARQUEZ, John D. Latinos as the “Living Dead”: Raciality, expendability, and border militarization. **Latino Studies**, 10, 2012.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, 32, 2016.
- MBEMBE, Achille. **Necropolitics.** Durham: Duke University Press, 2019.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade.** [S.l.]: n-1 edições, 2020.
- MBEMBE, Achille. **Brutalismo.** [S.l.]: n-1 edições, 2021.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** 2ª. ed. [S.l.]: n-1 edições, 2022.
- MCCAUGHAN, Edward. “We Didn’t Cross the Border, the Border Crossed Us”: Artists’ Images of the US-Mexico Border and Immigration. **Latin American and Latinx Visual Culture**, 2, 2020.
- MCGUIRE, Randall; VAN DYKE, Ruth. Crossing la Línea: Bodily Encounters with the U.S.-México Border in Ambos Nogales. In: SHERIDAN, Thomas; MCGUIRE, Randall **The Border and its Bodies: the Embodiment of Risk Along the US-Mexico Line.** Tucson: University of Arizona Press, 2019. p. 41-72.
- MEJÍA, Iliana. Reflexiones sobre la caravana de migrantes. In: MOLINA, Victor **El efecto AMLO.** Guadalajara: ITESO, 2018. p. 231-248.
- MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **Border as method, or, the multiplication of Labor.** Durham: Duke University Press, 2013.
- MILLER, Todd. **Empire of Borders: the expansion of the U.S. Borders around the world.** New York: Verso Books, 2019.
- MILLER, Todd; NEVINS, Joseph. Beyond Trump’s Big, Beautiful Wall. **NACLA Report on the Americas**, 49, 2017. 147-151.
- NACUZZI, Lidia. Leyendo entre líneas: una eterna duda acerca de las certezas. In: VISACOVSKY, Sergio; GUBER, Rosana **Historia y estilos de trabajo de campo en Argentina.** Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2002. p. 229-262.

NEIRA, Yerko. Las caravanas de migrantes: racismo y ley en los éxodos masivos de población. **Iberoforum: Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana**, Ciudad de México, XIV, n. 27, 2019.

NEVINS, Joseph. **Operation Gatekeeper: the rise of the "illegal alien" and the making of the U.S.-Mexico border**. New York: Routledge, 2002.

NIGRA, Fabio. Las fuentes no tradicionales en historia. In: POZZI, Pablo **Haciendo Historia: herramientas para la investigación histórica**. Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 137-164.

NPR. Trump's Tweets On 'Caravans' Crossing The Border, Annotated. **NPR**, 2018. Disponible em: <https://www.npr.org/2018/04/02/598781060/trumps-tweets-on-caravans-crossing-the-border-annotated>. Acceso em: novembro 2023.

PARRINI, Rodrigo. El mapa son los otros: narrativas del viaje de migrantes centroamericanos en la frontera sur de México. **Íconos. Revista de Ciencias Sociales**, 61, 2018.

PRADILLA, Alberto. **Caravana: cómo el éxodo centroamericano salió de la clandestinidad**. Ciudad de Guatemala: Debate, 2019.

PRIETO DIAZ, Sergio. Fronteras de la frontera sur: entre (re)ordenamientos territoriales y (re)distribuciones poblacionales. In: RAMÍREZ, Guillermo C. **Migraciones centroamericanas en México: Procesos socioespaciales y dinámicas de exclusión**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2022.

RODRÍGUEZ, Ernesto. **Central American Migrants in Irregular Transit through Mexico: new figures and trends**. Central America and North America Migration Dialogue (CANAMID). Guadalajara, Mexico. 2017. (PB14).

ROJAS, Diego. Miradas desde el sur de México sobre seguridad y frontera. **Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, Quito, 23, 2018.

ROSAS, Gilberto. Necro-subjection: On Borders, Asylum, and Making Dead to Let Live. **Theory & Event**, 22, n. 2, 2019. 303-324.

SARMIENTO, Érica. **Migrações forçadas, resistências e perspectivas: América Central, México e Estados Unidos (2016-2020)**. São Paulo: Intermeios, 2021.

SEGATO, Rita. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, 13, 2005. 265-285.

SEGATO, Rita. En busca de un léxico para teorizar la experiencia territorial contemporánea. **Política: Revista de Ciencias Sociales**, 2, 2006.

TELESUR. Víctimas del sistema: ¿Quiénes han muerto en caravana migrante? **Telesur**, 2018. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/muertes-caravanas-migrantes-centroamericanos-20181101-0027.html>. Acesso em: maio 2024.

THIS IS NOT AMERICA. Intérpretes: Residente e Ibeyi. 2022.

U.S. CUSTOMS AND BORDER PROTECTION. **U.S. Border Patrol Fiscal Year Southwest Border Sector Deaths (FY 1998 - FY 2020)**. U.S. Customs and Border Protection. Washington, p. 1. 2021.

VALENCIA, Sayak. Capitalismo Gore y Necropolítica en México contemporáneo. **Relaciones Internacionales**, 2012.

WALIA, Harsha. **Border & Rule: Global Migration, Capitalism and the Rise of Racist Nationalism**. Chicago: Haymarket Books, 2021.

WILCOX, Lauren. **Bodies of Violence: theorizing embodied subjects in International Relations**. New York: Oxford University Press, 2015.

WOLA. **Mexico's Southern Border – Security, Central American Migration, and U.S. Policy**. WOLA - Washington Office on Latin America. Washington. 2017.

Anexo I – A mensagem de Bartolo Fuentes no Facebook

“MIGRANTES: ES MEJOR IRSE JUNTOS PARA EVITAR RIESGOS.

La gente se sigue huyendo de Honduras. Por la grave situación económica o por la violencia. Se exponen a riesgos de todo tipo en el camino por huir de la migración en México y Estados Unidos: accidentes, asaltos, estafas, extorsiones, secuestros y hasta asesinato. Se han juntado grupos de hasta 80 migrantes en meses anteriores, pero la mayoría han sido detenidos y deportados al internarse en México. Como se van a escondidas es peligroso que sean víctimas de embaucadores que los entreguen a extorsionadores o vendan las mujeres para prostitución.

Lo mejor sería salir juntos y organizados desde Honduras, dando la cara, sin esconderse. Salir gritándole al mundo que se van porque aquí les han robado las oportunidades y porque quienes deberían protegerlos más bien se convierten en amenazas para sus vidas. Si se van juntos, pueden apoyarse mutuamente, protegerse de amenazas, y demandar respeto a sus derechos como personas en cualquier país en el que se encuentren. YA HAY GRUPOS QUE ESTÁN BUSCANDO SALIR MEJOR ORGANIZADOS EN LAS PRÓXIMAS SEMANAS, ojalá y pudieran tener el apoyo de las organizaciones que trabajan por los derechos de los migrantes.

Los gobiernos que persiguen a los MIGRANTES INDOCUMENTADOS son culpables de los miles que han muerto en el camino, los que han quedado mutilados y los que no sabemos qué fue de ellos porque hace años perdieron comunicación con sus familias.

Si tiene planes de irse, no vaya solo o sola. No sienta vergüenza, que MIGRAR NO ES DELITO.”³⁸

³⁸ “MIGRANTES: É MELHOR IR JUNTOS PARA EVITAR RISCOS.

As pessoas seguem fugindo de Honduras. Seja pela grave situação econômica ou pela violência. Elas se expõem a vários perigos no caminho, se escondendo da Imigração no México e nos Estados Unidos: acidentes, assaltos, extorsões, sequestros e até mesmo assassinatos. Em meses anteriores, se formaram grupos de até 80 migrantes para irem juntos, mas a maioria foi detida e deportada ao se instalarem no México. Como vão escondidos, é perigoso que sejam vítimas de trapaceiros que os entreguem a extorsores ou vendam as mulheres para a prostituição.

O melhor seria sair juntos e organizados a partir de Honduras, sem se esconder. Sair gritando ao mundo que estão indo por aqui lhes roubaram as oportunidades e porque quem deveria protegê-los na verdade se tornam ameaças para suas vidas. Se vão juntos, podem se apoiar mutuamente, proteger-se de ameaças, e demandar respeito aos seus direitos como pessoas em qualquer país em que se encontrem. JÁ TEM GRUPOS QUE ESTÃO TENTANDO SAIR MAIS BEM ORGANIZADOS NAS PRÓXIMAS SEMANAS, tomara que possam e tenham o apoio das organizações que trabalham pelos direitos dos migrantes.

Os governos que perseguem os MIGRANTES INDOCUMENTADOS são culpados pelos milhares que morreram no caminho, pelos que foram mutilados e pelos que não sabemos mais sobre, pois há anos perderam a comunicação com suas famílias.

Se você tem planos de ir, não vá sozinho ou sozinha. Não sinta vergonha, pois MIGRAR NÃO É DELITO.” Tradução própria.

Mensagem transcrita no livro “*Caravana: como el éxodo centroamericano salió de la clandestinidad*”, de Alberto Pradilla (2019, p. 37-38).